

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE - UNICENTRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM
DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO - PPGDC**

MÁRIO ANDRÉ CAMARGO TORRES

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ –
CAMPUS IRATI: INTERPRETAÇÕES À LUZ DOS BENEFICIÁRIOS**

**IRATI-PR
2020**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE - UNICENTRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM
DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO - PPGDC**

MÁRIO ANDRÉ CAMARGO TORRES

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ –
CAMPUS IRATI: INTERPRETAÇÕES À LUZ DOS BENEFICIÁRIOS**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção ao grau de Mestre em Desenvolvimento Comunitário, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, área de concentração em Desenvolvimento Comunitário, da UNICENTRO.

Linha de Pesquisa: Cultura, Práticas Sociais, Formação Humana e Desenvolvimento Comunitário.

Orientador: Professor Doutor Emerson Luís Velozo.

**IRATI-PR
2020**

Catálogo na Publicação
Rede de Bibliotecas da Unicentro

T693a

Torres, Mário André Camargo

Assistência estudantil no Instituto Federal do Paraná – campus Irati: interpretações à luz dos beneficiários / Mário André Camargo Torres. -- Irati, 2020.

xiv, 137 f. : il. ; 28 cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Comunitário, área de concentração em Desenvolvimento Comunitário, 2020.

Orientador: Emerson Luís Velozo

Banca examinadora: Glaucia Andreza Kronbauer, Juliana Pinto Viecheneski

Bibliografia

1. Desenvolvimento comunitário. 2. Instituto Federal do Paraná. 3. Campus Irati. 4. Assistência Estudantil. I. Título. II. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Comunitário.

CDD 362

TERMO DE APROVAÇÃO

MÁRIO ANDRÉ CAMARGO TORRES

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ – CAMPUS IRATI: INTERPRETAÇÕES À LUZ DOS BENEFICIÁRIOS

Dissertação aprovada em 02 de julho de 2020, como requisito parcial para obtenção de grau de Mestre no curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Comunitário, área de concentração Desenvolvimento Comunitário, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, pela banca examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Prof. Emerson Luís Velozo

Instituição: UNICENTRO

Prof.^a Dr.^a Gláucia Andreza Kronbauer

Instituição: UNICENTRO

Prof. Dr.^a Juliana Pinto Viecheneski

Instituição: IFPR

Às pessoas que ainda necessitam de apoio
governamental, em especial aos jovens...

À minha família que é o alicerce para manter a
motivação e seguir caminhando em busca de paz
e amor ao próximo...

e

Para as pessoas que cruzaram meu caminho
quando jovem e me orientaram de alguma forma.

AGRADECIMENTOS

A cada passo dado durante uma pesquisa sempre nos deparamos com algumas dificuldades, sempre temos algo novo que às vezes nos causa medo e a próxima parte acaba sendo mais difícil. Agora chegando nos agradecimentos não é diferente. O que farei caso esquecer de alguém? Neste caso não conseguirei corrigir ou reparar a falta, pois já estará escrito o que veio em mente neste momento, de antemão peço desculpas, o motivo aqui não está em elencar em grau de importância àqueles que colaboraram na realização da pesquisa e sim considerar a contribuição dada por cada um.

Mesmo sendo um homem de pouca Fé em alguns momentos, gostaria aqui de elevar o meu pensamento à Deus, que sempre esteve comigo mesmo quando não percebia sua presença. Durante a existência temos obstáculos que são maiores que um trabalho acadêmico e neste caso é Ele que nos mantém na direção correta.

À minha esposa, que conheci se não estiver enganado em 2003, naquela época nem imaginava o que o futuro reservava para nós, em um encontro de jovens da Igreja Católica fez com que nossos caminhos se cruzassem, passado algum tempo percebia que sua presença me faltava. Hoje, após todos esses anos juntos o resultado é de muito aprendizado, momentos difíceis superados, muito incentivo, muita coragem passando um ao outro e assim não foi diferente durante o Mestrado.

Em 2008, ano que constitui uma nova Família e hoje sou abençoado por possuir dois filhos, Pedro Henrique e Carlos Henrique, algo que considero espetacular. Como tenho aprendido com essas duas crianças, quantos sorrisos eles me apresentam e sem cobrar nada em troca, como é bom receber o abraço de vocês e estar presente e ver como se desenvolvem.

Ao meu orientador, Professor Dr^o Emerson Luís Velozo, sempre disposto ao diálogo, direcionando a pesquisa com paciência, fato que em momentos oportunos me manteve calmo. Fica aqui minha gratidão e admiração pelos ensinamentos durante nossos encontros.

Ao Instituto Federal do Paraná, em especial aos meus companheiros do Campus Irati. Neste momento prefiro não citar nomes para não cometer injustiça. O aprendizado que tenho adquirido desde o ano que entrei na instituição é algo impossível de mensurar. Muitos anos de vitórias à Instituição, pois a nossa comunidade precisa muito de nós.

Aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Comunitário e do Programa de Mestrado em História, ambos da Universidade Estadual do Centro-Oeste, que colaboraram para o meu crescimento intelectual.

Aos meus pais Luiz e Jandira por me conceder o dom da vida, mesmo diante de tantos obstáculos conseguiram lutar pela minha formação humana e responsável.

Aos alunos e seus familiares que possibilitaram a realização desta pesquisa, durante as entrevistas e aplicação de questionários, muitos nem me conhecem e tornaram possível a realização do trabalho.

Aos membros da banca de qualificação. A Prof. Dr.^a Gláucia Kronbauer pelos apontamentos durante a banca e no decorrer do Mestrado, em especial sua paciência, orientação e incentivo durante o Estágio Docência realizado em sua disciplina. A Prof. Dr.^a Juliana Viecheneski, também pelos apontamentos durante a banca e disponibilidade de diálogo após a qualificação.

Em resumo, gostaria de agradecer todas as pessoas que colaboraram e não foram citadas, pessoas que zelam pela instituição mantendo-a em ordem para que tudo aconteça. Fica aqui meu agradecimento a todos que colaboraram direta e indiretamente durante o tempo de mestrado.

TORRES, Mário André Camargo. **Assistência Estudantil no Instituto Federal do Paraná – Campus Irati: Interpretações à Luz dos Beneficiários**. 2020, 137 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Comunitário) – Universidade Estadual do Centro-Oeste. Irati, 2020.

RESUMO

A presente pesquisa propõe analisar como a política de assistência estudantil se estabelece no Instituto Federal do Paraná – Campus Irati, desvelando os significados que os beneficiários dessa instituição atribuem aos programas assistenciais, assim como os aspectos político-educacionais, socioeconômicos e culturais que estão atrelados à essa política. Especificamente pretendemos conhecer as diretrizes conceituais e a gestão pública dos programas assistenciais; analisar a política assistencial no Campus Irati durante sua consolidação como instituição educacional; revelar os significados que os beneficiários atribuem aos programas dos quais fazem parte e o impacto que essa política tem em sua formação escolar e sua vida privada. A pesquisa é inspirada na leitura antropológica de Geertz e divide-se em várias etapas, sendo elas: bibliográfica, documental e estudo de campo. Os sentidos atribuídos à política de assistência estudantil estão relacionados com o modo de vida - aspectos culturais, sociais e econômicos - dos sujeitos envolvidos, bem como de suas experiências com os programas e que ao ser desvelados podem colaborar para refletir as políticas públicas assistenciais no âmbito educacional e, assim, contribuir para a execução de uma assistência estudantil mais efetiva no que diz respeito às necessidades individuais e coletivas dos beneficiários. Entre os resultados destacamos que as interpretações dos bolsistas do Campus Irati apresentam elementos da concepção assistencialista de política pública, que os bolsistas acreditam ser fundamental o benefício para seu êxito escolar e para experiências de sociabilidade vivenciadas no ambiente escolar e que a instituição carece de ações socioeducativas favoráveis ao empoderamento da assistência como direito humano.

Palavras-Chave: Instituto Federal do Paraná. Campus Irati. Assistência Estudantil.

TORRES, Mário André Camargo. **Student Assistance at the Federal Institute of Paraná – Campus Irati: Interpretations of Beneficiaries.** 2020, 137 p. Dissertation (Master Degree in Community Development) – State University of the Midwest. Irati, 2020.

ABSTRACT

This research aims to analyze how student assistance policies are established at the Federal Institute of Paraná – Campus Irati, revealing the meanings given to assistance programs by their beneficiaries. The research also reveals the political-educational, socioeconomic and cultural aspects linked to the policies. The specific aims are to learn about the conceptual guidelines and public management of assistance programs; analyze assistance policies at the Campus Irati during its consolidation as an educational institution; reveal the meanings given by the beneficiaries to the programs they are part of and the impact of policies on their academic education and private lives. The research is inspired in the writings of the anthropologist Geertz and includes bibliographical and document research and field study. The meanings given to assistance policies related to students' way of life – cultural, socio and economic aspects, as well as their experiences with the program. When the meanings are revealed, they may contribute to reflections about assistance public policies in education, which in turn may contribute to the execution of more effective student assistance concerning individual and collective needs of beneficiaries. Among the results, it is highlighted that the interpretations of students from the Campus Irati present conceptions of public policy as assistentialism, that scholarship students believe the benefit is essential to their school success and to the sociability experiences lived in the academic environment. In addition, the interpretations suggest that the institution lacks socio educational actions that transform assistance into a human right.

Keywords: Federal Institute of Paraná. Campus Irati. Student Assistance.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização Geográfica das Unidades do IFPR.....	25
Figura 2 - Organograma do IFPR.....	28
Figura 3 - Organograma da PROENS/IFPR.....	29
Figura 4 - Organograma do Campus Irati.....	61
Figura 5 - Distribuição de Vagas Gerais e Reservadas a Cotas de Inclusão	62

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Matrículas gerais nos cursos do Campus Irati	58
Gráfico 2 - Evolução orçamentária da assistência estudantil no IFPR - Campus Irati	71
Gráfico 3 - Evolução orçamentária por programa assistencial - Campus Irati.....	73
Gráfico 4 - Questionários recebidos por Programa Assistencial	82
Gráfico 5 - Cursos Participantes dos Questionários	82
Gráfico 6 - Faixa Etária dos Participantes dos Questionários	83
Gráfico 7 - Finalidades do benefício da assistência estudantil	83

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Produções acadêmicas stricto sensu encontradas no estado da arte.	18
Quadro 2 - Programas de Assistência Estudantil do IFPR.....	36
Quadro 3 - Relação de Docentes e TAEs do Campus Irati em 2019	54
Quadro 4 - Relação de TAEs do Campus Irati - 1º Semestre de 2019	54
Quadro 5 - Editais/Valores dos auxílios/quantidade (2019)	74
Quadro 6 - Cursos/alunos 2019 – Campus Irati	75
Quadro 7 - Valor das bolsas x Percentual do salário mínimo.....	77
Quadro 8 - Entrevistados (codinomes).....	85

LISTA DE SIGLAS

CAES	Coordenadoria de Assistência Estudantil
CODIR	Colégio de Dirigentes
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CONSEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONSUP	Conselho Superior
COPE	Comitê de Pesquisa e Extensão
DAES	Diretoria de Assuntos Estudantis
EaD	Ensino a Distância
FIC	Formação Inicial e Continuada
IIP	Instrução Interna de Procedimentos
IFPR	Instituto Federal do Paraná
IFs	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IRAJIF	Jogos Internos do IFPR Irati
IVS	Índice de Vulnerabilidade Social
JIFPR	Jogos do Instituto Federal do Paraná
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
NAPNE	Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas
PACE	Programa de Apoio Complementar ao Estudante
PBIS	Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PEA	Programa Estudante Atleta
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNP	Plataforma Nilo Peçanha
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos
PROENS	Pró-reitoria de Ensino
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SEPAE	Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis
SE ² PIN	Seminário de Extensão, Ensino, Pesquisa e Inovação
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação
TADS	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
TAEs	Técnicos Administrativos em Educação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 O IFPR: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	22
1.1 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFPR	33
1.1.1 PROGRAMA MONITORIA	37
1.1.2 PROGRAMA PBIS	39
1.1.3 PROGRAMA DE APOIO A EVENTOS ESTUDANTIS	42
1.1.4 PROGRAMA PACE	43
1.1.5 PROGRAMA ESTUDANTE-ATLETA	46
2 O INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ – CAMPUS IRATI	51
2.1 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFPR-CAMPUS IRATI	62
3 INTERPRETAÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CAMPUS IRATI	79
3.1 A PESQUISA DE CAMPO: TRAJETÓRIA METODOLÓGICA E IMPRESSÕES DO PESQUISADOR	79
3.2 POLÍTICA ASSISTENCIAL: INTERPRETAÇÕES DOS ESTUDANTES-BOLSISTAS	93
3.3 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UMA AUTOAVALIAÇÃO DO BENEFICIÁRIO E PARA O BENEFICIÁRIO	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS	119
APÊNDICE A	128
APÊNDICE B	129
APÊNDICE C	132
APÊNDICE D	133
APÊNDICE E	134
APÊNDICE F	136

INTRODUÇÃO

Em 2008, a Lei nº 11.892 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Nesse contexto, a Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná foi transformada em Instituto Federal do Paraná (IFPR), vinculado ao Ministério da Educação. Os institutos federais possuem como finalidade:

[...] ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional (BRASIL, 2008).

Em Irati, município com estimativa populacional em 2018 de 60.357 habitantes, localizado no Centro-Sul do Paraná e com economia baseada em serviços, agricultura e indústria, respectivamente, o campus do IFPR foi instalado em março de 2010 e desde lá tem ofertado cursos na modalidade presencial e à distância, nos níveis subsequente, médio integrado, superior, pós-graduação *lato sensu* e de formação inicial e continuada. Atualmente, o campus possui 735 alunos matriculados, atendendo tanto iratienses como estudantes de cidades vizinhas.

Em 2009, o Conselho Superior do IFPR aprovou a política de apoio estudantil na instituição, que estabeleceu um conjunto de ações e programas para garantir o acesso, a permanência e a conclusão dos estudantes a partir dos princípios da Educação Integral. Uma das áreas contempladas foi a assistencial, por meio da oferta de auxílios e bolsas com foco em várias atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A política de assistência estudantil ganhou força em nível nacional a partir do decreto nº 7.234 de 2010 que estabeleceu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) aos alunos matriculados na rede federal de educação. Vale ressaltar que antes desse decreto o IFPR já tinha iniciado a regulamentação da política de apoio ao estudante e a partir da normatização do programa nacional coube à instituição alinhar e expandir essa política.

Partimos da concepção de que as políticas assistenciais, entre elas a assistência estudantil, “[...] resultam das relações entre Estado e sociedade e dos mecanismos constituídos para gerenciar essas relações.” (YAZBEK, 2016, p. 65).

Como vivemos numa sociedade capitalista, as relações entre as classes e o Estado são marcadas por inúmeras contradições que estão presentes nas políticas assistenciais (acesso, finalidade, concepções teóricas e ações concretas). Nesse campo de disputa e disparidade, comungamos da seguinte visão:

[...] do ponto de vista conceitual, não podemos deslocar a questão do âmbito estrutural da sociedade capitalista, tendo presente que o assistencial não altera questões estruturais; pelo contrário, muitas vezes as oculta. Isso não significa que se deva negá-lo ou não reconhecer sua necessidade histórica, pois as políticas de assistência, como as demais políticas no âmbito da gestão estatal da reprodução da força de trabalho, buscam responder a interesses contraditórios, engendrados por diferentes instâncias da sociedade, e assim não se configura como simples produtos dos interesses dos 'de cima', mas como espaço onde também estão presentes os interesses dos subalternizados da sociedade. (YAZBEK, 2016, p. 70).

No caso da política de assistência estudantil executada pelo IFPR, os beneficiários, prioritariamente, são estudantes matriculados na rede federal de ensino oriundos da Rede Pública de Educação Básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio. Uma parte considerável desses jovens vivem em condições de vulnerabilidade social compostas por diversos fatores como questões financeiras, afetivas, étnico-raciais e de gênero, que por sua vez podem intervir na sua formação educacional, gerando baixo desempenho escolar, retenção e evasão.

Diante desse contexto de vulnerabilidades, o IFPR criou ao longo de sua existência (2009-2019), os seguintes programas de apoio ao estudante: Programa de Bolsas Monitoria, Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social (PBIS) e Programa de Apoio a Eventos Estudantis, criados em 2010; Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA) e Formação Inicial Continuada e Integrada ao Ensino Fundamental (PROEJA-FIC), concebidos em 2011¹; Programa Complementar de Apoio ao Estudante (PACE), constituído em 2012; e o Programa de Bolsa Estudante Atleta (PEA), estabelecido em 2014.

¹ No presente trabalho não será analisado os programas PROEJA e PROEJA-FIC, devido a não oferta dessa modalidade de curso no Campus Irati até o presente momento. Para maiores informações consultar a Portaria n.º 271 de 19 maio de 2011 que regulamenta os programas. (IFPR, 2011b).

A presente pesquisa propõe analisar como a política de assistência estudantil se estabelece no Instituto Federal do Paraná – Campus Irati e parte das seguintes problemáticas: *Quais os significados atribuídos pelos beneficiários aos programas de apoio ao estudante do Instituto Federal do Paraná – Campus Irati? Quais aspectos político-educacionais, socioeconômicos e culturais podem ser desvelados a partir da atuação desses sujeitos nesse Programa?*

Na tentativa de responder os questionamentos acima, esta pesquisa fundamenta-se na concepção de cultura, do antropólogo Clifford Geertz, uma vez que sugere “[...] não existir o que chamamos de natureza humana independente da cultura” (2014a, p. 35). Sendo assim, o homem e a cultura estão intimamente ligados, sendo ele o seu produtor e, também, produto da cultura, não sendo estáticos.

Com base nesse pressuposto, os programas de assistência estudantil serão analisados a partir do universo dos agentes envolvidos nesse programa, pois o que se pretende é adentrar no espaço desses sujeitos na tentativa de trazer à tona os seus significados em relação aos programas e, conseqüentemente, mergulhar nos dilemas existenciais da vida, conforme pronunciado pelo antropólogo. (GEERTZ, 2014a).

Ao partirmos da concepção de Geertz (2014a) quando apontou que tornamo-nos homens quando nos tornamos individuais por meio de padrões culturais construídos historicamente, podemos dizer que os beneficiários dos programas assistenciais direcionam suas formas de viver, pensar e de se relacionar a partir de um sistema de significados². Logo, é necessário adentrar nesse campo de sentidos para conhecer como esses indivíduos compreendem esse programa, interpretações estas que não são estáticas, pois a história e a cultura estão sempre em movimento.

A pesquisa, inspirada na leitura antropológica de Geertz, procura construir uma análise da política de assistência estudantil no espaço e que corresponde ao Campus de Irati. Essa leitura, por advir das teias de significados, é desafiadora ao pesquisador, pois o objeto se apresenta como “[...] uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras,

² A presente pesquisa emprega de forma indiferenciada os termos significados e sentidos e parte do entendimento que os seres humanos a partir de sua cultura constroem modos de ver e de agir no mundo.

que são simultaneamente estranhas, irregulares e inexplícitas [...]” (GEERTZ, 2014a, p. 7) e que o pesquisador primeiramente precisa apreender por meio da observação, registros e entrevistas e depois analisar e apresentar.

Segundo a regulamentação da política de apoio ao estudante do IFPR, os programas procuram colaborar na permanência e no êxito escolar dos alunos matriculados, bem como propiciar uma educação voltada para a formação humanística e cidadã. Para Demo e Oliveira (1995), cidadania e direitos humanos representam um processo histórico de conquista, portanto, elementos essenciais na política democrática.

A cidadania pode ser vista como meio de efetivar o desenvolvimento humano, pois, por meio desta, o sujeito é capaz de compreender criticamente a realidade que o cerca e assim intervir para transformá-la. Já o conceito de direitos humanos pode ser compreendido pela ótica do Estado de Direito, considerando a ética dos valores e as necessidades básicas do ser humano associados à ideia do bem comum, evitando assim impunidades e privilégios (DEMO; OLIVEIRA, 1995).

Inferimos que no Brasil a democracia ainda é bastante fragilizada, uma vez que nosso país possui um sistema político ainda marcado por elementos clientelistas³, fortalecendo uma ideia equivocada sobre as políticas públicas. Assim, pensar em políticas públicas assistenciais é refletir sobre as contradições que marcam o papel do Estado e a luta pela cidadania e direitos humanos, pois essas políticas atendem os direitos constitucionais, embora, o acesso e a qualidade geralmente não caminham juntos e não são plenos.

Problematizar o conceito de cidadania, presente nas diretrizes educacionais do IFPR e na sua política de assistência estudantil, é fundamental para entendermos o que é ser cidadão numa sociedade capitalista como a nossa. Logo, “[...] reconhecer que ela integra necessariamente – ainda que de modo contraditório e tensionado – a sociabilidade regida pelo capital.” (TONET, 2012, p. 34). Nesse sentido, a cidadania não pretende erradicar as desigualdades sociais e sim equilibrá-las, segundo as concepções de Ivo Tonet.

A discussão em torno das políticas públicas assistenciais, cidadania e direitos humanos, nos leva a perguntar se os beneficiários dos programas se veem

³ Algumas práticas clientelistas que marcaram, e ainda marcam, a história política brasileira são: a compra de votos em troca de benefícios aos mais pobres e o uso de recursos públicos, por parte de agentes políticos, a fim de popularizar sua imagem e perpetuar-se no poder.

como sujeitos vulneráveis social e economicamente e o que entendem por isso. Além do mais, não se pode ausentar de uma análise interpretativa a respeito de políticas públicas, um estudo da sociedade e do Estado que a representa e dessa forma, concordamos com Oliveira (1990, p. 76), quando afirma que:

As políticas públicas possuem, portanto, materialidade, isto é, um corpo técnico-burocrático, leis, etc. que requerem a investigação dos arranjos institucionais que as sustentam, dos processos e rituais nos quais estão inseridas (rotineiros ou não) para que sua análise apresente, com maior precisão, o impacto diferencial das ações.

O objetivo geral desta pesquisa é desvelar os sentidos atribuídos pelos beneficiários acerca da política de assistência estudantil no Instituto Federal do Paraná – Campus Irati e seus aspectos político-educacionais, socioeconômicos e culturais. Como objetivos específicos destacamos: conhecer as diretrizes conceituais e a gestão pública dos programas assistenciais; analisar a política assistencial no Campus Irati durante sua consolidação como instituição educacional; desvelar os significados que os beneficiários atribuem aos programas dos quais fazem parte e o impacto que essa política tem em sua formação escolar e sua vida privada.

Por ser uma pesquisa qualitativa, este estudo se ocupa de questões particularizadas e por esse motivo dificilmente são passíveis de serem quantificadas (MINAYO, 2011). Ao trabalhar com os significados, valores e aspectos simbólicos dos beneficiários dos programas de assistência estudantil no IFPR-Campus Irati, estamos lidando com uma parte da realidade social desses sujeitos que só se torna visível quando o pesquisador a interpreta. Além disso, é preciso dar conta do que é homogêneo no interior do grupo investigado e, também, das diferenças internas.

Segundo Triviños (1987), a pesquisa qualitativa possui uma tradição antropológica, por isso geralmente é denominada de investigação etnográfica. Nessa proposta, o pesquisador não fica alheio ao campo investigado, ele se envolve de forma orientada com as pessoas que pertencem a uma determinada realidade, no intuito de observar os diferentes significados elaborados pelos indivíduos. O resultado da pesquisa dependerá de como observa e descreve esses significados, uma vez que as ações dos sujeitos estão relacionadas à teia de sentidos culturais mais gerais, sendo preciso decifrá-los.

Essa pesquisa de inspiração etnográfica divide-se em várias etapas, sendo elas: bibliográfica, documental e estudo de campo. A primeira etapa foi o

levantamento de produções acadêmicas⁴, nível *stricto sensu*, a respeito do tema nas plataformas: Scholar.google, Capes e Scielo com as seguintes palavras-chaves: IFPR e PNAES. O levantamento permitiu verificar a existência de três dissertações⁵, conforme o Quadro 1, que abordam a política de assistência estudantil no IFPR, porém nenhuma delas teve como foco o campus Irati, justificando, dessa forma, a realização desta investigação.

Quadro 1 - Produções acadêmicas *stricto sensu* encontradas no estado da arte

Ano	Autor	Título	IES/Área
2015	Izaias Costa Filho	Políticas de assistência ao estudante: formulação e implementação no Instituto Federal do Paraná (2008-2014)	UTP Educação
2017	Renata Pacheco Abreu	As expressões da evasão dos estudantes atendidos pela política de apoio estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná – campus Londrina	UEL Serviço Social e Política Social
2018	Evelise Dias Antunes	Assistência estudantil nos Institutos Federais: da política à implementação	UNICAMP Educação

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nessa primeira etapa também fizemos a leitura de referenciais teóricos que nos ajudaram a responder as problemáticas do estudo, em especial questões sobre a cidadania: (TONET, 2012) e (DEMO; OLIVEIRA, 1995); políticas públicas e assistência: (DEMO, 1994), (SCHONS, 2015), (YAZBEK, 2016); e GEERTZ (2014) para interpretar os significados nas interações entre os beneficiários da assistência estudantil.

Na segunda etapa levantamos os documentos oficiais do IFPR que abordam a questão da assistência estudantil (resoluções, instruções internas de procedimentos, planos de gestão, projeto político pedagógico, manual de competências, portarias e editais dos programas), bem como leis e decretos que

⁴ O levantamento foi realizado entre os meses de junho e agosto de 2018 e atualizado no primeiro semestre de 2019. Com base nas produções encontradas foi criada uma tabela para mapear as seguintes informações: nome do autor, ano de defesa, título, área e instituição de ensino.

⁵ Além das três dissertações encontradas, existe uma outra dissertação intitulada “A oferta do esporte para os alunos com deficiência no Instituto Federal do Paraná – IFPR, campus Paranaguá: um movimento de reprodução ou resistência?” (2018) de André Santos Cancelli. Embora o trabalho tenha sido mapeado por fazer referência ao PEA, o estudo não se apresentou como uma referência para esta pesquisa, devido ao tema principal estar vinculado à questão da oferta do esporte aos estudantes com deficiências.

fazem referência aos Institutos Federais. Essas fontes auxiliaram a análise de como a política de assistência se estabeleceu no IFPR, em especial no Campus Irati.

Na terceira etapa foi realizado o estudo de campo que consistiu na aplicação de questionário semiaberto, de forma anônima e entrevista gravada com os beneficiários dos programas de assistência ofertados no Campus Irati. No caso do questionário a finalidade foi compreender de forma geral como os estudantes interpretaram a assistência e conhecer alguns dados relevantes sobre o perfil dos bolsistas da instituição. A aplicação ocorreu nos meses de novembro e dezembro de 2019 e o percentual daqueles que responderam o questionário totalizou 43,6% dos bolsistas. Os dados foram sistematizados por meio de gráficos e as questões abertas foram transcritas para servir como base de dados para informações mais abrangentes do presente estudo.

As entrevistas foram realizadas também nos meses de novembro e dezembro de 2019, período esse em que os programas estavam sendo finalizados e os estudantes poderiam apresentar uma visão mais ampla sobre sua participação enquanto bolsista e os impactos da política de assistência em sua formação escolar. Foram dez entrevistas, sendo uma com o assistente social por ser o servidor mais envolvido com as ações assistenciais no Campus Irati e nove com estudantes de diferentes programas. A seleção dos estudantes ocorreu com o auxílio da seção pedagógica por conhecerem melhor a realidade dos beneficiários.

Os diálogos com os entrevistados aconteceram nas dependências do IFPR-Campus Irati, exceto uma devido ao término do calendário acadêmico e o bolsista estar envolvido em atividades acadêmicas que não permitiu a realização nas dependências do IFPR. Foram em média 50 minutos de narrativa individual, todas elas transcritas pelo pesquisador que criou um mapa temático para facilitar as informações que seriam fundamentais na elaboração do estudo. A fim de preservar a imagem dos beneficiários, empregamos codinomes para todos os dez entrevistados, ocultando assim sua identificação.

A aquisição e a produção do saber são elementos inerentes ao ser humano e por isto em cada momento histórico o indivíduo, ao estabelecer relações com seu meio, (re)constrói a teia do conhecimento. Investigar um determinado objeto se justifica a partir de condições objetivas e subjetivas e, por isso, não acreditamos em neutralidade científica. Assim, os motivos gerais da elaboração desta pesquisa, podem ser sintetizados primeiramente pelo fato de trabalhar no IFPR – Campus

Irati, na seção contábil e atuar em certos momentos no processo de pagamento dos auxílios aos estudantes. Ao realizar essa função me senti incentivado a pesquisar de forma mais específica o papel da política de assistência na formação dos estudantes da instituição e, dessa forma, corroborar para que essa política pública ocorra com maior efetividade⁶.

Uma investigação de caráter qualitativo está preocupada com “[...] o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória etc.” (GOLDENBERG, 2004, p. 14). Logo, é fundamental que o pesquisador perceba que seus dados são complexos e por isso a necessidade de uma descrição detalhada daquilo que observa e certa sensibilidade e experiência.

Este trabalho acadêmico propôs revelar as interpretações dos beneficiários acerca da política de assistência estudantil no IFPR-Campus Irati, contribuindo para pensar as políticas públicas assistenciais no âmbito educacional. Assim, a análise das fontes documentais e da pesquisa de campo, podem contribuir para uma reflexão crítica sobre a efetividade dos programas, o que permitirá, caso necessário, melhorias por parte dos gestores para o atendimento dos futuros beneficiários.

O presente estudo está dividido em três partes.

No primeiro capítulo procuramos contextualizar o Instituto Federal do Paraná na conjuntura nacional em que ocorreu a reformulação da Rede Federal de Ensino no Brasil, apresentando dados de sua infraestrutura física e de sua estrutura pessoal - servidores e estudantes, além de destacar sua organização administrativa e seus princípios educacionais. Num segundo momento analisamos a política de assistência estudantil da instituição com destaque para as finalidades, critérios de seleção e contrapartida dos programas ofertados no Campus Irati.

No segundo capítulo analisamos o Campus Irati desde o início de suas atividades, ressaltando a sua consolidação enquanto instituição de ensino, pesquisa e extensão na região. Além disso, caracterizamos a política de assistência estudantil no decorrer dos seus nove anos de existência com foco nos diversos programas e nos relatos de beneficiários egressos da instituição.

⁶ A preocupação de uma gestão efetiva é “[...] averiguar a real necessidade e oportunidade de determinadas ações estatais...deve ser a mais democrática, transparente e responsável possível, buscando sintonizar e sensibilizar a população para a implementação das políticas públicas.” (TORRES, 2004, p. 175).

No terceiro capítulo apresentamos a metodologia e as impressões do pesquisador em relação à pesquisa de campo, bem como dados sobre o perfil dos beneficiários da política de assistência estudantil no ano de 2019. E, finalmente, procuramos desvelar os significados atribuídos pelos bolsistas acerca dessa política e a contribuição em sua formação acadêmica e em sua vida pessoal.

1 O IFPR: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram constituídos em 2008 a partir da estruturação de instituições já existentes em diferentes regiões do Brasil, como, por exemplo, os Centros Federais de Educação Tecnológica e as Escolas Técnicas Federais, sendo algumas vinculadas às Universidades Federais. A atuação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) na sociedade brasileira foi assim definida pelo Ministério da Educação:

O foco dos Institutos Federais será a justiça social, a equidade, a competitividade econômica e a geração de novas tecnologias. Responderão, de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais. Os novos Institutos Federais atuarão em todos os níveis e modalidades da educação profissional, com estreito **compromisso com o desenvolvimento integral do cidadão trabalhador**; e articularão, em experiência institucional inovadora, todos os princípios formuladores do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). (MEC, 2010, p. 1, grifo nosso).

Ao se comprometer com a transformação social, com a busca de um Brasil mais justo e com a formação integral do trabalhador, os IFs têm procurado desenvolver algumas práticas a fim de garantir a igualdade de oportunidades para os brasileiros com maiores dificuldades socioeconômicas. Entre essas práticas citamos a assistência estudantil, ação que procura colaborar para que trabalhadores e seus filhos realizem com êxito cursos técnicos e superiores, alterando assim sua realidade e a de seu entorno.

Porém, precisamos destacar que na forma de organização social e econômica que vivenciamos, leia-se capitalista, existe uma lacuna entre o discurso e a realidade e, conseqüentemente, “[...] uma articulação incindível entre desigualdade real e igualdade formal.” (TONET, 2012, p. 49). Dessa forma, a formação integral do cidadão trabalhador na sociedade burguesa não garante efetivamente que esse sujeito tenha acesso à totalidade dos bens materiais e espirituais para sua realização plena, pois isso significaria o fim da relação capital e trabalho e da exploração do homem pelo homem.

A oferta de uma educação integral do cidadão trabalhador por parte dos IFs, como apontado pelo Ministério da Educação, demonstra o compromisso

institucional em possibilitar que a classe trabalhadora consiga se apropriar de seus direitos (acesso à educação, ao trabalho e à alguns itens básicos da vida como saúde e lazer), porém essa apropriação é enquanto classe. É preciso destacar que numa sociedade capitalista, como a nossa, a ideia de cidadania está atrelada aos princípios liberais, expressão ideológica dominante, logo a conquista e o exercício dos direitos podem permitir tornar menos brutal os impactos de um sistema fundamentado na desigualdade social. (TONET, 2012).

Em 2008, período da constituição dos IFs, havia uma política pública de educação comprometida em expandir quantitativamente⁷ e qualitativamente⁸ a oferta de ensino técnico e superior para a sociedade brasileira. No contexto de federalização da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica surgiu o Instituto Federal do Paraná, instituído por lei no final desse mesmo ano. Embora seu início seja recente, a história da instituição⁹ está atrelada à Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná, que por sua vez teve origem em 1892 com a Escola Alemã renomeada em 1914 de Colégio Progresso. (IFPR, 2018f).

A instituição surge, portanto, de um processo de democratização do ensino público federal no qual é dado o nome de nova institucionalidade. Segundo o secretário da Educação Profissional e Tecnológica de 2009, Eliezer Pacheco, esse processo pode ser considerado como um dos mais ousados no campo da educação pública, por ser considerado uma política educacional das mais criativas constituída no Brasil, uma vez que pode ser caracterizada como um rompimento com as políticas elitistas e com o projeto de inclusão para os trabalhadores. (PACHECO, 2019).

A sociedade brasileira é marcada pelas contradições do sistema capitalista e por um Estado com “[...] tradição forte de colocar obstáculos à cidadania e aos direitos humanos [...]” (DEMO; OLIVEIRA, 1995, p. 16), seja pela oferta de uma educação estigmatizante, pela tática do clientelismo pelos governantes e pela apropriação privada do bem público. Por isso, um projeto de educação no sentido de incluir os trabalhadores na esfera política e produtiva, foi enaltecida pelos

⁷ O termo refere-se à ampliação de instituições educacionais federalizadas em diferentes lugares do Brasil, de forma especial no interior dos estados.

⁸ O termo refere-se às novas diretrizes do ensino técnico com foco na integração entre educação profissional, científica e tecnológica.

⁹ Sobre a história do IFPR ver Abreu (2017), Antunes (2018), Baranoski et al. (2019), Costa Filho (2015), IFPR (2018f).

governantes que estavam à frente da proposta de expansão da rede federal de ensino profissional e tecnológico como uma ação inovadora e transformadora voltadas para o desenvolvimento econômico e social não só dos grandes centros urbanos, como também de regiões interioranas.

No contexto dos discursos e das ações voltadas para o desenvolvimento econômico, social e, conseqüentemente, humano a educação e o conhecimento passam a ser instrumentos estratégicos para alcançar tal propósito e sua importância é dada pelas seguintes razões:

[...] condensam a matriz mais globalizante do desenvolvimento em termos de sua qualidade, incidem fortemente sobre o processo de formação da cidadania; condicionam profundamente a competitividade; e representam a forma mais adequada de inovação e modernização. (DEMO; OLIVEIRA, 1995, p. 12).

Dessa forma, os IFs defendem uma educação que tem como premissa colaborar para a inovação do setor produtivo, uma vez que o viés tecnológico está presente em seus currículos formativos, bem como na organização política da sociedade, consolidando assim a democracia, visto que a construção da cidadania é entendida como elemento norteador de suas propostas de ensino. Segundo as diretrizes institucionais:

O papel que está previsto para os Institutos Federais é garantir a perenidade das ações que visem a incorporar, antes de tudo, setores sociais que historicamente foram aliados dos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil, o que legitima e justifica a importância de sua natureza pública e afirma uma educação profissional e tecnológica como instrumento realmente vigoroso na construção e resgate da cidadania e da transformação social. (MEC, 2010, p. 20).

No contexto de expansão da rede federal, o IFPR iniciou em 2008 suas atividades com o campus Curitiba e os *campi* de Foz do Iguaçu e Paranaguá, processo que ficou conhecido como a “primeira fase”. A expansão continuou com a implantação dos *campi* de Telêmaco Borba, Londrina, Jacarezinho, Paranavaí e Umuarama.

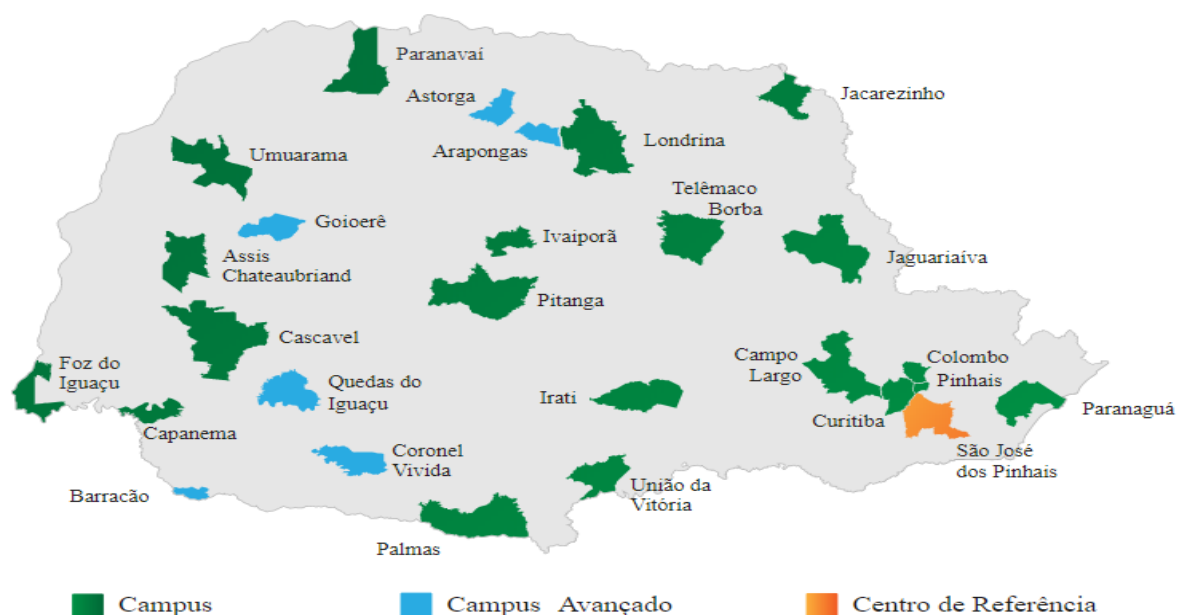
A ampliação foi marcada por uma pressão política e interesse dos dirigentes da instituição para a instalação do IFPR em outras cidades do estado do Paraná, o que levou a implantação de alguns *campi* sem a aprovação inicial do Ministério da Educação. Com a liberação para a contratação de servidores e destinação de

recursos foram implantadas entre os anos de 2009 e 2010 outras unidades, nas cidades de Assis Chateaubriand, Campo Largo, Irati e Ivaiporã, que funcionaram por um período como núcleo avançado até que posteriormente ocorreu a autorização oficial do MEC, passando a integrar oficialmente o grupo de unidades sede do IFPR. (COLOMBO; ECKSTEIN, 2019).

Em dez anos de existência, o IFPR conta com unidades em 25 cidades do Paraná. Além das citadas anteriormente, temos os *campi* de Capanema, Cascavel, Colombo, Jaguariaíva, Palmas, Pinhais, Pitanga e União da Vitória. Contemplando ainda o processo de expansão o IFPR possui unidades avançadas, ou seja, *campi* avançados que funcionam como uma extensão de campus já constituído e que fornecem suporte administrativo às novas unidades. Nesta modalidade encontram-se em funcionamento os *campi* avançados de Astorga, Barracão, Coronel Vivida, Goioerê e Quedas do Iguaçu. (COLOMBO; PAIXÃO; GUINDANI, 2019).

Em 2019, o projeto de expansão tem como finalidade a implantação de mais um campus avançado na cidade de Arapongas e a constituição de um Centro de Referência no município de São José dos Pinhais, (ZANATTA, 2019). A seguir, conforme a Figura 1, podemos observar a distribuição geográfica das 25 unidades do IFPR na região paranaense e perceber a interiorização e a democratização da educação profissional, científica e tecnológica no Paraná.

Figura 1 - Localização Geográfica das Unidades do IFPR



Fonte: <http://reitoria.ifpr.edu.br/institucional/o-instituto/sobre-o-ifpr/>

Ao se instalar em diferentes partes geográficas do estado paranaense, o IFPR precisa levar em consideração a realidade local e suas demandas educacionais, sociais, culturais e econômicas e, dessa forma, definir suas políticas “[...] para que seja verdadeiramente instituição alavancadora de desenvolvimento com inclusão social e distribuição de renda.” (MEC, 2010, p. 23). Dessa forma, a missão da instituição foi assim definida:

Promover a educação profissional, científica e tecnológica, pública, gratuita e de excelência, por meio do ensino, pesquisa e extensão, **visando à formação integral de cidadãos críticos, empreendedores, comprometidos com a sustentabilidade e com o desenvolvimento local e regional.** (IFPR, 2018f, p. 23, grifo nosso).

A formação integral definida pelo IFPR é uma educação que procura formar profissionais, mas para além disso também visa formar sujeitos de direitos, indivíduos críticos e agentes de transformação na sociedade capitalista. Esses mesmos direitos, garantidos pela legislação vigente, na prática não expressam a conquista plena da liberdade e do desenvolvimento das potencialidades humanas. Em outras palavras, de acordo com a concepção de Tonet (2012), na organização econômica atual o profissional será cidadão de direitos e ao mesmo tempo trabalhador, ou seja, está entre os iguais no âmbito da formalidade e no campo dos desiguais no que diz respeito à realidade objetiva.

Dessa maneira, a educação atualmente pode ser compreendida da seguinte forma:

No caso da sociedade burguesa, a hegemonia desta classe impõe que a educação tenha dois objetivos fundamentais: a formação para o trabalho (mão-de-obra para o capital) e a educação para a cidadania e a democracia (a estruturação de uma concepção de mundo, de idéias, de valores adequados para a reprodução desta ordem social). (TONET, 2012, p. 54).

A dimensão educacional não está isenta das lutas travadas na sociedade burguesa e, nesse sentido, apesar da formação integral cidadã ofertada pelo IFPR estar no campo da emancipação política¹⁰ correspondendo à formação de sujeitos com direitos no interior do modo de produção capitalista, suas consequências

¹⁰ A emancipação política é a conquista de direitos por parte da população no interior da sociedade capitalista e, por isso, uma forma de liberdade parcial e limitada, uma vez que o sujeito é um igual na forma da lei e desigual na sua realidade material. Nesse sentido, a liberdade é sinônimo de cidadania e democracia. (TONET, 2012).

poderão acirrar cada vez mais o antagonismo de classe e abrir a possibilidade da emancipação humana¹¹ para a classe trabalhadora. No caso do IFPR, onde oitenta por cento das vagas de acesso aos cursos estão direcionadas para estudantes que tenham cursado integralmente o Ensino Fundamental em escola pública, candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas e pessoas com deficiências, logo, sujeitos majoritariamente da classe trabalhadora, a educação mesmo sob a hegemonia dos interesses das classes dominantes é um espaço de tensão e uma via para que os trabalhadores lutem pela construção de uma nova organização social.

Percebemos na definição da missão institucional do IFPR um discurso comprometido com a transformação da realidade local na qual a instituição está inserida, algo que pode ser analisado de forma mais particularizada a partir de suas ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação. Seguindo a premissa de “tornar-se instituição de referência em educação profissional, científica e tecnológica no Brasil comprometida com o desenvolvimento social” (IFPR, 2018f, p. 23), a formação ofertada agrega diversas ações que tem como objetivo materializar os seguintes valores:

Sustentabilidade; Educação de Qualidade e Excelência; Ética; Inclusão Social; Inovação; Empreendedorismo; Respeito às Características Regionais; Visão Sistêmica; Democracia; Transparência; Efetividade; Qualidade de Vida; Diversidade Humana e Cultural; Valorização das Pessoas. (IFPR, 2018f, p. 23).

Atualmente o IFPR possui 19.774 estudantes na modalidade presencial e 13.429 na modalidade de Educação a Distância (EaD), quantidade essa distribuída nos seus diversos *campi* em diferentes cursos seguindo o princípio da verticalização, ou seja, cursos de formação continuada, profissionalizantes, técnico integrado ao ensino médio e subsequentes, graduação (tecnólogos, bacharelados e licenciaturas), especialização e mestrado. O número de docentes efetivos é de 1188 e de Técnicos Administrativos em Educação (TAEs)¹² é de 952, segundo dados de janeiro de 2019.

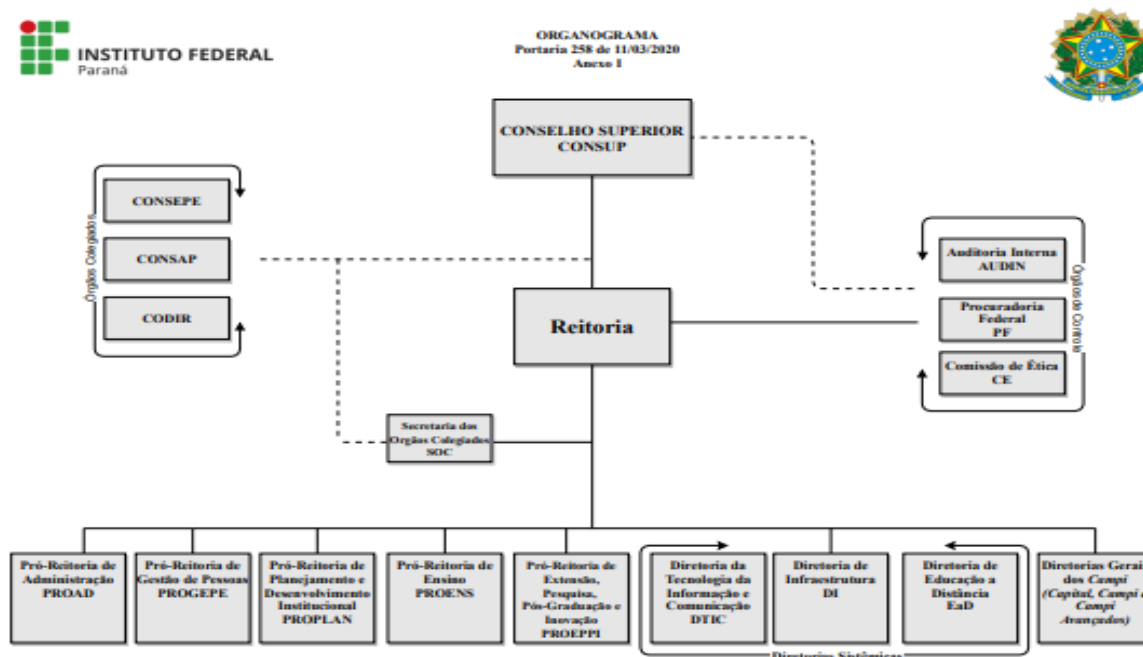
¹¹ A emancipação humana, segundo a perspectiva marxista, expressa o acesso dos indivíduos, em sua totalidade, à riqueza material e espiritual produzida pela humanidade, essa forma seria o nível mais elevado da liberdade porque representaria a igualdade na prática. (TONET, 2012).

¹² Os TAEs pertencem ao Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, carreira instituída pela Lei n.º 11.091/2005. (BRASIL, 2005).

O orçamento total previsto para o IFPR no início de 2019 foi de R\$396.581.477,00. A distribuição ocorre por fontes de recurso (tesouro, folha de pessoal e arrecadação própria), sendo alocados em cada fonte R\$69.650.566,00, R\$321.805.210,00 e R\$5.125.701,00, respectivamente. Considerando a demanda geral para assistência estudantil foram destinados R\$11.906.565,00 oriundos da fonte do tesouro e sua execução orçamentária acontece de forma descentralizada para os *campi*, porém, as diretrizes da aplicação desse recurso orçamentário são definidas dentro da Pró-reitoria de Ensino (PROENS).

O IFPR é organizado em estrutura multicampi, por isso o seu orçamento anual é dividido para cada *campi* e para a reitoria, “[...] exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores.” (IFPR, 2018f, p. 626). A administração da instituição fica a cargo de seus órgãos colegiados, da Reitoria e da Direção-Geral dos *campi*. Na Figura 2, podemos observar os conselhos, as Pró-Reitorias e as diretorias que constituem a estrutura administrativa da instituição.

Figura 2 - Organograma do IFPR



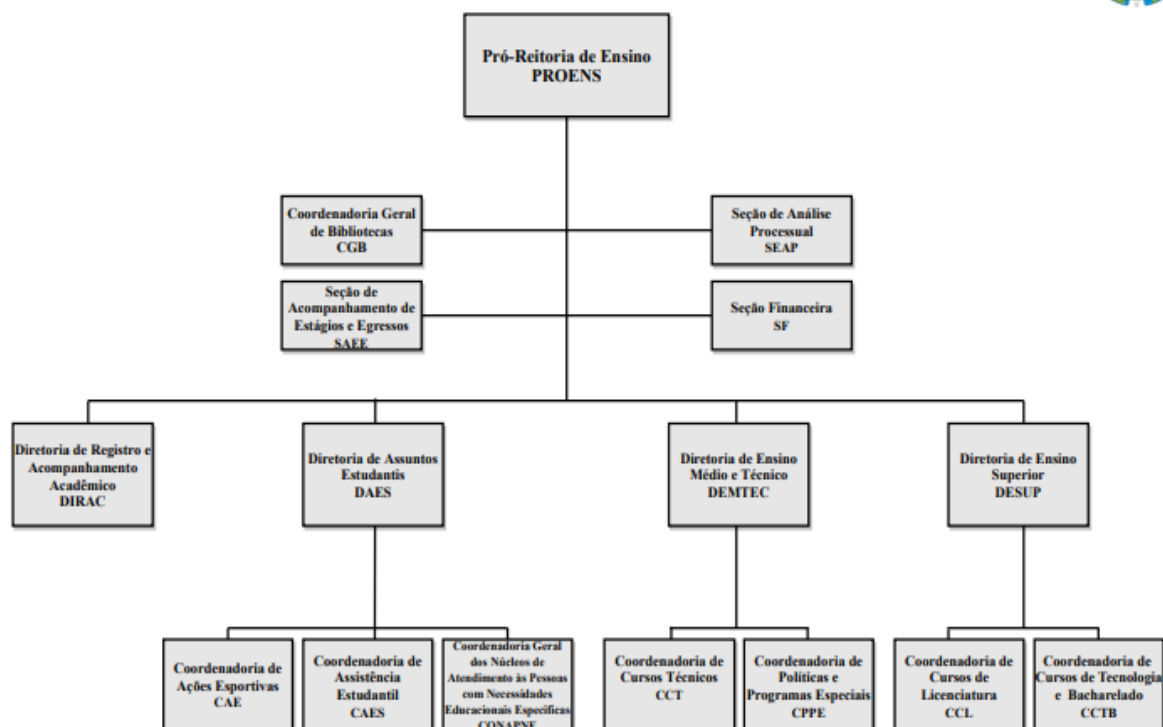
Fonte: IFPR, 2020a.

As ações da assistência estudantil no IFPR são planejadas e executadas pela Diretoria de Assuntos Estudantis (DAES), por meio da Coordenadoria de Assistência Estudantil (CAES), ambas lotadas na PROENS, conforme a Figura 3:

Figura 3 - Organograma da PROENS/IFPR



ORGANOGRAMA
Portaria 258 de 11/03/2020
Anexo LV1



Fonte: IFPR, 2020b.

Entre as competências da CAES estão:

Planejar, elaborar e implementar programas, principalmente nas áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte e apoio pedagógico; Promover a inclusão social, por meio de ações que contribuam para o acesso, permanência e êxito dos estudantes. (IFPR, 2017, p. 107).

Cabe, portanto, a CAES a responsabilidade de construir a política de assistência estudantil do IFPR e auxiliar os *campi* em suas ações assistenciais. Assim os *campi* não possuem autonomia em direcionar mais orçamento para determinados programas, visto que o número de bolsas no ano de 2019 foi definido utilizando a quantidade de estudantes cadastrados na Plataforma Nilo Peçanha¹³ do ano de 2017, feito de forma proporcional com as diretrizes estabelecidas dentro

¹³ A Plataforma Nilo Peçanha (PNP) é um ambiente virtual de coleta, validação e disseminação das estatísticas oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal). Tem como objetivo reunir dados relativos ao corpo docente, discente, técnico-administrativo e de gastos financeiros das unidades da Rede Federal, para fins de cálculo dos indicadores de gestão monitorados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação (MEC).

da política de assistência estudantil, que embora seja feita com base em consulta à comunidade, as definições se concentram na gestão institucional realizada pela reitoria do IFPR.

A assistência “[...] é possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas dos subalternos e espaço de ampliação de seu protagonismo como sujeito” (YAZBEK, 2016, p. 72) e uma política assistencial que tenha como finalidade a tomada de consciência política do sujeito deve estimular que os beneficiários sejam coparticipantes e co-decisores dos programas. (DEMO, 1994). Visto que a gestão da política de assistência estudantil do IFPR está centralizada na reitoria, podemos inferir que os estudantes-bolsistas ainda precisam de maiores articulações enquanto sujeitos coletivos e detentores de direitos sociais para atuarem diretamente na administração dos programas assistenciais.

A cidadania é uma conquista e não algo dado, por meio dela o estudante pode compreender criticamente a realidade e, assim, intervir para transformar a si e o seu entorno, tornando-se sujeito de sua própria história. (DEMO, 1994). Sabemos que a assistência é a prestação de serviços e bens, mas também possui uma outra característica que é a ação socioeducativa e essa ação só terá efeitos concretos se o beneficiário do programa assistencial emergir como sujeito ativo e consciente das causas de suas vulnerabilidades, logo protagonista de todo o processo que envolve a política assistencial.

Especificamente com os bolsistas, o IFPR vem realizando algumas ações para democratizar cada vez mais a política de assistência estudantil e entre essas atividades podemos citar as avaliações que ocorrem no final do ano letivo quando se encerram os programas e a atualização das diretrizes dessa política com a possibilidade de manifestação por parte da comunidade externa. Porém, a participação dos estudantes bolsistas em ações promovidas pela instituição ainda é pequena, como foi o caso do evento “Roda de Conversa sobre a Política de Assistência Estudantil” elaborado por meio de um projeto de uma estudante estagiária de Serviço Social da Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO).

O evento ocorreu com a supervisão do assistente social do Campus Irati, com o intuito de debater sobre temas voltados para a assistência estudantil. Foi proposto a realização de oficinas, onde o público alvo seria os representantes de turmas, membros do Grêmio Estudantil e estudantes atendidos pelos programas

ofertados pelo IFPR, sendo um limite de até trinta jovens. Algumas metas foram colocadas, por exemplo, atingir ao menos vinte estudantes e a realização de dois encontros¹⁴, porém, enquanto pesquisador participei somente do primeiro encontro, que ocorreu na tarde do dia 13 de setembro de 2019.

No que diz respeito aos princípios educacionais, o IFPR entende que o ser humano é um sujeito histórico-social, assim transforma a si mesmo e sua realidade por meio das relações produtivas. Vivendo em uma sociedade capitalista, dividida em classes sociais distintas, os seres humanos se apropriam das riquezas materiais e do conhecimento de forma distinta, logo as instituições educacionais podem ser espaços de reprodução do *status quo* ou da transformação social. (IFPR, 2018f).

Segundo Demo e Oliveira (1995), a educação por estar muito próxima dos direitos, geralmente é concebida como um dos direitos humanos essenciais. Dessa maneira, a oferta de uma educação de qualidade pode colaborar diretamente na consolidação da cidadania, pois:

Pode motivar a consciência crítica, capacitando o ser humano a compreender e a combater a pobreza política e superar-se como massa de manobra. Pode fomentar a habilidade cognitiva, levando-o a ler de modo crítico e construtivo a realidade e, a partir daí, a forjar projeto próprio alternativo. Pode também, falando-se dos fins da educação, promover o sujeito histórico dotado de direitos e deveres, figura central do desenvolvimento humano sustentado. Se desenvolvimento é questão de oportunidade, a condição primeira de a fazer é atuação de um sujeito competente que, descobrindo ser oportunidade, consegue implementá-la. (DEMO; OLIVEIRA, 1995, p. 18).

O IFPR visa ofertar uma educação de qualidade, preferencialmente aos grupos sociais com certas vulnerabilidades, uma vez que possui um sistema de cotas para estudantes oriundos de escolas públicas e com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio, para estudantes negros/pardos, indígenas e com deficiências. O aporte teórico adotado pela instituição para colocar em prática um ensino de qualidade e uma educação transformadora (transformar o sujeito e a sociedade) é a Pedagogia Histórico-Crítica, pois acredita que esta possa “[...] garantir a todos a apropriação crítica e histórica dos conteúdos escolares básicos e que tenham relevância na vida”, uma vez que “a aquisição de conteúdos e a

¹⁴ Um segundo encontro ocorreu em 16 de outubro de 2019, por meio da realização de uma palestra com o título “As contribuições do Serviço Social para a realidade escolar”, em um evento interno do IFPR-Campus Irati denominado *Colóquio: Educação, Ciência e Tecnologia*.

socialização preparam o estudante para atuar no mundo em suas contradições.” (IFPR, 2018f, p. 152).

Os princípios de educação definidos pelo IFPR possuem influência da concepção materialista da história, uma vez que admitem que a escola não se isenta dos determinantes sociais, além de conceber o trabalho do ponto de vista ontológico e a formação omnilateral com o objetivo de formar sujeitos com uma visão totalizante da sociedade a qual estão inseridos e assim ser capaz de estabelecer críticas e atuar para transformar tal realidade. Seguindo esses conceitos a instituição busca a integração entre trabalho, ciência e cultura, promovendo além do ensino, diferentes ações cuja finalidade é associar o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação.

Uma das atividades promovidas pela instituição que revela como vem incentivando ações inovadoras na área da pesquisa e da extensão, bem como nas metodologias de ensino é o Seminário de Extensão, Ensino, Pesquisa e Inovação (SE²PIN). Esse evento ocorre anualmente¹⁵ e até 2018 teve sete edições, sendo seus objetivos:

a) divulgar as atividades relacionadas à extensão, ao ensino, à pesquisa, à inovação e à cultura desenvolvidas nesta instituição; b) aprimorar o processo de construção de políticas em torno da temática desta semana promovendo o intercâmbio de saberes e experiências; c) ser um espaço de reflexão, avaliação, integração e de elaboração de novas propostas considerando os objetivos do IFPR e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e inovação; d) promover o interesse pela ciência, tecnologia, inovação, extensão, inclusão e cultura entre discentes e servidores de todos os *campi* do IFPR. (IFPR, 2018i, p. 1-2).

Os estudantes que participam de projetos de pesquisa e extensão, inclusive os beneficiários do PBIS têm a oportunidade de apresentar os resultados dos seus trabalhos no SE²PIN, desde que sejam aprovados internamente em eventos específicos realizados nos *campi*¹⁶. Para os bolsistas essa é uma oportunidade de entrar em contato com experiências acadêmicas, ampliando seus conhecimentos e sua rede de relacionamentos.

¹⁵ A edição 2019 do Se²pin, foi cancelada em reunião do Colégio de Dirigentes realizada em 24 de setembro de 2019. Na reunião os dirigentes consideraram a necessidade de realocação de recursos, ou seja, a necessidade de destinar/cobrir as despesas de funcionamento dos *campi*, visando assim minimizar os impactos do bloqueio orçamentário.

¹⁶ No Campus Irati o evento que seleciona trabalhos a serem apresentados no SE²PIN é o Seminário de Inovação, Pesquisa, Ensino e Extensão, ocorrido anualmente.

Além do SE²PIN, outro evento de grande porte realizado pelo IFPR são os Jogos do Instituto Federal do Paraná (JIFPR), também realizado anualmente. Nesse evento os estudantes bolsistas do PEA são estimulados a participarem das competições regionais e nacionais. A participação dos beneficiários do programa pode contribuir para que possam desenvolver suas potencialidades físicas, bem como elevar sua autoestima, oportunizando o acesso ao mundo do esporte.

O IFPR é uma instituição que prioriza a inclusão, não no sentido particular da educação especial, mas num sentido mais amplo, ou seja, da inclusão social, pois como vimos, concebe o homem como fruto dos determinantes sociais e ao mesmo tempo sujeito que constrói sua própria história. Logo, as políticas de assistência estudantil se constituem como possibilidade de garantir ao trabalhador ou ao seu filho uma educação integral capaz de promover nesses indivíduos consciência política e auto-sustentação, uma vez que o “cidadão pleno participa e trabalha/produz.” (DEMO, 1994, p. 42).

Não podemos negar que a assistência estudantil tem efeitos práticos na vida escolar e até pessoal do beneficiário¹⁷ e na qualidade de direito social ela pode minimizar as consequências das desigualdades de classe, de gênero e étnica, porém “[...] não interfere na mudança de estrutura de uma sociedade desigual.” (SCHONS, 2015, p. 221). Em outras palavras, o assistencial “[...] oferece uma face menos perversa ao capitalismo.” (YAZBEK, 2016, p. 69).

1.1 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFPR

No ano de 2010 foi instituído, por meio do Decreto n.º 7.234/2010, o PNAES com a finalidade de contribuir para a permanência e a conclusão de estudantes no Ensino Superior público federal. As instituições federais de educação superior, bem como os IFs, considerando suas especificidades no que diz respeito às modalidades de cursos que ofertam, deveriam executar as ações de assistência estudantil de acordo com “[...] as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente.” (BRASIL, 2010, p. 2).

¹⁷ Esses efeitos são descritos com base nas narrativas dos entrevistados no terceiro capítulo do presente estudo.

Neste contexto os IFs, em atendimento a nova legislação e considerando suas especificidades e ações existentes, passaram a estabelecer seus programas de assistência estudantil. No caso do IFPR, a regulamentação da política de apoio estudantil ocorreu no final de 2009, ou seja, um semestre anterior à publicação do decreto que dispôs sobre o PNAES e, desde então, a instituição realizou algumas alterações em sua legislação inicial e implementou vários programas em diferentes momentos.

Para Antunes (2018, p. 179), o fato do IFPR ter criado a política de apoio estudantil um ano depois de seu surgimento e antes da criação do PNAES, adotando um modelo de execução em períodos distintos, demonstra que sua política “[...] está desarticulada da criação dos programas institucionais de assistência estudantil, assim como das possíveis avaliações da política.” A pesquisadora destacou, por exemplo, que as áreas de atenção à saúde e à creche ainda não foram contempladas pelos programas do IFPR, logo reitera que a instituição não segue diretamente os objetivos do PNAES.

Apesar das limitações apresentadas, vale ressaltar que o IFPR se preocupou desde o início de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão com uma política de assistência estudantil que buscasse garantir o acesso, a permanência e a conclusão dos estudantes de acordo com os fundamentos da educação integral¹⁸. Assim em 21 de dezembro de 2009, o Conselho Superior (CONSUP) da instituição aprovou a Resolução n.º 011/2009 que estabeleceu a política de apoio aos estudantes a partir dos seguintes princípios:

- I – educação profissional e tecnológica pública e gratuita de qualidade;
- II – igualdade de oportunidade no acesso, permanência e conclusão de curso;
- III – garantia de qualidade de formação tecnológica e humanística voltada ao fortalecimento das políticas de inclusão social;
- IV – defesa do pluralismo de idéias com reconhecimento a liberdade de expressão;
- V – eliminação de qualquer forma de preconceito ou discriminação; (IFPR, 2009, p. 2).

Observamos, por meio do texto citado, que a política de apoio ao estudante procurava garantir uma educação para além da formação profissional e tecnológica, abarcando também uma formação humanística baseada na inclusão social, na

¹⁸ A educação integral consiste na formação geral, profissional e tecnológica. (IFPR, 2009).

pluralidade ideológica e na tolerância de qualquer forma de diferença. Alguns artigos da Resolução n.º 011/2009 foram modificados pela Resolução n.º 53/2011, uma vez que a partir de 2010 foi decretado o PNAES e que o próprio IFPR reorganizou as pró-reitorias e, conseqüentemente, as diretorias responsáveis pelo gerenciamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Essas alterações foram no âmbito das modalidades do atendimento estudantil que passaram a atender diversas dimensões sociais, além de instituir a Pró-Reitoria de Ensino como responsável pela política de apoio estudantil, ação que antes estava a cargo de outras pró-reitorias e do CONSUP. As resoluções n.º 011/2009 (IFPR, 2009) e n.º 53/2011 (IFPR, 2011c) são os documentos que regem as diretrizes gerais da assistência estudantil no IFPR e cada programa possui sua resolução própria que apresenta sua definição, objetivos, beneficiários e o funcionamento.

Além das resoluções que regulamentam os programas, os editais são os documentos em que podemos extrair mais informações sobre as políticas de apoio estudantil, pois neles encontramos dados específicos e gerais e as alterações realizadas a cada ano de oferta. Em forma de informes, também, existem cartilhas com o propósito de esclarecer de maneira sucinta a definição de política de assistência estudantil no IFPR e os tipos de programas oferecidos.

Para Costa Filho (2015, p. 196), o IFPR tende a considerar cada vez mais a participação dos estudantes e docentes na política de assistência estudantil, logo a instituição caminha “[...] para um processo democrático mais efetivo na construção dos documentos [...]” que regulamentam os programas. Sobre o processo de atualização da política da assistência estudantil no IFPR, destacamos que em maio de 2018 foi constituída uma comissão, por meio da Portaria n.º 716, para discutir e propor uma revisão e adequações dos programas de bolsas e auxílios (IFPR, 2018g). Essa postura foi assim justificada:

Diante de todo o contexto, o Instituto Federal do Paraná atravessou por mudanças, o que nos motiva a rever o regulamento da política, e atualizar a sua redação para uma versão que atenda as expectativas e demandas dos nossos estudantes, e que a perspectiva de avaliar e revisar sejam um processo constante para corroborar no acompanhamento efetivo da gestão dos recursos e da política de permanência e êxito. (IFPR, 2019g, p. 5).

Diante do exposto, no primeiro semestre de 2019, foi apresentado o texto previamente elaborado pela comissão técnica e solicitado que a comunidade interna e externa contribuísse com sugestões por meio de um formulário *on-line*. A consulta pública finalizou-se no dia 14 de junho de 2019 e após a análise da comissão e, conseqüentemente, da realização de alterações, o texto final foi encaminhado no segundo semestre para apreciação do CODIR, CONSEPE e, finalmente, CONSUP para aprovação da nova resolução.

A política de assistência estudantil do IFPR conta atualmente com vários programas, conforme o Quadro 2. Os programas foram criados em períodos distintos, entre 2010 e 2014, e seguem “[...] critérios de seletividade e focalização” (ABREU, 2017, p. 213) e uma gestão centralizada, ou seja, os *campi* não possuem autonomia para realizar todas as etapas do processo, cabendo a estes alguns procedimentos que serão analisados em momento específico.

Quadro 2 - Programas de Assistência Estudantil do IFPR

Programa	Regulamentação	Data de Execução
Programa de Bolsas Monitoria	Resolução n.º 04/2010 de 29/03/2010	Edital 05A/2010, de 10 de maio/2010
Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social (PBIS)	Resolução n.º 64/2010 de 28/07/2010	Edital 028/2011, do 1º semestre de 2011*
Programa de Apoio a Eventos Estudantis	Resolução n.º 65/2010 de 28/07/2010	Edital 015/2010, do 2º semestre de 2010*
Programa Complementar de Apoio ao Estudante (PACE)	- IIP/PROENS, n.º 20/2012 de 27/02/2012, (revogada). - IIP/PROENS, n.º 003 de 10/01/2018	Edital 009/2012, de 07 de março/2012
Programa de Bolsa Estudante Atleta (PEA)	IIP/PROENS, n.º 001/2014 de 28/03/2014	Edital 007/2014, do 1º semestre de 2014*

Fonte: Elaborado pelo autor. (*) não consta no edital a data do seu lançamento.

A fim de atender as modalidades de moradia, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, aprendizagem de estudantes com deficiência e/ou altas habilidades, assim como apoiar pedagogicamente a comunidade discente e auxiliar os estudantes-pais, cada programa possui suas especificidades, conforme analisaremos a seguir.

1.1.1 Programa Monitoria

A criação do Programa de Bolsas Monitoria ocorreu por meio da Resolução n.º 04/2010, aprovada no dia 29 de março de 2010, pelo CONSUP. No documento a monitoria foi definida como “[...] uma atividade formativa de ensino que tem por objetivo contribuir no desenvolvimento da competência pedagógica para o magistério técnico, tecnológico e de educação superior.” (IFPR, 2010b, p. 1).

O Programa de Bolsas Monitoria do IFPR procura oferecer apoio pedagógico aos discentes em determinados componentes curriculares, colaborando assim para o processo de aprendizagem da comunidade estudantil. Desse modo, o programa atende ao primeiro objetivo estabelecido na Política de Apoio Estudantil da instituição assim definido:

I – criar e implementar condições para viabilizar o acesso, a permanência e a conclusão de cursos dos estudantes do IFPR, contribuindo para minimizar a retenção e a evasão, principalmente quando determinada por fatores socioeconômicos e por necessidades educativas especiais [...] (IFPR, 2009, p. 2).

Um dos condicionantes para a oferta do programa de monitoria, segundo a resolução, é a apresentação de projetos ou planos de atividades por parte do docente responsável pelo componente curricular a fim de justificar a necessidade da vaga solicitada. Já no caso do monitor-estudante este passa por um processo de seleção de responsabilidade dos *campi* e precisa, obrigatoriamente, ter sido aprovado no componente curricular ao qual está pleiteando a vaga e também não pode possuir conceito “C” no seu histórico escolar institucional.

Conforme a resolução que criou o Programa de Bolsas Monitoria, os critérios de seleção não estavam vinculados com questões de vulnerabilidade e, dessa forma, o programa era de caráter universal, uma vez que os interessados não passavam por avaliação socioeconômica. Porém, no edital mais recente do programa apareceram duas mudanças significativas no que diz respeito à seleção dos monitores, sendo uma do ponto de vista educacional e outra relacionada à área assistencial.

Serão contemplados pelo programa os/as estudantes preferencialmente matriculados/as nos cursos de licenciatura para a disciplina indicada, e que atenderem conjuntamente, a condição de “monitores” bem como a

classificação socioeconômica – Art. 5º do Decreto Nº 7234/2010 do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, que dispõe sobre o atendimento prioritário a estudantes com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio vigente. Excepcionalmente não havendo licenciando/a para a disciplina poderá ser selecionado/a estudante do nível médio técnico. (IFPR, 2018b, p. 2).

No Edital n.º 172/2018, edição 2019, identificamos que os *campi* que possuem licenciatura poderão contemplar preferencialmente os discentes desse nível educacional, caso os docentes das licenciaturas tenham apresentado os planos de atividades. A preferência por estudantes de cursos de formação docente demonstra uma preocupação do IFPR em fornecer aos futuros professores uma experiência de estágio na própria instituição.

Além dessa mudança no âmbito educacional, o edital estabeleceu como primeira etapa de seleção de monitores uma avaliação socioeconômica realizada pelo assistente social da instituição. Esse critério apesar de não aparecer na resolução que regulamentou o Programa de Bolsas Monitoria no IFPR está vinculado ao artigo quinto do PNAES, atendendo assim uma parcela significativa do público estudantil das instituições federais de educação profissional e tecnológica.

No primeiro edital do programa de monitoria somente os *campi* Curitiba, Paranaguá, Foz do Iguaçu e Londrina foram contemplados com vagas, totalizando 42 bolsas (IFPR, 2010a). A seleção desses *campi*, provavelmente ocorreu porque possuíam uma maior quantidade de matriculados, comparados aos *campi* menores como era o caso de Irati que em 2010 iniciou suas atividades como núcleo avançado, ofertando dois cursos técnicos na modalidade subsequente. Ressaltamos que Irati foi contemplado pela primeira vez em 2011 com quatro bolsas de monitoria. (IFPR, 2012c).

O Programa de Bolsas Monitoria oportuniza ao estudante auxiliar o professor nas atividades didáticas e se tornar um facilitador na relação de aprendizagem entre docente e discente, além do mais esse processo lhe garante aprofundar conhecimentos num determinado componente curricular, potencializando assim suas habilidades e competências cognitivas e até mesmo a integração social. A política de apoio estudantil no IFPR, pelo menos em seus documentos norteadores, tem a preocupação de colaborar com a formação intelectual e cidadã do estudante e, por isso, a integração aparece como um dos objetivos dessa política.

Em relação à contrapartida do estudante nesse programa, identificamos que ocorreu uma redução na carga horária de dedicação ao programa ao longo de sua existência. No primeiro edital a dedicação mínima exigida era de doze horas semanais, atendendo a própria orientação da resolução n.º 04/2010, enquanto entre 2014 e 2016 a quantidade de horas semanais passou para seis horas, em 2017 para cinco horas e a partir de 2018 quatro horas. Não conseguimos encontrar nos editais uma justificativa para tal redução, porém essa questão do tempo de contrapartida será abordada na pesquisa de campo, no sentido de desvelar a compreensão por parte dos beneficiários do programa monitoria.

1.1.2 Programa PBIS

No segundo semestre de 2010, foi aprovada pelo CONSUP a resolução n.º 64/2010 que regulamentava o Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social, no âmbito do IFPR. Segundo essa normativa, o PBIS faz parte da política de apoio ao estudante no que diz respeito a garantia de acesso, permanência e conclusão de seus estudos “[...] de acordo com os princípios da Educação Integral (formação geral, profissional e tecnológica) em estreita articulação com os setores produtivos locais, econômicos e sociais.” (IFPR, 2010c, p. 2).

A resolução n.º 64/2010, além de ressaltar que o programa tem como intuito contribuir na permanência do estudante no curso matriculado, também destaca que a participação estudantil nessa política assistencial tende a enriquecer sua educação profissional e humanística. Esses dois últimos elementos formativos estão vinculados com a missão do IFPR que visa a formação integral de cidadãos críticos e comprometidos com a sustentabilidade e com o desenvolvimento de suas comunidades.

Os objetivos do PBIS foram assim apresentados (IFPR, 2010c, p. 2-3):

- I – Propiciar experiência acadêmico-profissional aos estudantes;
- II – Promover articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão de maneira a assegurar o seu caráter interdisciplinar e objetivando a flexibilização curricular, conforme estabelecido no projeto político pedagógico do curso;
- III – Ampliar as experiências de qualificação profissional e de responsabilidade social;
- IV – Contribuir com as condições de permanência e conclusão de curso dos estudantes;

- V – Colaborar com instrumentos avaliativos para o aprimoramento acadêmico e com a redução da evasão e da repetência e;
- VI – Cooperar com ações de integração da comunidade estudantil com a comunidade em geral de maneira ética, social, política e profissional.

O funcionamento do programa está exposto nos editais, sendo que no primeiro, edital n.º 028/2011, as atividades educativas das quais os estudantes poderiam colaborar foram divididas em seis temáticas, sendo elas: a) Aprendizagem Colaborativa, b) Aprendizagem por projetos, c) Arte e Cultura, d) Agroecologia, e) Esporte e Lazer e f) Rede Comunitária. (IFPR, 2011a). Essa diversidade de eixos aponta a heterogeneidade dos projetos de pesquisa, extensão e de ensino existente nos *campi* e possibilita que servidores de diferentes áreas do conhecimento apresentem propostas de trabalho com os estudantes.

A viabilidade do PBIS depende da proposição de projetos por parte dos docentes ou técnicos-administrativos, condição que pode dificultar a execução desse programa “[...] caso os servidores de um determinado campus não apresentem projetos ou, se os projetos apresentados não forem aprovados [...]” (ABREU, 2017, p. 152). Embora esse condicionante possa prejudicar a oferta do programa, é preciso salientar que a orientação do servidor - coordenador do projeto - se faz fundamental, uma vez que a normativa do programa exige que as atividades de pesquisa, extensão ou ensino, a serem executadas, precisam demonstrar “[...] claramente o objetivo pedagógico e os conhecimentos a serem adquiridos pelos bolsistas.” (IFPR, 2015c, p. 2).

No ano de 2015 alguns artigos da resolução que regulamenta o PBIS foram alterados por meio da resolução nº 01/2015. Uma das mudanças que revela o amadurecimento institucional no que diz respeito ao aspecto educacional como prioridade de estudantes beneficiários dos programas assistenciais foi o fato de ter sido excluída das atividades do PBIS ações de caráter administrativas-pedagógicas a serem exercidas em bibliotecas, laboratórios e outros setores de gerenciamento, tanto nos *campi* quanto nas Pró-Reitorias. (IFPR, 2015c).

O primeiro edital do PBIS apresentava algumas contradições em relação à resolução que regulamentava o programa, e, também o decreto do PNAES. Segundo a resolução e o decreto os estudantes beneficiários das bolsas seriam aqueles matriculados em cursos presenciais, porém, o edital n.º 028/2011 previa a participação de estudantes de cursos à distância (IFPR, 2011a). Para Costa Filho

(2015, p. 166), “tal justificativa se dava ao fato de que o cálculo de investimento referentes à política de apoio ao estudante pelo Governo Federal, por meio da rubrica 2994, se dá pela quantidade de estudantes matriculados, presenciais e a distância”.

Na primeira edição do PBIS, a contrapartida do estudante matriculado em curso à distância era inferior ao estudante da modalidade presencial. Enquanto o primeiro deveria permanecer quatro horas por semana no polo para a realização das atividades vinculadas ao projeto, o segundo deveria dedicar doze horas semanais (IFPR, 2011a). Ao compararmos o período de contrapartida do primeiro edital com o mais recente, perceberemos uma redução significativa de doze horas para quatro horas semanais.

O programa procura atender prioritariamente os “[...] estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio.” (IFPR, 2015c, p. 1). Essa exigência está de acordo com o Decreto n.º 7234/2010 do PNAES e tende a contribuir para que os estudantes que apresentam diferentes vulnerabilidades possam vivenciar experiências e obter conhecimentos em várias áreas relacionadas aos seus cursos, promovendo, dessa forma, a sua permanência escolar e a conclusão de seus estudos.

Para Costa Filho (2015), os IFs apresentam possibilidades de oferecer uma educação profissional voltada para a politecnicidade, ou seja, uma formação que articule trabalho intelectual e manual e que permite o estudante compreender a organização do trabalho na sociedade e promover as transformações que considerarem mais necessárias para sua promoção enquanto sujeito social. A partir desse pressuposto, o autor afirma que é possível observar nas resoluções, instruções normativas e editais dos programas de assistência estudantil do IFPR elementos que podem ser identificados com a proposta educativa da politecnicidade¹⁹.

Entre os exemplos levantados por Costa Filho estão os princípios da Educação Integral (formação geral, profissional e tecnológica) presente na regulamentação dos programas de apoio ao estudante do IFPR. Para o

¹⁹ A educação politécnica pode ser compreendida como uma concepção marxista de educação. A educação sob esse viés teórico-metodológico propõe, nas palavras do próprio Karl Marx, combinar trabalho produtivo, educação mental, exercício físico e instrução politécnica. As finalidades de tal proposta seriam: a eliminação da lacuna entre trabalho intelectual e manual, a compreensão do conhecimento integral do ser humano em relação ao processo de produção e, finalmente, a elevação da classe operária acima do nível das classes superiores. Para maiores informações sobre o conceito de educação marxista ver Marx, 1866.

pesquisador, “o PBIS torna-se um programa onde a politecnia encontra sua maior oportunidade na efetivação dos programas na política de assistência ao estudante no âmbito do IFPR.” (COSTA FILHO, 2015, p. 197).

1.1.3 Programa de Apoio a Eventos Estudantis

O Programa de Apoio a Eventos Estudantis foi aprovado pelo CONSUP no dia 28 de julho de 2010, mesma data do PBIS, por meio da resolução n.º 65/2010. Os dois programas citados foram regulamentados alguns dias após o decreto do PNAES, demonstrando a execução da política de assistência estudantil no IFPR como efeito do programa nacional.

Segundo sua resolução, o Programa de Apoio a Eventos Estudantis consiste:

[...] em oportunizar aos estudantes enriquecimento em sua formação profissional e humanística, através de apoio financeiro ou logístico aos estudantes regularmente matriculados no IFPR para participarem de eventos locais, estaduais, nacionais e internacionais de natureza acadêmica, científica, cultural e esportivas. (IFPR, 2010d, p. 2).

O primeiro edital desse programa, n.º 015/2010, foi lançado em setembro de 2010 “[...] pois em seu item 4. Inscrição das Propostas, era delimitada a data de 20 de setembro de 2010 como limite para inscrição das propostas.” (COSTA FILHO, 2015, p. 158). De caráter universal, o programa não só atende os estudantes com vulnerabilidade socioeconômica, mas todos aqueles que têm interesse em participar de eventos e apresentar os resultados de seus projetos.

O programa garante aos estudantes o auxílio financeiro para o pagamento de alimentação, hospedagem, taxa de inscrição e deslocamento até o evento, a fim de valorizar sua formação profissional e social e, ao mesmo tempo, inseri-lo num universo educacional mais amplo para adquirir experiências com novas perspectivas de pesquisa e extensão. (IFPR, 2018f). Os eventos dos quais os beneficiários podem participar são de várias naturezas, como, por exemplo, congressos, feiras, encontros de representação estudantil, festivais culturais, visitas técnicas e competições.

No edital mais recente do programa de apoio à participação em eventos estudantis, n.º 13/2019, observamos que nem todos os estudantes do IFPR podem

concorrer aos auxílios ofertados, sendo os beneficiários os matriculados em cursos técnicos do nível médio e da graduação, na modalidade presencial (IFPR, 2019a). Assim, alunos da modalidade de educação à distância e do nível de pós-graduação não tem a oportunidade dos benefícios do programa.

Para Costa Filho (2015) que analisou a implementação desse programa até o ano de 2014, essa política de apoio estudantil passou por algumas fases até seu amadurecimento. No primeiro ano o IFPR elaborou um edital que possibilitou que os *campi* realizassem seus eventos internos, ainda sem direcionamentos precisos, enquanto em 2012 foi retirado o evento esportivo que teve um edital específico e, também, houve a inserção de eventos de natureza político-acadêmica, possivelmente para incentivar a formação de grêmios estudantis. E, finalmente, em 2013 houve o retorno da unificação dos diversos eventos e em 2014 foi incluído a possibilidade de participação em eventos internacionais na região do Mercosul.

Para concorrer ao edital, o estudante deve ter frequência mínima de 75% no curso que está matriculado, no período anterior à solicitação dos auxílios. A contrapartida dos beneficiados é a apresentação da certificação do evento e o preenchimento de uma avaliação em que constam as atividades realizadas durante o evento, a importância de sua participação para a sua formação escolar e a relevância do edital nessa participação.

O Programa de Apoio a Eventos Estudantis, ofertado pelo IFPR, oportuniza os estudantes dessa instituição a ter contato com atividades externas, sejam de ensino, pesquisa, extensão, inovação, olimpíadas e competições. Dessa maneira, colabora diretamente para uma formação que vai além dos muros escolares, potencializando, assim, uma educação integral fundamentada na sustentabilidade, na inclusão social e na qualidade de vida.

1.1.4 Programa PACE

O programa PACE do IFPR, instituído pela IIP/PROENS, n.º 20/2012, funcionou com base nesta normativa até o exercício de 2017. Após essa data houve uma reformulação do programa por meio da IIP/PROENS n.º 003/2018, sendo alguns itens alterados. Essa política de apoio ao estudante tem como foco colaborar na permanência, na melhoria de desempenho e no êxito escolar, sendo que esse objetivo está presente em ambas as regulamentações.

Uma das mudanças na normativa foi que o auxílio além de destinar-se à moradia, alimentação e transporte passou a abranger à aquisição de material didático, ampliando dessa forma a demanda específica da área pedagógica. Além disso, as duas instruções internas de procedimentos adotaram como requisitos para a concessão de auxílio financeiro aos estudantes, a situação de vulnerabilidade socioeconômica, priorizando os discentes provenientes da Rede Pública da Educação Básica ou de renda *per capita* de até um salário mínimo e meio mensal.

Na regulamentação anterior, IIP/PROENS n.º 20/2012, os beneficiários do PACE eram alunos de todos os níveis e modalidades de ensino, verificada a situação de vulnerabilidade e quem não havia concluído nenhum curso de graduação (IFPR, 2012b). No entanto, na recente normativa, IIP/PROENS n.º 003/2018, passam a ser contemplados os estudantes de todos os níveis de ensino da modalidade presencial, pressupondo que é permitido à estudantes que já possuem curso superior. (IFPR, 2018e).

Em ambos documentos a responsabilidade de seleção e acompanhamento dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica é da PROENS, por meio da DAES e em conjunto com os diversos *campi* do IFPR. A nova normativa traz explicitamente que a responsabilidade pela avaliação socioeconômica serão dos servidores detentores dos cargos de Assistente Social, lotados nos *campi* e na reitoria²⁰, devendo observar algumas situações vivenciadas pelos estudantes, tais como: “[...] situação de moradia, situação de trabalho, composição familiar, despesas familiares, renda *per capita*, bens móveis e imóveis da família e dentre outros agravantes sociais.” (IFPR, 2018e, p. 1).

Os editais dos programas de assistência estudantil estabelecem alguns critérios para concessão dos auxílios. No caso do PACE, a IIP/PROENS, n.º 20/2012 em seus artigos oitavo, nono e décimo descrevia alguns critérios para a concessão do auxílio-moradia e do auxílio transporte. Já na IIP/PROENS n.º 003/2018 “a concessão de auxílio será viabilizada mediante repasse financeiro ao/à estudante para complementação de suas despesas, de acordo com critérios estabelecidos em edital.” (IFPR, 2018e, p. 1).

²⁰ Em 2013, o IFPR realizou concurso público para o cargo de Assistente Social por meio do Edital n.º 126/2013 - PROGEPE/IFPR, neste caso ocorreu o provimento de 16 vagas, destas 5 foram para Reitoria e 11 distribuídas para os *campi*. (IFPR, 2013).

A regulamentação de 2012 abordava as condições para participação no programa, enquanto a IIP/PROENS n.º 003/2018 apresenta os requisitos de participação e permanência no programa de assistência complementar. Em ambas constam a obrigatoriedade de estar matriculado e a necessidade de uma frequência igual ou superior a 75%, porém, a regulamentação mais recente possui em sua redação a obrigatoriedade para toda a carga horária do ano letivo aos alunos dos cursos de ensino médio, e de toda a carga horária do componente curricular para os estudantes do ensino superior.

Enquanto a primeira IIP orientava que o aluno fosse comunicado quando não possuísse a frequência mínima necessária e, conseqüentemente, a suspensão do pagamento, possibilitando o retorno caso houvesse regularização (IFPR, 2012b), a edição atual ressalta que o desligamento do programa ocorrerá caso o aluno não possua a frequência por dois meses consecutivos ou alternados. (IFPR, 2018e).

O acompanhamento da frequência de acordo com a IIP/PROENS n.º 20/2012, estava a sob a responsabilidade da Direção de Ensino do Campus. Porém, com a alteração na regulamentação do PACE “o acompanhamento do/a estudante no Programa será realizado pela Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis - SEPAE do campus, em conjunto com a Diretoria de Assuntos Estudantis da Pró-Reitoria de Ensino.” (IFPR, 2018e, p. 2).

Outra alteração é no que relaciona-se ao desligamento do estudante no programa de auxílio: as duas normativas preveem sobre o trancamento de matrícula, transferência, jubramento, desistência, conclusão do curso e por solicitação do estudante, porém a IIP/PROENS n.º 003/2018, prevê a possibilidade de ocorrer o encerramento por interesse da administração, devendo no caso ser por ato motivado.

No primeiro edital do PACE, n.º 009/2012, lançado um mês após a regulamentação desse programa, identificamos alguns critérios que não estavam presentes na regulamentação. No que diz respeito ao auxílio-transporte, o edital estabeleceu que a concessão do auxílio seria concedido aos estudantes que residam a uma distância maior que três quilômetros do campus e que necessitasse de transporte pago (IFPR, 2012a), condição esta que não estava descrita na IIP/PROENS n.º 20/2012.

Atualmente os beneficiários do PACE devem realizar uma avaliação do programa no final do ano letivo, apresentando informações que revelam a

efetividade dessa política de assistência estudantil para sua permanência, melhoria de desempenho acadêmico e conclusão de curso. Ao contrastar com o primeiro edital, identificamos que havia duas avaliações, parcial e final, sendo solicitadas em dois momentos distintos do ano.

Em relação ao acúmulo de bolsas, os estudantes do IFPR podem receber o auxílio do PACE juntamente com outros programas ofertados pela instituição, exceto o Programa PROEJA. Para permanecer no programa os beneficiários devem possuir a frequência igual ou superior a 75% da carga horária, sendo do ensino médio referente a toda carga horária do ano letivo e do ensino superior referente a toda carga horária por componente curricular. (IFPR, 2018e).

Diferentemente dos outros programas ofertados pelo IFPR e analisados no presente estudo, o PACE é o único que não exige uma contrapartida no sentido de compensação, ou seja, no “[...] caso da assistência estudantil, o estudante pode receber uma bolsa ou um auxílio financeiro em contrapartida à uma atividade acadêmica ou laboral.” (ANTUNES, 2018, p. 153). Dessa forma, o programa oportuniza que o estudante-trabalhador possa ter acesso ao auxílio financeiro e ainda manter-se em sua atividade profissional, pois no caso dos outros programas esse sujeito ficaria excluído do benefício por ter que participar de atividades que demandam dedicação de tempo em período coincidente com o trabalho.

1.1.5 Programa Estudante-Atleta

O PEA no âmbito do IFPR é o programa mais recente da instituição e foi aprovado por meio da Instrução Interna de Procedimentos (IIP) n.º 001/2014, da Pró-Reitoria de Ensino, em 28 de março de 2014. Seus objetivos são:

- I. Contribuir para a formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida dos estudantes.
- II. Proporcionar condições para a melhoria no desempenho escolar e acadêmico e, conseqüentemente, o êxito formativo.
- III. Fomentar a implementação da Política de Assistência Estudantil, contemplando, de maneira universal, as necessidades dos estudantes de acesso ao lazer, à saúde e à prática esportiva.
- IV. Promover aos estudantes igualdade de oportunidade no desenvolvimento das atividades físicas e esportivas.
- V. Assegurar ao estudante o acesso regular e permanente à prática esportiva e ao lazer, sob a orientação de um profissional da educação física. (IFPR, 2014b, p. 2).

As bolsas desse programa são ofertadas para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, conforme a descrição do PNAES, e que estão matriculados nos cursos do IFPR, em todos os níveis e modalidades de ensino. Além da frequência mensal igual ou superior a 75% e disponibilidade em desenvolver as atividades do projeto do qual fazem parte, os beneficiários precisam apresentar atestado médico para provarem que estão aptos a realizar as atividades físicas demandadas.

Segundo Cancelli (2018), o PEA é um programa que restringe a participação dos estudantes com deficiência devido a sua finalidade. Essa questão precisa ser melhor avaliada a partir da procura dos estudantes em seus respectivos *campi*, porque a aptidão em praticar modalidades esportivas precisa levar em conta cada modalidade, uma vez que determinadas deficiências não limitam a prática de alguns esportes.

Acreditamos que a diversidade de deficiências e o próprio amadurecimento da equipe que coordena os programas de assistência estudantil no IFPR, levou a instituição a inserir no edital mais recente do programa, n.º 174/2018, a dispensa da apresentação de atestado de saúde aos atletas da modalidade xadrez (IFPR, 2018d). Essa condição revela uma maior compreensão acerca da promoção da igualdade de oportunidade na realização de atividades desportivas por parte das diversas necessidades específicas dos nossos estudantes.

A oferta desse programa depende de apresentação de projeto por parte dos docentes de Educação Física ou servidores graduados nessa área. O primeiro edital do PEA admitia que nas modalidades de xadrez e tênis de mesa, outros servidores sem essa formação poderiam apresentar propostas (IFPR, 2014a), enquanto no edital n.º 174/2018, referente ao exercício de 2019, somente a atividade de xadrez pode ser coordenada por servidor não graduado em Educação Física (IFPR, 2018d). A questão dos projetos como etapa obrigatória pode ser uma barreira para a oferta de vagas, uma vez que os professores precisam disponibilizar tempo hábil para a execução das atividades.

Em relação à contrapartida o bolsista precisa dedicar quatro horas semanais nas atividades desportivas, sejam individuais ou coletivas, e, ainda, ter disponibilidade em participar dos jogos regionais e nacionais do IFPR, desde que pertençam ao quadro de atletas convocados (IFPR, 2014a). As modalidades

esportivas²¹ ofertadas pelo PEA estão descritas nos editais, demonstrando a ausência de autonomia dos *campi* em inserir os beneficiários em outras práticas que não sejam aquelas determinadas pela DAES. Dessa maneira, o edital não considera a realidade local, a cultura, os interesses de cada *campi* e comunidade acadêmica, que pode apresentar interesses diferentes em termos de práticas esportivas.

Segundo o primeiro edital do PEA, n.º 007/2014, cada campus deveria “[...] distribuir as bolsas de forma equitativa, sendo metade para modalidades coletivas femininas e a outra metade para modalidades coletivas masculinas.” (IFPR, 2014a, p. 5). Na descrição percebemos que os responsáveis pela construção do edital se preocuparam com uma divisão mais justa em relação à questão de gênero, porém ao observar a tabela de oferta de modalidades, encontramos uma contradição, porque há uma modalidade coletiva oferecida somente para o sexo masculino que é o futebol de campo. Dessa maneira, o documento ainda reproduz a valorização da cultura esportiva masculina.

Uma questão interessante do ponto de vista pedagógico por alinhar o programa com o desempenho escolar do estudante-atleta é que além de exigir a frequência mensal igual ou superior a 75% nos componentes curriculares que estiver cursando, o PEA estabeleceu no seu primeiro edital que “o aluno que obtiver conceito inferior a “C” em um ou mais componentes curriculares deverá comparecer ao atendimento que os docentes disponibilizam para reforço por, no mínimo, 2 horas semanais, nos componentes correspondentes.” (IFPR, 2014a, p. 10).

A condição acima, atualmente não contemplada no programa²², era uma estratégia pedagógica que de certa forma estimulava o estudante a procurar o atendimento docente quando obtinha conceito “D” - aprendizagem insuficiente - nos componentes curriculares. O não cumprimento desse critério e de outros deveriam ser informados pelo coordenador do projeto à Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis do campus que passaria à DAES a fim de cancelamento da bolsa.

²¹ As modalidades coletivas são: basquete, futsal, handebol, vôlei de quadra, vôlei de praia, xadrez (masculino e feminino) e futebol de campo (masculino). As modalidades individuais são: atletismo, judô, natação, tênis de mesa (masculino e feminino). (IFPR, 2014a).

²² O edital n.º 174/2018 estabeleceu que cabe à Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis de cada *campi* o acompanhamento pedagógico dos bolsistas do PEA, porém não destacou como isso ocorre e nem as circunstâncias. (IFPR, 2018d).

Os beneficiários do PEA ao concluir as atividades possuem o compromisso de realizar uma avaliação acerca da efetividade do programa em relação à sua permanência, desempenho escolar e conclusão de curso. A avaliação estudantil é um instrumento que demonstra uma ação democrática por parte do IFPR, pois além dos gestores, os sujeitos diretamente envolvidos no programa têm a oportunidade de expressar suas opiniões sobre o impacto da política de assistência na sua formação acadêmica.

Como vimos, os programas de assistência estudantil ofertados pelo IFPR foram construídos em momentos distintos. Essa constatação revela primeiramente que a política de assistência foi acompanhando a sua consolidação enquanto instituição de ensino básico, técnico e tecnológico, pois ao longo dos últimos anos o IFPR vem ofertando cursos em vários níveis, desde o subsequente e ensino médio integrado até cursos de nível superior e pós-graduação.

A diversidade de cursos ofertados pelo IFPR, assim como a heterogeneidade do perfil socioeconômico dos estudantes colaborou para que a instituição criasse programas para atender variadas realidades e dimensões educacionais, como a pesquisa, a extensão, o esporte, a inovação, entre outras. Exemplo disso, é o Programa de Apoio a Eventos Estudantis que inicialmente fomentou ações internas ligadas ao tripé educacional (ensino, pesquisa, extensão) e atualmente agrega não só essas ações como fomenta a participação de estudantes em eventos de diferentes finalidades formativas.

Além da constatação descrita, também identificamos que os primeiros programas assistenciais (Monitoria, PBIS e Apoio a Eventos) exigiam projetos por parte dos servidores e contrapartida por parte dos beneficiários no período do contraturno. Mas a partir de 2012 o PACE, programa em que a contrapartida é a frequência do estudante nas aulas, passou a ser a política de maior abrangência no IFPR.

No caso dos programas Monitoria e PBIS percebemos que a quantidade de tempo da contrapartida estudantil diminuiu dois terços desde sua criação, correspondendo atualmente quatro horas semanais. E entre as mudanças em relação ao PBIS citamos, por exemplo, a exclusão de atividades de caráter administrativas-pedagógicas que antes poderiam ser realizadas pelos bolsistas, revelando uma concepção política-pedagógica mais amadurecida por parte do IFPR em relação aos objetivos da assistência estudantil.

Embora, o IFPR não possua programas que atendam todas as áreas contidas no PNAES, os valores das bolsas podem ser utilizados em diversas demandas educacionais dos estudantes, conforme veremos nas narrativas dos beneficiários do Campus Irati. Portanto, acreditamos que a política de assistência promovida pela instituição adquire valores peculiares, pois depende das necessidades pessoais e familiares de cada usuário dessa política.

No próximo capítulo buscaremos resgatar a história do IFPR-Campus Irati e analisar, por meio de seus documentos oficiais e relatos de beneficiários egressos, como a política de assistência estudantil se estabeleceu no campus ao longo de sua existência. Consideramos que a contextualização é fundamental para desvelar o papel da assistência como elemento fundante na consolidação dessa instituição educacional.

2 O INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ – CAMPUS IRATI

O município de Irati-PR recebeu uma extensão do IFPR no ano de 2010, como parte do processo de expansão da Rede Federal de educação voltada para ofertar prioritariamente o ensino técnico profissionalizante. A cidade está localizada na região Centro-Sul do estado do Paraná e sua posição geográfica²³, bem como outros fatores econômicos e sociais favoreceu seu desenvolvimento em várias áreas, caracterizando-a como polo regional. (IPARDES, 2020).

Segundo dados do censo de 2010 (IBGE, 2010), a população de Irati na data de instalação do IFPR era de 56.207, sendo 17,4% constituída de jovens entre 15 e 24 anos, público-alvo dos estudantes do ensino técnico nível subsequente e integrado. Na época a cidade possuía o percentual de 98,5% de escolarização de 6 a 14 anos de idade, o que comparado a outros municípios era uma taxa alta, pois na microrregião ela estava em primeira na classificação e no Paraná se encontrava na posição 127^o.

Em 2010, a rede estadual de educação ofertava cursos de ensino profissional²⁴ em Irati, mas em áreas distintas daquelas que o IFPR passou a oferecer à população iratiense. A instituição federal iniciou suas atividades, no município, durante o mês de março de 2010:

[...] com os cursos técnicos presenciais de Agroecologia e Informática, ambos na modalidade subsequente. Poucos meses após o início do ano letivo, foi lançado o curso técnico subsequente de Produção de Moda, também presencial, inspirado em uma das vocações da região, a qual é considerada um pólo nacional de confecção de vestuário especializado em malhas e lãs. (IFPR, 2012c, p. 13).

Segundo os atuais servidores do campus Irati e autores do texto “A Trajetória do Instituto Federal do Paraná em Irati: rumo aos 10 anos”, os gestores da época optaram pelos cursos de Agroecologia, Informática e Produção de Moda

²³ A cidade de Irati possui limites fronteiriços com os seguintes municípios: Imbituva, Fernandes Pinheiro, Prudentópolis, Inácio Martins, Rio Azul, Rebouças e Guarapuava, sendo essa última não apresentada por referências bibliográficas.

²⁴ Entre as instituições de ensino estadual destacamos o Colégio João XXIII que ofertava o Curso Técnico em Enfermagem e o Centro Estadual Florestal de Educação Profissional Presidente Costa e Silva (Colégio Florestal) que a partir de 2010 passou a ofertar gradativamente no formato subsequente os cursos: Técnico em Meio Ambiente, Técnico em Segurança do Trabalho e Técnico em Florestas.

devido ao contexto socioeconômico, pois na cidade e região havia uma predominância da atividade produtiva agrícola e, também, em virtude das demandas de geração de trabalho por meio do empreendedorismo. (BARANOSKI et al., 2019).

A capacitação técnica do trabalhador, ou seja, a profissionalização da mão de obra, é uma das prioridades do IFPR na qualidade de integrante da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O Estado brasileiro ao investir na expansão desse tipo de formação buscou colocar em prática uma política social de caráter socioeconômico. As políticas sociais tipicamente socioeconômicas agregam o horizonte social e econômico da sociedade, procurando enfrentar a pobreza material por meio do investimento na geração de emprego e renda e apesar da profissionalização não criar emprego ela é relevante “...como estratégia de preparação, adequação, retreinamento etc.” (DEMO, 1994, p. 33)

A oferta de cursos do IFPR está associada à sua missão em formar cidadãos empreendedores e comprometidos com o desenvolvimento produtivo local e regional (IFPR, 2018f) e, por isso, a seleção de itinerários formativos atrelados à realidade econômica e social. A expectativa dos representantes do Poder Executivo e Legislativo, bem como da população iratiense era que os cursos iniciais oferecidos pelo Campus Irati pudessem colaborar diretamente na:

[...] transformação da realidade local por meio da qualificação profissional dos cidadãos, da criação de novos postos de trabalho e do consequente desenvolvimento do município, com elevação do poder aquisitivo e melhoria da qualidade de vida para todos. (BARANOSKI et al., 2019, p. 191).

Nessa época o IFPR-Campus Irati era núcleo avançado do Campus Curitiba e seu primeiro diretor-geral foi o professor Celso Luiz Buiar, nomeado pelo reitor Alípio Santos Leal Neto. A estrutura física inicial era constituída por uma área de 31.640 m² em que situava um prédio de 1.112,84 m², atualmente denominado de Bloco A. O prédio centralizava todas as atividades educacionais promovidas pelos docentes (ensino, pesquisa e extensão), bem como as atividades administrativas e de apoio ao ensino.

As limitações em infraestrutura e quadro de pessoal marcaram o início das atividades do IFPR-Campus Irati, pois a instituição não possuía biblioteca, laboratórios e equipamentos suficientes para atender as necessidades dos cursos,

além de contar com sete docentes, dois técnicos administrativos em educação, dois estagiários e seis funcionários terceirizados (BARANOSKI et al., 2019). Vale ressaltar que essas condições não foram exclusividades de Irati, mas de muitos outros *campi* do IFPR.

Segundo informações contidas no Projeto Político Pedagógico (PPP) (IFPR, 2012c) do Campus Irati o número de matriculados na primeira turma dos cursos de Agroecologia, Informática e Produção de Moda, na modalidade subsequente, foi de 24, 20 e 21, respectivamente. Essa quantidade de estudantes expressa as dificuldades de qualquer instituição de ensino no começo de suas atividades, pois ainda era preciso um intenso trabalho de divulgação para conseguir consolidar a instituição na cidade.

Ao longo dos seus nove anos de existência, o IFPR-Campus Irati expandiu em todos os aspectos (estrutura física e estrutura de pessoal). Atualmente a área total é de 39.000 m². O espaço é constituído por um prédio já existente quando ocorreu a negociação do terreno pelo governo federal denominado de bloco A, também existe o prédio denominado bloco B com 2.727m² e o ginásio de esportes com 1.682,74m² de área e capacidade para 800 pessoas, local que são realizadas atividades esportivas, culturais e os eventos de grande proporção como a formatura e a recepção de estudantes no início de cada ano letivo.

A infraestrutura possui além das salas de aulas e salas para fins administrativos, dois laboratórios de química, um laboratório de agroecologia, um laboratório multiuso, três laboratórios de informática com 104 computadores em funcionamento e uma biblioteca com 12.072 exemplares, sendo 4.528 títulos catalogados no Sistema Pergamum. A área externa além de arborizada consta com uma estrutura física provisória para atender as aulas práticas do curso técnico em Agroecologia, como viveiros e tanque de peixes.

Além do crescimento da infraestrutura física, o IFPR - Campus Irati também aumentou consideravelmente, desde o início de suas atividades, o número de servidores e terceirizados para atender as diversas necessidades de uma instituição educacional tecnológica e profissionalizante. Conforme o Quadro 3, no ano de 2019 o Campus alcançou a quantidade de 76 servidores, entre docentes e TAEs, sendo que uma parte considerável possuía um nível de escolaridade acima da exigência do seu cargo.

Quadro 3 - Relação de Docentes e TAEs do Campus Irati em 2019

Carreira	Quant.	Nível de escolaridade				
		Ensino Médio	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
Docentes	40 ²⁵	-	-	4	26	10
TAEs	36 ²⁶	4	11	14	4	3
Total	76	4	11	18	30	13

Fonte: LIMA (2019) Elaborado pelo autor.

Uma característica relevante do ponto de vista da qualidade do ensino e da eficiência da gestão pública é o nível de escolaridade dos servidores da instituição. No caso dos TAEs muitos possuem escolaridade superior daquela exigida no cargo, contribuindo dessa forma para que o trabalho realizado seja executado da melhor forma possível. Em relação aos docentes a formação *stricto sensu* colabora diretamente nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, das quais são responsáveis, pois o conjunto de conhecimentos e experiências obtidos nessa formação impactam no cotidiano de seu trabalho com os estudantes.

Em relação aos TAEs, esses servidores realizam diversas atividades de apoio ao ensino, segundo sua função profissional, conforme Quadro 4. Desse modo, além de profissionais que trabalham na área administrativa, o campus possui profissionais como assistente social, psicólogo, arquivista²⁷, relações públicas, técnico em tecnologia da informação para dar suporte às várias demandas de uma formação integral.

Quadro 4 - Relação de TAEs do Campus Irati - 1º Semestre de 2019

(continua)

Descrição do Cargo	Nível de escolaridade exigido no Concurso	Quant.
Administrador	Superior	1
Arquivista	Superior	1
Assistente de Aluno	Fundamental	3

²⁵ No que se refere aos docentes cabe destacar que 37 são servidores efetivos e pertencem ao Plano de Carreira e Cargos do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, instituído pela Lei n.º 12.772/2012 (BRASIL, 2012) e três são professores substitutos, contratados de acordo com a Lei n.º 8.745/93 (BRASIL, 1993) na qual permite a contratação por prazo determinado e para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

²⁶ Quatro servidores cedidos para Reitoria ou para outra Instituição de Ensino.

²⁷ Esse profissional foi cedido para a reitoria por meio de termo de cooperação.

Quadro 4 - Relação de TAEs do Campus Irati - 1º Semestre de 2019

(conclusão)

Descrição do Cargo	Nível de escolaridade exigido no Concurso	Quant.
Assistente em Administração	Ensino Médio	11
Assistente Social	Superior	1
Auxiliar de Biblioteca	Fundamental	3
Auxiliar em Administração	Fundamental	2
Bibliotecário-Documentalista	Superior	1
Contador	Superior	1
Pedagogo	Superior	2
Psicólogo	Superior	1
Relações Públicas	Superior	1
Técnico em Tecnologia da Informação*	Ensino Médio Profissionalizante na Área ou Ensino Médio Completo com Curso Técnico	2
Técnico em Assuntos Educacionais	Superior	1
Técnico de Laboratório – Área de Informática	Ensino Médio Profissionalizante na Área ou Ensino Médio Completo com Curso Técnico	1
Técnico de Laboratório – Área de Química	Ensino Médio Profissionalizante na Área ou Ensino Médio Completo com Curso Técnico	1
Técnico de Laboratório – Área de Agroecologia	Ensino Médio Profissionalizante na Área ou Ensino Médio Completo com Curso Técnico	1
Técnico de Laboratório – Área de Biologia	Ensino Médio Profissionalizante na Área ou Ensino Médio Completo com Curso Técnico	1
Técnico em Contabilidade	Ensino Médio Profissionalizante na Área ou Ensino Médio Completo com Curso Técnico	1
Total		36

Fonte: GT Pessoas IFPR – Campus Irati. Elaborado pelo autor.

Dos TAEs listados no Quadro 4, alguns estão diretamente ligados à execução da política de assistência estudantil no Campus Irati e outros de forma indireta. No caso dos assistentes em administração lotados na seção contábil, embora muitas vezes não conheçam os beneficiários, as funções exercidas são para manter e controlar a disponibilidade de recursos orçamentários até a efetivação do pagamento aos estudantes, ou seja, os três estágios da despesa pública (empenho, liquidação e pagamento), (BRASIL, 1964). Já os servidores lotados na SEPAE, como o assistente social, psicólogo e pedagogo estão em contato direto

com os estudantes bolsistas pois possuem a tarefa de orientá-los no processo de inscrição nos programas e, também, de acompanhá-los no que for necessário durante o período em que estiverem atrelados aos programas.

Desde 2010, o IFPR-Campus Irati vem ofertando cursos na modalidade presencial e EaD, em vários níveis de escolaridade. Inicialmente foram ofertados cursos técnicos subsequentes para aqueles que possuíam formação no ensino médio. Os cursos tinham dois anos de duração e o propósito de formar mão de obra técnica para atuar na área de agroecologia, informática e produção de moda²⁸. A partir de 2013, ocorreu uma conquista do ponto de vista da verticalização do ensino, visto que naquela data e no ano posterior, 2014, foram abertos os cursos Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio e Técnico em Agroecologia Integrado ao Ensino Médio, respectivamente.

A notícia da abertura do curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio foi comunicada pelas mídias locais com ênfase na importância da formação profissional para a expansão econômica de Irati. Na reportagem publicada no site da Rádio Najuá em agosto de 2012, o jornalista Rodrigo Zub inicia o texto fazendo uma relação entre a capacitação profissional e a possibilidade da transformação social, seja do próprio estudante quanto do seu entorno social. Segundo Zub (2012, p. 1):

O Brasil do século XXI continua sendo o país do contraste entre o moderno e o atrasado, causado pela péssima distribuição de renda e pela elevada pobreza. Para mudar esta realidade, a formação profissional tem sido encarada por diversos especialistas como o diferencial para ingressar no mercado de trabalho e deixar a condição de vulnerabilidade social. Pensando neste objetivo de investir na qualidade da mão-de-obra o Instituto Federal do Paraná (IFPR) Câmpus Irati irá ofertar a partir de 2013 o ensino médio integrado. O anúncio foi feito na quarta-feira, 22, pelo diretor do Câmpus Irati, professor Francis Luiz Baranoski, durante cerimônia de inauguração da revitalização do Instituto.

A formação profissional dos estudantes para o mercado de trabalho também foi um ponto destacado na reportagem, por meio da declaração do prefeito de Irati na época, Sérgio Stoklos. Para o representante do poder executivo iratiense “[...] a revitalização e a expansão dos cursos do IFPR significam o diferencial para que o município possa oferecer condições de novas empresas se instalarem em

²⁸ O Curso Técnico em Produção de Moda na modalidade subsequente foi extinto em dezembro de 2014. (IFPR, 2014d).

Irati.” (ZUB, 2012, p. 2). Os cursos técnicos integrados ao ensino médio permitiram que o IFPR aumentasse sua expressividade enquanto instituição educacional no município de Irati e cidades vizinhas, uma vez que os estudantes concluintes do ensino fundamental tinham a opção de concorrer a uma das quarenta vagas ofertadas em cada curso por essa instituição federal.

A formação profissional para o ingresso no mercado de trabalho tendo como objetivo a retirada do estudante de uma condição de vulnerabilidade social foi uma concepção hegemônica, conforme vimos na imprensa local de Irati e de seus representantes políticos. Porém, precisamos destacar que embora o IFPR adote o sistema de cotas de inclusão para indivíduos de grupos sociais vulneráveis (cota por renda, cota racial e cota por deficiência, por exemplo), o processo seletivo tende a funilar os interessados, revelando assim os limites da educação integral cidadã que a instituição se diz comprometida.

Segundo Tonet (2012, p. 82), a oposição exposta:

[...] reflete no âmbito da educação sob a forma de uma contradição entre o discurso e a realidade objetiva. O primeiro proclama uma formação integral, isto é, livre, participativa, cidadã, crítica para todos os indivíduos. O segundo proclama, no seu movimento real, a impossibilidade daquela formação.

Na esteira do discurso de uma formação integral que pretende capacitar mão de obra para a expansão econômica da região, um dos princípios pedagógicos do IFPR é a verticalização do ensino, ou seja, um itinerário formativo, oferecido pela própria instituição, em que o estudante “[...] possa iniciar com cursos de capacitação e progredir gradativamente, alcançando a Educação Superior e inclusive a Pós-graduação.” (IFPR, 2018f, p. 155). Fundamentado nessa concepção, o Campus Irati oferta cursos superiores, sendo eles Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (TADS), iniciado em 2015, Licenciatura em Química, com abertura em 2018 e Bacharelado em Agronomia, primeira turma em 2019, sendo esse último em regime integral e os dois primeiros noturnos.

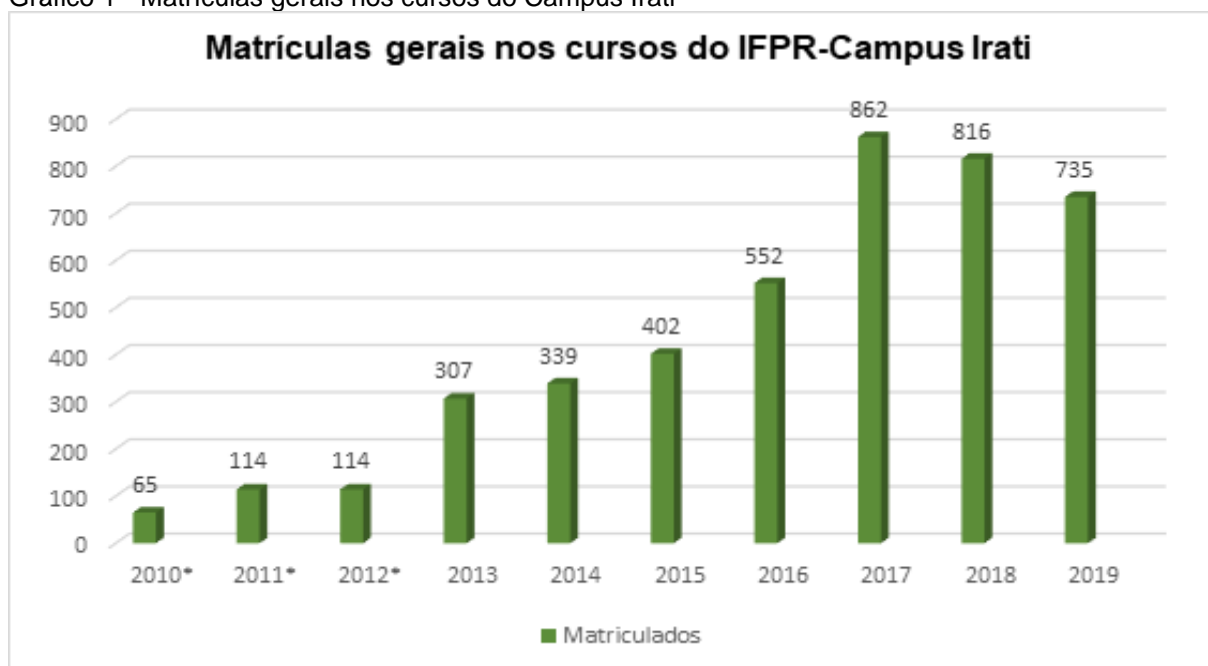
Além dos três cursos superiores, o Campus Irati ofertou em 2017 uma turma de especialização em Ensino de Ciências da Natureza e Matemática. O curso surgiu da parceria entre IFPR e rede pública de ensino, municipal e estadual, com o objetivo de capacitar docentes das áreas de ciências, matemática, química, biologia

e física, contribuindo assim no desenvolvimento da educação básica da cidade de Irati e região.

O IFPR-Campus Irati, em diferentes anos, também ofereceu à comunidade local cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), bem como FICs elaborados pelo próprio campus para atender as demandas do município. Alguns exemplos foram cursos na área de formação docente para professores da rede pública municipal, os cursos Agente de Projetos Sociais, Educação do Campo e Trabalhador Doméstico e cursos do eixo tecnológico produção cultural e design, sendo esses ainda ofertados atualmente.

No Gráfico 1, podemos visualizar o crescimento do Campus Irati no que diz respeito ao número de estudantes em seus mais variados cursos presenciais e EaD.

Gráfico 1 - Matrículas gerais nos cursos do Campus Irati



Fonte: PPP IFPR-Campus Irati, SETEC/MEC, Seção de Secretaria Acadêmica IFPR-Campus Irati
 * Nesse período não foi contabilizado o número de matriculados em cursos EaD.

Segundo a legislação de criação dos IFs, a instituição deve garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para a “[...] educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados [...]” e o mínimo de 20% (vinte por cento) para “[...] cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de

professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional [...]” (BRASIL, 2008, p. 4).

O Campus Irati alcançou em 2019 o percentual de 69% no caso dos cursos de nível técnico e 10% no caso da licenciatura (IFPR, 2018f), pois a Licenciatura em Química teve abertura em 2018 não completando seu ciclo de quatro anos. Ainda como desafio para o campus é a oferta do PROEJA, modalidade de ensino que está proposta para o ano de 2020, conforme dados do PDI.

A concepção de ensino do IFPR-Campus Irati está fundamentada na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), na concepção e diretrizes da educação profissional e tecnológica dos IFs (MEC, 2010), na Resolução 54/2011 do IFPR, bem como no pensamento dos educadores Dermeval Saviani, José Carlos Libâneo e Paulo Freire. Sendo assim, o campus busca desenvolver um modelo de educação profissional e tecnológica comprometido “[...] com uma educação de qualidade, com a formação de um profissional-cidadão bem como com a difusão da ciência e tecnologia.” (IFPR, 2012c, p. 41). Em síntese, a prática pedagógica da instituição procura consolidar uma articulação entre a técnica e o conhecimento do processo produtivo e, desse modo, admite como pressuposto teórico para suas ações educacionais a pedagogia histórico-crítica.

No PPP do IFPR-Campus Irati, a concepção de ensino da instituição foi assim definida:

Assim, assumindo o pluralismo das tendências pedagógicas progressistas, o IFPR – Câmpus Irati considera como concepção de ensino aquela que trabalha na perspectiva de um ensino emancipatório, ou seja, um ensino que promova o desenvolvimento integral do cidadão-trabalhador emancipado e comprometido com a transformação de sua realidade e de sua sociedade através de ações que levem a um desenvolvimento local e regional sustentável. (IFPR, 2012c, p. 41).

São seis os princípios norteadores específicos da prática pedagógica do Campus Irati, sendo esses: verticalização do ensino; unicidade do ensino, pesquisa e extensão; inclusão social; educação transformadora; desenvolvimento integral. (IFPR, 2012c). Além do ensino, na oferta de cursos técnicos integrados e subsequentes, graduação e FICs, a instituição também integra em seu currículo formativo a prática da pesquisa e da extensão.

Os docentes do campus possuem em seu plano de trabalho uma carga semanal de dezesseis horas para a realização de atividades de pesquisa e/ou

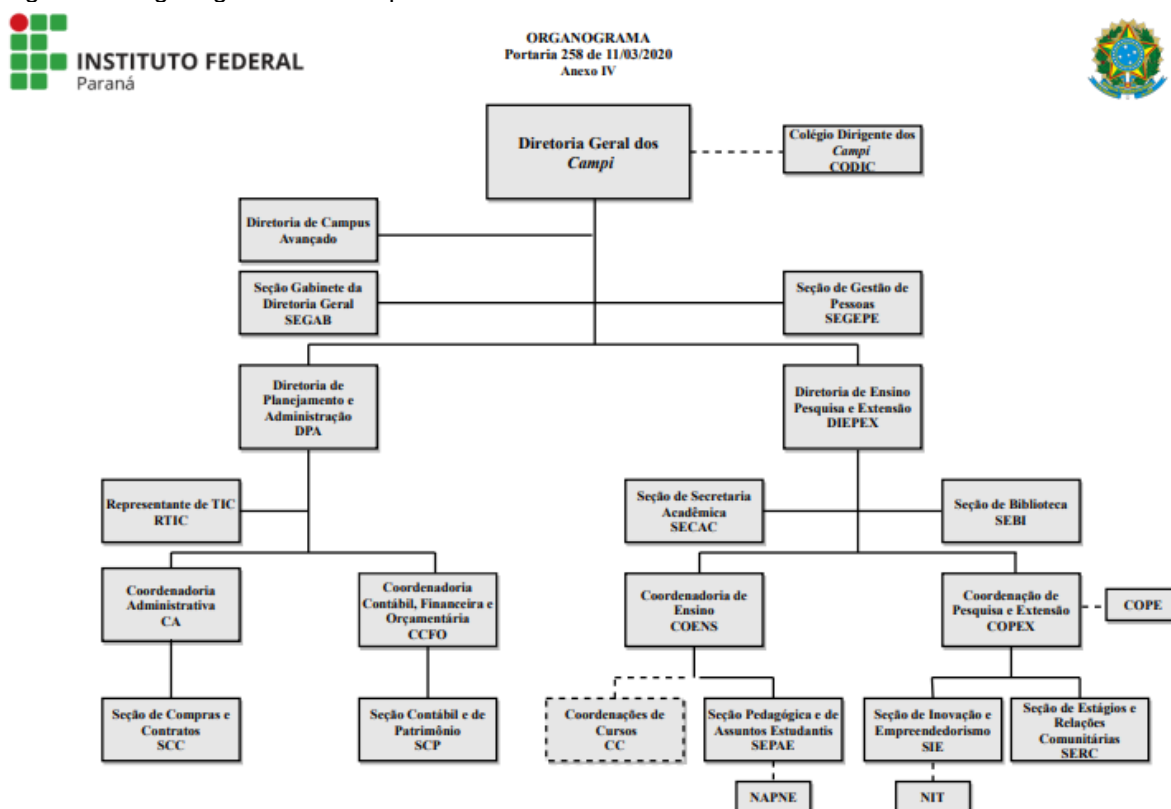
extensão, sendo boa parte dessas ações vinculadas às demandas locais. Os projetos também possuem a participação dos estudantes, sendo na maioria dos casos beneficiários de bolsas que são ofertadas pelos programas de assistência estudantil ou iniciação científica. Apesar dessas duas atividades formativas serem pilares da educação integral, verificamos que a participação discente ainda é muito restrita comparado com a quantidade de matriculados, pois em 2019 foram registrados no Comitê de Pesquisa e Extensão (COPE) do campus 26 projetos de extensão e 40 de pesquisa, sendo que o número de estudantes envolvidos nessas duas ações foram de oito e dezoito alunos, respectivamente.

O IFPR-Campus Irati, como vimos, é uma instituição educacional fundamentada no tripé do ensino, da pesquisa e da extensão e atualmente é uma referência local na oferta do ensino técnico integrado ao ensino médio, pois o maior número de estudantes está matriculado nessa modalidade. Ao adentrar no campus os estudantes encontram à sua disposição uma estrutura organizativa bastante diversificada para lhes atender em variados aspectos, como, por exemplo, equipe multidisciplinar constituída de pedagogo, psicólogo e assistente social.

Por meio do organograma do campus, podemos identificar a organização administrativa e educacional da instituição e identificar o seu compromisso com uma formação emancipatória, capaz de promover “[...] o desenvolvimento integral do cidadão-trabalhador emancipado e comprometido com a transformação de sua realidade e de sua sociedade através de ações que levem a um desenvolvimento local e regional sustentável.” (IFPR, 2012c, p. 44). No organograma, além da direção geral e das direções administrativa e do ensino, observamos diversas seções, coordenadorias e núcleos.

Além de identificar que a organização administrativa é bastante diversificada devido aos princípios que regem a educação no IFPR, podemos também verificar a presença de um Colégio de Dirigentes que procura estabelecer uma gestão democrática no campus. Vale destacar que a participação dos discentes se faz presente tanto no Colégio de Dirigentes como nos colegiados dos cursos, colaborando para uma educação inclusiva e participativa. Na Figura 4 apresentamos o Organograma do Campus Irati para exemplificar o conjunto de setores que realizam a gestão educacional da instituição.

Figura 4 - Organograma do Campus Irati



Fonte: IFPR, 2020c.

Para atender as demandas educacionais a Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão conta com o auxílio da Coordenação de Ensino e Coordenação de Pesquisa e Extensão, levando em consideração os três pilares formativos da instituição. Na parte do ensino o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) busca promover ações para o acesso e permanência dos estudantes que possuem necessidades educacionais peculiares, o que demonstra a preocupação do campus em contribuir no desenvolvimento de uma prática pedagógica voltada para a educação especial e inclusiva.

A inclusão social é um princípio norteador das ações do IFPR, em especial do Campus Irati “[...] uma vez que se busca através dos cursos ofertados, das ações de extensão e pesquisa envolver parte da população que se encontra à margem do processo de desenvolvimento da região.” (IFPR, 2012c, p. 45). Entre as ações de inclusão destacamos o sistema de cotas de acesso aos cursos ofertados pela instituição e a política de assistência estudantil com foco na permanência e êxito dos estudantes matriculados.

A política de assistência estudantil no Campus Irati é concebida como concretização de um direito social aos beneficiários, desmistificando assim a ideia de uma ação assistencialista. (IFPR, 2012c). Os diversos programas de apoio ao estudante, a serem contextualizados na próxima seção do presente estudo, buscam garantir aos estudantes que se encontram em vulnerabilidade socioeconômica o acesso, a permanência e a conclusão nos cursos oferecidos pela instituição.

2.1 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFPR-CAMPUS IRATI

Seguindo os princípios da Educação Integral, o IFPR é uma instituição educacional que defende a inclusão social. Essa característica está presente no próprio processo de acesso à instituição. No Edital IFPR n.º 18/2019 que estabelece as normas do processo seletivo para o ingresso nos Cursos Técnicos de Nível Médio, na modalidade presencial, ofertados para o ano de 2020, identificamos conforme a Figura 5, o quantitativo de cotas de inclusão, sendo no total oitenta por cento que são divididas em 11 categorias. (IFPR, 2019b).

Figura 5 - Distribuição de Vagas Gerais e Reservadas a Cotas de Inclusão

CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO CATEGORIAS DE CONCORRÊNCIA												
Número de vagas por turma	C1	C2	C3	C4	C5	C6	C7	C8	C9	C10	C11	AC
	COTAS DE INCLUSÃO											(20%)
	ENSINO FUNDAMENTAL INTEGRAL EM ESCOLA PÚBLICA (60%)								COTAS IFPR (20%)			
	(50%) Renda IGUAL OU INFERIOR a 1,5 salário mínimo per capita				(50%) Renda SUPERIOR a 1,5 salário mínimo per capita				Pretos ou pardos (PP)	Indígenas (I)	Pessoas com deficiência (PcD)	
Pretos, pardos ou indígenas com deficiência (PPIPcD)	Pretos, pardos ou indígenas (PP)	Pessoas com deficiência (PcD)	Demais candidatos	Pretos, pardos ou indígenas com deficiência (PPIPcD)	Pretos, pardos ou indígenas (PP)	Pessoas com deficiência (PcD)	Demais candidatos					
20	1	1	1	3	1	1	1	3	2	1	1	4
25	1	2	2	3	1	2	1	3	Ajustar linha da tabela			5
30	1	2	2	4	1	2	2	4	3	1	2	6
35	1	3	2	5	1	2	2	5	4	1	2	7
36	1	3	2	5	1	3	2	5	4	1	2	7
40	1	3	2	6	1	3	2	6	4	2	2	8
80	2	5	4	13	2	5	4	13	8	4	4	16

Fonte: IFPR, 2019b (Anexo II).

Em síntese, a inclusão, no caso dos cursos de nível médio, tem como foco oportunizar o acesso de estudantes com renda familiar inferior ou superior a 1,5 salário mínimo, desde que tenham cursado integralmente o Ensino Fundamental em escola pública; candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas e

peças com deficiências. Para que esses estudantes frequentem os cursos e concluam no tempo estabelecido pelos currículos, o IFPR-Campus Irati disponibiliza várias bolsas por meio de programas de assistência estudantil apresentados no primeiro capítulo do presente trabalho.

As ações da assistência estudantil propostas pelo Campus Irati são:

Intensificar a divulgação dos direitos dos estudantes à assistência estudantil e promover ações educacionais que removam barreiras atitudinais e arquitetônicas; Estimular ações que promovam a inclusão social de segmentos específicos, como estudantes com necessidades especiais, estudantes do PROEJA, estudantes oriundos de escolas públicas, entre outros; Definir um sistema de acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações, programas e serviços realizados pela assistência estudantil; Promover a implementação de ações que contemplem as peculiaridades das regiões onde está localizado o Câmpus, bem como a adequação dos programas com referência às especificidades de grupos sociais que potencialmente serão atendidos, tais como os pequenos agricultores (agricultura familiar), entre outros. (IFPR, 2012c, p. 56).

Desde 2010, quando o campus iniciou suas atividades, até o ano de 2018 o número de estudantes beneficiários dos programas de assistência estudantil cresceu consideravelmente. Porém, é preciso salientar que a quantidade de matrículas também aumentou significativamente, de forma especial a partir de 2017 quando foram abertas as turmas do ensino médio integrado no período vespertino.

Concomitante com a expansão de matrículas, ocorreu no cenário político-econômico uma série de transformações que impactaram negativamente o orçamento público, dificultando assim a expansão da política de assistência estudantil em consonância com a ampliação do público estudantil. Entre essas mudanças destacamos: o impeachment de Dilma Rousseff e uma nova plataforma política e educacional, a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição que impôs um teto aos gastos públicos pelos próximos 20 anos e uma série de contingenciamento nos orçamentos das instituições de ensino.

Dessa forma, a aplicação de recursos para a assistência estudantil do IFPR não vem acompanhando a quantidade de matriculados na instituição nos últimos anos. Apesar dessa realidade essa política foi (e ainda é) uma ação inclusiva, pois busca promover a igualdade de oportunidade no desenvolvimento das atividades formativas ofertadas pelo Campus Irati.

O primeiro programa de assistência estudantil do IFPR foi o Programa de Bolsas Monitoria, cujo edital foi lançado em 2010, ou seja, no mesmo ano em que teve início os cursos subsequentes do Campus Irati. Para concorrer ao processo de seleção de bolsa, o candidato deveria “estar cursando, no mínimo, o 2º período; ter sido aprovado na disciplina/unidade curricular que caracteriza a área da Monitoria pretendida [...]” (IFPR, 2010a, p. 6). Partindo desses requisitos, o Campus Irati não foi contemplado com esse programa na sua primeira edição, pois quando o edital foi divulgado em maio de 2010 os estudantes de Irati ainda estavam cursando o primeiro semestre letivo.

O Programa de Apoio a Eventos Estudantis também teve início em 2010, porém, no segundo semestre. Sobre a execução do programa no Campus Irati nesse período não tivemos informações, mas há indícios que em 2010 a instituição não foi contemplada porque no PPP elaborado em 2012 foi apresentado um quadro que constam as bolsas oferecidas aos estudantes do campus em 2011 e 2012. Diante dessa constatação, acreditamos que se em 2010 algum estudante de Irati tivesse recebido bolsa para participar de eventos, a informação estaria exposta no PPP.

Foi a partir de 2011 que o Campus Irati passou a ser contemplado com bolsas dos três programas de assistência estudantil regulamentados em 2010, pois o campus precisou se organizar no primeiro ano nas suas atividades pedagógicas e posteriormente se empenhar na consolidação dos cursos e no combate a um dos seus maiores problemas, a evasão escolar²⁹. Assim, em 2011, o campus foi contemplado com quatro bolsas de monitoria, onze de participação em eventos e vinte e oito do PBIS. (IFPR, 2012c).

Em relação ao PBIS, no total de 712 bolsas previstas conforme o número de projetos aprovados (IFPR, 2011a), o Campus Irati recebeu 28 bolsas, ou seja, aproximadamente 4% (quatro por cento) do total de bolsas distribuídos pelo IFPR. Aparentemente um quantitativo baixo, mas se partirmos do princípio que a primeira etapa do programa consiste na apresentação de projetos por parte dos servidores da instituição e considerando que havia em 2011 no campus dez docentes e quatro TAEs, totalizando 14 servidores com condições de elaborar e orientar as ações, supomos que alguns propuseram a coordenar mais de dois projetos.

²⁹ Sobre a evasão escolar no IFPR-Campus Irati entre os anos de 2010 e 2012 consultar o seu projeto político pedagógico (IFPR, 2012c).

Em 2011 foram realizados no Campus Irati 11 projetos vinculados ao PBIS, alguns relacionados às áreas administrativa e empreendedorismo, outros à informática, agroecologia e produção de moda que eram os três eixos de formação da instituição naquele ano (IFPR, 2012c). Esses projetos foram coordenados por seis docentes e uma TAE, demonstrando que a instituição viabiliza a participação dos técnicos no fomento da pesquisa e extensão no campus.

Um dos projetos de extensão denominado “Vila feliz”, coordenado pela docente Julyana Biavatti, tinha como propósito promover a cidadania por meio da customização de roupas e assim sensibilizar os participantes sobre a preservação ambiental. O projeto foi destacado da seguinte forma em um dos canais de comunicação institucional, no mês de setembro de 2011:

O Câmpus Irati do IFPR promoveu, no último dia 21, o lançamento do projeto Vila Feliz, com ampla participação de moradores da Vila Matilde – bairro onde o câmpus está situado. O Vila Feliz é um projeto de extensão desenvolvido em parceria com o Programa do Voluntariado Municipal (Provopar) de Irati com o objetivo de recuperar e customizar peças de roupas arrecadadas através de doações da comunidade. Alunos do curso Técnico em Produção de Moda do IFPR e moradores da Vila Matilde trabalharão na interferência visual das peças através de consertos e reformas. (PROJETO..., 2011).

Observamos que o projeto “Vila Feliz”, desenvolvido no Campus Irati, possuía claramente dois objetivos do PBIS presentes na Resolução n.º 64/2010 que regulamentou o programa no âmbito do IFPR, pois a ação extensionista visava ampliar as experiências profissionais e a responsabilidade social dos bolsistas, bem como integrar a comunidade estudantil e a comunidade externa. (IFPR, 2010c).

Para o estudante da primeira turma do Curso Técnico em Informática, Arildo Les, o IFPR é “importantíssimo, pois trouxe qualidade e oportunidades às pessoas que nele ingressam, devido ao alto nível de ensino ofertado aos acadêmicos, abrindo diversas oportunidades em projetos de pesquisa e extensão”. (BARANOSKI et al., 2019, p. 202). Bolsista do PBIS, por meio do projeto “IFPR Online - Projeto de Inclusão Digital e Cidadania”, o estudante enalteceu o tripé da instituição e a oferta de uma educação pública e de qualidade.

O estudante Arildo Les foi selecionado para ser bolsista do PBIS no ano de 2011 e receber um auxílio no valor de trezentos reais mensais entre os meses de abril e dezembro e em contrapartida o beneficiário deveria atuar no projeto dedicando um total de 12 horas semanais. Diferentemente de outras instituições de

ensino, o IFPR estava ofertando ao estudante um ensino técnico profissionalizante e concomitantemente experiências formativas no campo da pesquisa e da extensão e é possível que esses elementos possibilitaram sua concepção acerca da instituição definindo-a como importantíssima por oportunizar conhecimentos para além da sala de aula.

Em 2012, o número de estudantes com bolsas PBIS aumentou para 13 até porque a quantidade de servidores também cresceu para 21, sendo 15 docentes e seis TAEs. Os beneficiários dos programas de assistência estudantil que tem como contrapartida a dedicação em projetos de ensino, pesquisa ou extensão, possuem a possibilidade de aprimorar conhecimentos da área técnica para além do currículo desenvolvido na sala de aula.

Para exemplificar essa constatação, destacamos o caso do estudante Antônio Luciano de Souza que se formou em Técnico em Agroecologia em 2012. A experiência do beneficiário do PBIS está transcrita da seguinte forma na obra que registrou a história do Campus Irati:

Antônio Luciano valoriza muito o fato de ter cursado Agroecologia no IFPR. Do ponto de vista profissional, percebe o curso como uma oportunidade única em sua vida. Além das aulas teóricas e práticas, salientou sua participação em atividades de pesquisa e extensão. Bolsista no Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social (Pbis), conseguiu pôr em prática, ainda durante o curso, os conhecimentos adquiridos em sala de aula. Relembrou as atividades realizadas no projeto de extensão sobre o uso da homeopatia na criação animal, tema também escolhido para o seu trabalho de conclusão de curso. (BARANOSKI et al., 2019, p. 200).

No relato do estudante, identificamos que este reconheceu a importância do PBIS para sua formação profissional, pois teve a oportunidade de ter contato com conhecimentos complementares ao seu curso, utilizando o objeto de investigação do projeto de extensão para seu trabalho de conclusão de curso. Assim, além de apoiar financeiramente os estudos do estudante, o programa de assistência estudantil oportunizou ao bolsista experiência acadêmico-profissional e permitiu que isso ficasse registrado em sua memória.

No ano de 2014 ocorreram duas mudanças significativas no Campus Irati que foram fundamentais para aprimorar os serviços de gestão da assistência estudantil na instituição. Essa nova realidade ocorreu devido “[...] a política de desconcentração das atividades administrativas e a descentralização orçamentária, financeira, contábil e patrimonial para os Câmpus [...]”. Foram criados sistemas

operacionais internos, lançados concursos para novos servidores e ofertados cursos de capacitação profissional, tudo isso para garantir “[...] maior eficiência para a gestão e para as Unidades Executoras.” (IFPR, 2014c, p. 1).

Em relação ao setor administrativo ocorreu a contratação de servidores para a equipe administrativa do campus, sendo assim nomeados uma servidora para o cargo de administrador, um contador, um técnico em contabilidade e quatro servidores assistentes em administração. Com essa nova realidade tornou-se possível o início da desconcentração das atividades administrativas e a descentralização orçamentária, financeira, contábil e patrimonial para os *campi* que foram contemplados com a contratação de cargos efetivos.

A segunda mudança estava relacionada a estruturação da SEPAE³⁰ no Campus Irati, pois foram nomeados por meio de concurso público duas pedagogas, um assistente social e uma intérprete de linguagem de sinais³¹. Assim a seção passou a contar com esses quatro servidores e mais um TAE licenciado para “[...] auxiliar os docentes e alunos nas ações referentes ao processo de ensino-aprendizagem articulado com a assistência estudantil” (IFPR, 2017, p. 217), contribuindo para uma gestão mais eficiente dos programas assistenciais ofertados pela instituição.

As competências da SEPAE em relação à assistência estudantil são:

Fazer o acompanhamento socioeconômico dos alunos, juntamente com a Pró-Reitoria de Ensino; Divulgar os programas de Assistência Estudantil, bem como organizar, conferir, acompanhar as inscrições nos diversos programas, tais como: PBIS, PACE e Proeja; [...] Auxiliar a implantação de ações de inclusão social e assistência estudantil; Implementar a manutenção dos programas de Assistência Estudantil mantidos pelo IFPR no Campus, garantindo desta forma a permanência e o êxito no processo formativo do aluno, através de atividades como: Divulgação dos editais para a comunidade; Recebimento e organização de documentos dos alunos; Cadastramento de dados dos alunos; Preenchimento de relatórios, planilhas (mensais e/ou semanais e/ou anuais) [...] (IFPR, 2017, p. 217).

A SEPAE e de forma especial o assistente social ficam encarregados de publicizar os editais da assistência estudantil para os estudantes do campus, orientar as inscrições e receber a documentação dos interessados durante o processo de seleção e após o deferimento também se encarregam de monitorar a

³⁰ Em 2015 foi nomeada uma psicóloga para integrar a equipe da SEPAE do Campus Irati.

³¹ A servidora foi removida para o Campus Paranaguá em 2016.

participação dos bolsistas nos diversos programas. Nesse sentido, podemos inferir que esses profissionais juntamente com os coordenadores do PBIS, Programa Monitoria e PEA são os sujeitos da instituição que possuem maior vínculo com os beneficiários por conhecer parte de sua realidade individual e de suas famílias.

O assistente social tem uma função relevante no processo de divulgação dos editais, na seleção dos bolsistas e nas orientações burocráticas no decorrer da execução dos programas. Assim, “o assistente social, embora desenvolva sua prática nas diversas políticas sociais, ao lado de outros profissionais, encontra nas políticas específicas de assistência suas demandas mais expressivas” (YAZBEK, 2016, p. 177) e, desse modo, o IFPR conta com esse profissional para consolidar uma política de assistência estudantil que garanta o êxito educacional de estudantes em condições de vulnerabilidade.

Alguns casos de estudantes nos últimos anos do IFPR expressam a importância da assistência estudantil para o acesso, a permanência e o êxito educacional nos cursos ofertados pelo campus e, também, revelam a pesquisa e a extensão como fundamentais na formação integral dos beneficiários. O primeiro que iremos apresentar é do jovem Alisson Rewell Bomfim e o segundo da jovem Liriane Maria Fernandes dos Santos.

O estudante Alisson Rewell Bomfim ingressou na primeira turma do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio em 2013. Morador da Vila Matilde, região em que está localizado o Campus Irati, o jovem se formou na área técnica em 2015. Segundo seu relato “[...] o IFPR tem se tornado referência em Informática na região, com alunos ocupando vagas em empresas de desenvolvimento.” (BARANOSKI et al., 2019, p. 202).

A partir de um levantamento nos editais e documentos de prestação de contas do IFPR, verificamos que Bomfim foi bolsista de programas da assistência estudantil em todos os anos que esteve matriculado na instituição. Esse fato demonstra a condição de vulnerabilidade do estudante uma vez que o PACE, programa do qual foi beneficiário quatro edições³², estabelece o seguinte critério para participação dos estudantes:

Art. 2º - O PACE consiste em oportunizar apoio aos/às estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, por meio da concessão de

³² O estudante foi beneficiário do PACE em 2013, 2014, 2015 e 2017.

auxílio para custear parcialmente despesas com: alimentação, transporte, moradia e aquisição de material didático, de modo a contribuir para sua permanência, melhoria do desempenho e êxito acadêmico/escolar.

Parágrafo único: Entende-se por estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica àqueles/as enquadrados/as no disposto do Art. 5º do Decreto nº 7.234/2010, do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, que dispõe sobre o atendimento prioritário a estudantes oriundos/as da Rede Pública de Educação Básica ou com renda *per capita* de até um salário mínimo e meio mensal. (IFPR, 2018e, p. 1).

Os auxílios financeiros recebidos via assistência estudantil colaboraram para que Bomfim frequentasse integralmente o ensino médio no Campus Irati, pois o currículo do curso técnico em 2013 era constituído por aulas todas as manhãs e três tardes durante três anos, dificultando assim que o jovem trabalhasse no contraturno. Além de beneficiário do PACE, programa no qual o bolsista precisa manter a frequência igual ou superior de 75% de toda a carga horária do ano letivo, o estudante também foi integrante do PBIS³³.

Sobre suas experiências no PBIS, Bomfim “[...] destaca esses projetos como uma das melhores formas de trazer benefícios à comunidade”. De acordo com o aluno, “é na extensão que muitas pessoas ouvem falar do IFPR pela primeira vez e são instigados a ingressar em algum dos cursos”. (BARANOSKI et al., 2019, p. 203). Ainda sobre a vivência do estudante em projetos de iniciação científica destacamos a sua participação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior em 2014, pois mesmo não sendo um programa vinculado à DAES sua atuação como bolsista lhe renderam conhecimentos que o levaram a participar do III SE²PIN, ocorrido em Foz do Iguaçu em outubro daquele ano, na modalidade pôster³⁴.

O segundo caso que destacamos sobre a importância da assistência estudantil no Campus Irati é o da jovem Liriane Maria Fernandes dos Santos que ingressou em 2014 no Curso Técnico em Agroecologia Integrado ao Ensino Médio. Diferentemente do currículo do curso de informática, o de agroecologia ofertava aulas somente na parte da manhã e, por isso a formação ocorria em quatro anos, embora o curso oferecesse muitas atividades no contraturno e saídas de campo para aulas práticas.

³³ O estudante foi beneficiário do PBIS em 2013 (Cartilha Política do Técnico em Agroecologia), 2017 e 2018 (Projeto de inclusão digital do IFPR - Campus Irati).

³⁴ O título do trabalho era “Manifestações artísticas do movimento na Educação Básica no Paraná – o que contam os documentos oficiais”.

Em 2015 o IFPR lançou o Edital n.º 41/2015 com o objetivo de selecionar um professor efetivo e cinco estudantes, todos da instituição, para participar do Fórum Franco Brasileiro “Ciência e Sociedade”. O evento tinha como tema a Agroecologia e ocorreu no mês de outubro daquele ano na França. O Campus Irati foi contemplado com duas vagas, uma da professora Ana Cláudia Radis, docente do Curso Técnico em Agroecologia Integrado ao Ensino Médio, e a outra vaga conquistada pela estudante do segundo ano desse mesmo curso, Liriane Maria Fernandes dos Santos.

Segundo o Edital n.º 41/2015 a seleção tinha como critério escolher, preferencialmente, “[...] estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica que já participaram de processo de seleção em programas de bolsas PBIS, PEA, monitoria, auxílio PACE.” (IFPR, 2015a, p. 6). A estudante selecionada já tinha sido beneficiária em 2014³⁵ do PBIS e em 2015³⁶ também era bolsista desse mesmo programa assistencial.

O fato que demonstra que a condição de vulnerabilidade da estudante marcou o período que frequentou o curso Técnico em Agroecologia foi a sua participação tanto no PBIS em 2014 e 2015 e no PEA em 2016 e 2017. Dessa forma, durante os quatro anos de estudos os benefícios da assistência estudantil estiveram presentes na sua formação educacional e provavelmente foi fundamental na permanência e conclusão do curso.

Em relação à experiência vivenciada na França, a estudante declarou que “na minha vida profissional, vai abrir portas e oportunidades no futuro; na pessoal, fez eu acreditar que posso ir tão longe quanto imagino [...]”. (IFPR, 2015b). O custeio das passagens do campus até Curitiba e do Brasil até Paris, bem como as diárias ficou a cargo do IFPR e a alimentação, hospedagem e o transporte na França foram custeados por parceiros franceses. (IFPR, 2015a).

Os benefícios concedidos por meio da assistência estudantil à estudante Liriane Maria Fernandes dos Santos foram fundamentais, segundo o depoimento da jovem. Primeiro porque o conhecimento que obteve ao participar de um evento internacional na área de sua formação educacional foi concebido como significativo

³⁵ Em 2014 participou do projeto “IFPR Songs’n Fun: Ensino De Língua Inglesa E Língua Portuguesa por meio de Músicas”.

³⁶ Em 2015 participou do projeto “IFPR Songs, Fun And Diversión: Ensino de Línguas Por Meio de Músicas”.

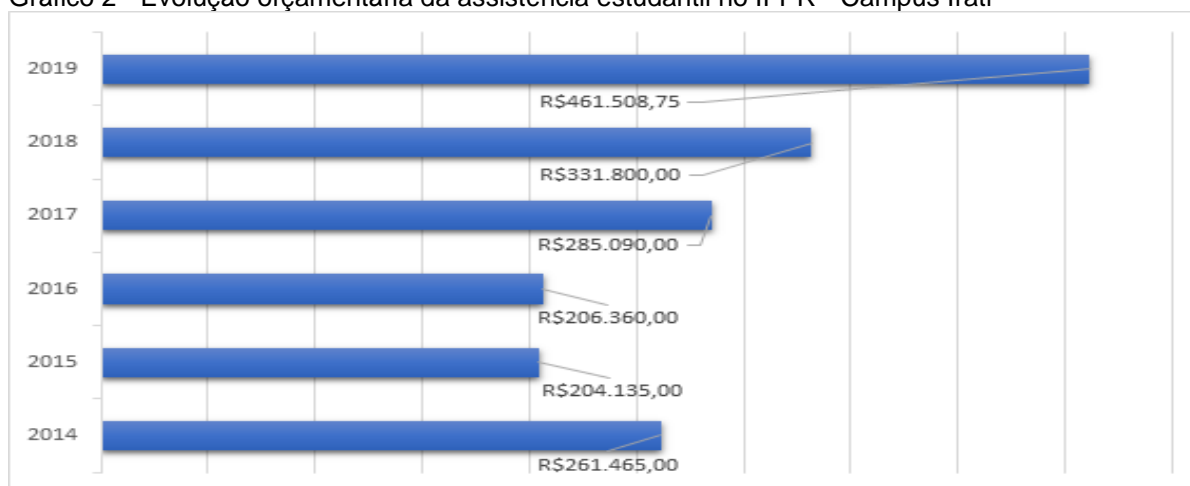
para conquistas futuras no mundo do trabalho, segundo porque colaborou na sua autoestima uma vez que a bolsista revelou que experiência no país francês fez crer que pode alcançar tudo que a imaginação permite.

Além dos conhecimentos adquiridos no Fórum Franco Brasileiro, a participação como bolsista nos projetos do PBIS possivelmente enriqueceu sua vida acadêmica-profissional nas áreas das linguagens escrita e oral. Além disso, atuando no PEA possibilitou que tivesse oportunidade no desenvolvimento de atividades físicas e acesso ao lazer, à saúde e à prática esportiva, conquistando até mesmo premiação³⁷ no JIFPR em 2016. (IFPR, 2016).

Como vimos a assistência estudantil no Campus Irati tem criado condições para minimizar a evasão e a retenção de estudantes que estão na situação de vulnerabilidade socioeconômica, além de assegurar igualdade de oportunidades no desenvolvimento das diversas dimensões humanas, bem como estimular experiências na área da pesquisa, extensão e inovação. Os auxílios só podem ser efetivados por meio do investimento público e de uma política educacional institucionalizada que tem como foco a democratização do ensino técnico federal.

Segundo o Gráfico 2, podemos observar a evolução orçamentária da assistência estudantil no Campus Irati, desde 2014³⁸.

Gráfico 2 - Evolução orçamentária da assistência estudantil no IFPR - Campus Irati



Fonte: Elaborado pelo autor.

³⁷ A estudante conquistou o terceiro lugar na modalidade de lançamento de disco feminino.

³⁸ Embora a política de assistência estudantil no Campus Irati tenha iniciado em 2011, não foi possível encontrar dados concretos do orçamento para esse fim nos anos anteriores a 2014.

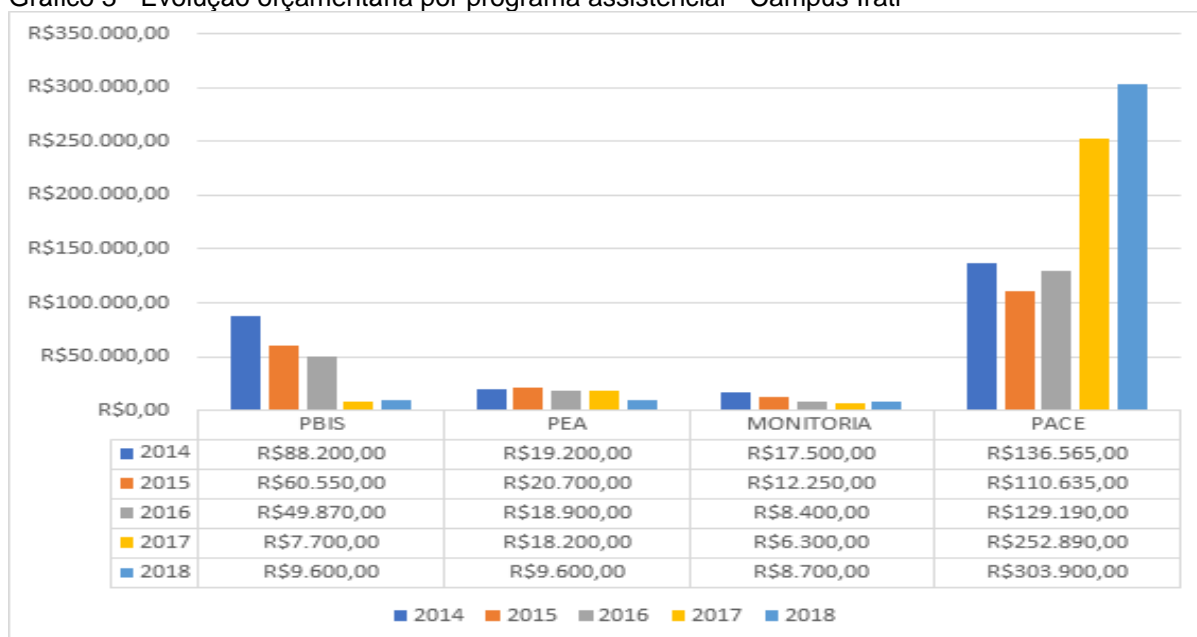
A partir de 2017 a distribuição orçamentária para cada campus do IFPR passou a levar em consideração os eixos estratégicos institucionais, buscando a partir de então garantir a aplicação do recurso público em conformidade com o que foi previamente planejado dentro das unidades. A matriz orçamentária é elaborada pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), utilizando a base de dados da Plataforma Nilo Peçanha criada em 2018, que emprega como base o número de matriculados nas diversas modalidades “[...] de ensino, nível do curso, peso do curso, tipo de curso, tempo do ciclo, período abrangido do ciclo, carga horária do ciclo, matrículas por ciclo”(IFPR, 2019f, p. 35).

Além dos fatores citados, outros como, por exemplo, o número total de matriculados, parâmetros como “[...] Campus Pré-Expansão, Campus Expansão (inclui avançados), Reitoria, Assistência Estudantil, Educação a Distância e Pesquisa, Extensão e Inovação” (IFPR, 2019f, p. 35) também impactam na distribuição orçamentária de cada campus. Somando todos esses fatores para cada período (ano), considera o “[...] número de Matrículas Totais, que será multiplicado pelo valor da matrícula (determinado na Matriz em acordo com a SETEC/MEC) e acrescido dos valores de Piso ou Complemento de Piso, conforme a fase do campus.” (IFPR, 2019f, p. 35).

Entre as ações a serem estabelecidas no orçamento está a assistência estudantil e no caso do IFPR as decisões sobre os valores destinados para tal ação são centralizadas na Reitoria da instituição, cabendo a cada campus a execução dessa política. Observamos que o valor destinado à assistência estudantil no Campus Irati aumentou nos últimos anos, uma vez que o número de matriculados também cresceu, exigindo assim mais bolsas.

Ao analisamos como o recurso orçamentário do IFPR foi distribuído entre os programas de assistência estudantil, percebemos que o PACE é o programa com maior oferta de auxílios no Campus Irati entre os anos de 2014 e 2018, segundo os dados do Gráfico 3.

Gráfico 3 - Evolução orçamentária por programa assistencial - Campus Irati



Fonte: Elaborado pelo autor.

O pesquisador Costa Filho (2015, p. 175) apontou a existência de um grupo de trabalho sobre a assistência estudantil no CONIF, contrária “[...] a exigência de contrapartida laboral para os auxílios cujo critério de seleção seja a vulnerabilidade social”. Segundo o entendimento desse grupo a contrapartida é um ideário neoliberal fundamentada no princípio da equidade da justiça liberal, ou seja, se eu recebo eu preciso dar algo em troca³⁹.

Com base na constatação de que há grupos que defende programas sem a contrapartida e de grupos que acreditam que a compensação laboral estudantil se faz importante para o recebimento das bolsas e levando em consideração os dados que revelam que no IFPR o PACE tem sido o programa com maior evolução, acreditamos, embora seja necessário um estudo mais aprofundado sobre o assunto, que a concepção predominante nesta instituição é:

[...] a compreensão de que a própria condição socioeconômica e a frequência nas aulas, bem como as notas escolares, devem ser a contrapartida de possibilidade de receber as bolsas e que, desta forma, compreende-se que vivemos em uma sociedade de classes. (COSTA FILHO, 2015, p. 175).

³⁹ Sobre esse pensamento ver Silva, 2012.

Em 2019, conforme o Quadro 5, o PACE foi o programa do IFPR e do Campus Irati com maiores recursos financeiros e, conseqüentemente, com a maior quantidade de bolsas ofertadas aos estudantes. O programa lançou três editais, o primeiro considerando a distribuição geral do número de bolsas, porém como em alguns *campi* se constituiu uma lista de espera e em outros não atingiu o número de vagas ocorreu uma redistribuição para atender aos estudantes em lista de espera.

Quadro 5 - Editais/Valores dos auxílios/quantidade (2019)

Programa	Edital	Valor Global Previsto	Quantidade de Bolsas (Geral)	Quantidade Mensal de Bolsas (Irati)
PACE	Edital n.º 171/2018	R\$9.785.610,00	5309	183
PACE	Edital n.º 65/2019	Redistribuído de auxílios remanescentes	387	20
PACE	Edital n.º 74/2019 e Edital n.º 163/2019	R\$ R\$ 374.625,00	370	68
Monitoria	Edital n.º 172/2018	R\$270.000,00	100	4
PBIS	Edital n.º 173/2018	R\$270.000,00	100	3
PEA	Edital n.º 174/2018	R\$270.000,00	100	5
Total				283

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em percentual o PACE⁴⁰ atendeu em 2019 aproximadamente 95% dos estudantes inseridos na assistência estudantil no Campus Irati e como a contrapartida desses bolsistas é a frequência nas aulas, os estudantes acabam não entrando em contato uns com os outros na mesma periodicidade dos bolsistas de outros programas como o PEA, PBIS e Monitoria. Logo, a maioria dos beneficiários atendidos pela política de assistência estudantil no campus precisam de um trabalho orientado pela SEPAAE, para que possa construir uma identidade em torno de seus deveres e direitos enquanto bolsistas.

⁴⁰ Conforme o Edital 32/2019 o PACE é dividido em duas categorias, sendo PACE I valor de R\$168,75 e PACE II valor de R\$315,00. (IFPR, 2019c).

Conforme o Quadro 6, o IFPR Campus Irati possui 283 bolsas distribuídas mensalmente durante o ano de 2019, sendo 273 estudantes contemplados pelos diferentes programas.

Como os cursos técnicos integrados ao ensino médio são os de maior ofertas de vagas, observamos que nesses cursos também se encontram a maior distribuição de bolsas. Identificamos que apesar do TADS possuir mais estudantes que a Licenciatura em Química, esse último curso tem mais bolsistas, revelando dessa maneira o perfil socioeconômico dos estudantes que cursam licenciatura no campus.

Quadro 6 - Cursos/alunos 2019 – Campus Irati

Curso	Nível	Alunos Matriculados	Bolsas por Curso/Percentual por alunos	Percentual por Cursos
Agronomia com ênfase em agroecologia	Bacharelado	37	12/32,4%	4,2%
Química	Licenciatura	66	27/40,9%	9,4%
Técnico em Agroecologia	Ensino Médio Integrado	247	123/49,7%	43,7%
Técnico em Informática	Ensino Médio Integrado	250	101/40,4%	35,7%
TADS	Tecnólogo	99	20/22,2%	7%
Administração	EaD - Técnico	16	-	
Segurança do Trabalho	EaD - Técnico	20	-	
Total		735	283	100%

Fonte: FERREIRA (2019). Elaborado pelo autor.

Sendo que a maior parte dos estudantes do campus recebe o auxílio do PACE, conforme Quadro 5, e estão matriculados no ensino médio integrado de acordo com o Quadro 6, e como vimos o programa em si não contribui para uma unidade entre os bolsistas, podemos entender a presença de somente dois estudantes no evento “Roda de Conversa sobre a Política de Assistência Estudantil” ocorrido em setembro de 2019, conforme citado.

Outras limitações acerca da ausência dos bolsistas no evento podem ser identificadas, como por exemplo, o fato da atividade ter sido proposta para ocorrer no período vespertino, ou seja, no horário de aula de parte dos beneficiários. Além

do mais, foram convidados 30 bolsistas, demonstrando que a metodologia para atrair os bolsistas não foi efetiva.

Em relação aos auxílios para participação em eventos, cabe ressaltar que para o ano de 2019 o Edital nº13, de 05 de fevereiro de 2019, normatizou e trouxe a regulamentação para elaboração de editais internos dos *campi*. Desse modo, a concessão de auxílios para eventos ocorreu considerando os seguintes aspectos: a necessidade de pagamento de inscrição limitado ao valor de até R\$200,00 (duzentos reais); o auxílio para hospedagem durante a participação no evento limitado ao valor R\$90,00 (noventa reais), com uma cobertura de até sete dias; o valor de R\$60,00 ao dia para alimentação; e o auxílio transporte quando o IFPR não disponibilizasse transporte específico para o evento, no valor limite de R\$1.000,00 (um mil reais)⁴¹.

Em 2019 os eventos que tiveram a participação de estudantes com concessão de auxílio foram Olimpíada IFPR de Robótica - 2019 II Fase; V Salão de Robótica; Winter Challenge Concórdia; OMIF - Olimpíada de Matemática dos IF's; Circuito SESC de Xadrez; Visita institucional à ITAIPU; III Encontro Nacional de Hortaliças Tradicionais; 13º Mostra Brasileira de Foguetes (13º MOBFOG); XI Congresso Brasileiro de Agroecologia.

O evento Circuito SESC de Xadrez é o que ofertou o menor valor de bolsa para quatro estudantes, enquanto a participação no XI Congresso Brasileiro de Agroecologia (uma estudante) e 13º Mostra Brasileira de Foguetes (13º MOBFOG) (três estudantes) foram os eventos que demandaram um montante financeiro maior e contribuiu para a participação de quatro jovens, ao menos um(a) estudante que participou dos eventos fez parte do grupo de entrevistados.

A participação em eventos é uma experiência ímpar na vida dos estudantes da educação pública, uma vez que representa uma oportunidade de conhecer outros espaços educativos, estimulá-los a prosseguir nos estudos se profissionalizando cada vez mais e, finalmente, é um momento para que compreendam a relação entre ensino, pesquisa e extensão (tripé da educação ofertada pelo IFPR).

Os benefícios financeiros recebidos pelos estudantes do IFPR-Campus Irati são empregados, como veremos no próximo capítulo, em gastos para a conclusão

⁴¹ Considerando a base de R\$0,50 (cinquenta centavos de real) para o quilômetro, utilizando dessa forma a ferramenta Google Maps para cálculo prévio."

de seus estudos na instituição e em alguns casos os bolsistas apontaram que também ajudam nas despesas familiares. A fim de compreender a participação financeira da assistência estudantil na vida dos estudantes que dela participam, elaboramos o Quadro 7 que demonstra a relação entre o valor da bolsa de cada programa e do salário mínimo de 2019.

Quadro 7 - Valor das bolsas x Percentual do salário mínimo

Programas	Valor Mensal das Bolsas	% do Salário Mínimo
PEA, PBIS e Monitoria	R\$ 337,50	33,82%
PACE I	R\$ 168,75	16,91%
PACE II	R\$ 315,00	31,56%
Evento de < valor individual	R\$ 105,55	10,58%
Evento de > valor individual	R\$ 1.450,00	145,29%

Fonte: Elaborado pelo autor, janeiro/2020.

A partir de janeiro de 2019 com a publicação do Decreto n.º 9.661, de 01 de janeiro de 2019, no qual dispõe sobre a atualização do salário mínimo para o ano corrente, o valor passou a ser novecentos e noventa e oito reais (BRASIL, 2019). Segundo dados do último censo, em 2017, a renda média mensal dos trabalhadores formais do município de Irati era de 2,2 salários mínimos, sendo que a população ocupada era de 22,6%, mostrando que o trabalho informal possui alta taxa na cidade.

Os bolsistas do Campus Irati são estudantes que precisam comprovar renda *per capita* de até um salário mínimo e meio para conseguir participar da assistência, logo um auxílio de programas como o PEA, PBIS, Monitoria e PACE II proporcionam um acréscimo de aproximadamente de 30% do salário mínimo na renda familiar, de acordo com o Quadro 7. Esse acréscimo, segundo os próprios bolsistas, oferece certa segurança para permanecer na instituição, uma vez que o transporte e a alimentação, conforme analisaremos no próximo capítulo, foram apresentados como os maiores dispêndios estudantis.

Percebemos até esse momento que o IFPR definiu as diretrizes de sua política de assistência estudantil a fim de colaborar para que sujeitos que possuem diferentes vulnerabilidades possam concluir sua formação profissional na rede federal de ensino. Os dados revelaram também as características dos programas,

o perfil dos bolsistas e algumas concepções gerais desses beneficiários ao longo da consolidação do Campus Irati.

Como nosso propósito é conhecer o impacto que a assistência estudantil possui no processo educacional dos beneficiários, buscaremos na próxima seção trazer à tona os significados atribuídos pelos bolsistas acerca dos programas de apoio ao estudante ofertados no Campus Irati. Acreditamos que essas interpretações precisam ser desveladas em seu contexto a fim de alargar o universo do discurso humano, como apontou o antropólogo Geertz (2014a).

3 INTERPRETAÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CAMPUS IRATI

Assim como Geertz (2014b) procurou identificar como os membros de diversas sociedades se definiam como pessoas por meio de suas formas simbólicas, nossa intenção é desvelar as interpretações dos beneficiários da assistência estudantil do IFPR - Campus Irati acerca dessa política e, de forma especial, como avaliam seu impacto em sua formação educacional e em suas relações de integração, bem como o processo de gestão dos programas aos quais estavam vinculados.

No intuito de trazer à tona as impressões dos estudantes bolsistas sobre a assistência estudantil, a pesquisa exigiu estreitar relações entre o pesquisador e o sujeito a ser entrevistado. Esse processo foi bastante desafiador e ao mesmo tempo enriquecedor, pois na qualidade de técnico administrativo do Campus Irati eu não tinha noção da objetividade e da subjetividade que envolvem os beneficiários e, conseqüentemente, suas interpretações.

O desenvolvimento da pesquisa de campo demandou ações específicas para que pudéssemos compreender de maneira mais aprofundada como a política de assistência estudantil se estabelece no IFPR-Campus Irati e quais as concepções que os beneficiários dessa instituição atribuem aos programas assistenciais. No item a seguir, procuramos relatar essa trajetória metodológica e as impressões do pesquisador em relação ao processo de investigação.

3.1 A PESQUISA DE CAMPO: TRAJETÓRIA METODOLÓGICA E IMPRESSÕES DO PESQUISADOR

Para a realização da pesquisa com os estudantes e o uso das dependências da instituição foi elaborado um documento denominado “Carta de Autorização/Anuência (Apêndice A)” e remetido à Direção Geral do Campus. Tendo em vista o público alvo da pesquisa e reconhecendo a função da Direção Geral de Campus como responsável por esse público e dependências do IFPR-Campus Irati a carta de autorização remetida buscou apresentar a temática do presente estudo, a necessidade de acessar os espaços físicos existentes para a realização das

entrevistas, a aplicação de questionários e a solicitação de informações referentes à assistência estudantil com servidores responsáveis por essa política.

Em diálogo com a Direção Geral do Campus, o pesquisador demonstrou o interesse em realizar o estudo sobre os programas da assistência estudantil, fato que foi acolhido positivamente pela Direção, que se propôs auxiliar no que fosse necessário para a realização do trabalho acadêmico. A partir da anuência, iniciamos a pesquisa de campo que consistiu na aplicação de questionário e entrevista. Enquanto o primeiro instrumento de coleta se concentrou em buscar informações gerais sobre a visão dos bolsistas de vários programas em relação à política de assistência estudantil no Campus Irati, as entrevistas procuraram desvelar as questões particulares que envolvem as interpretações dos beneficiários sobre a assistência e o impacto desta em sua formação educacional.

Nesta etapa da pesquisa elaboramos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em dois formatos, um para o estudante que respondeu o questionário e um modelo específico para o entrevistado, sendo respectivamente o (Apêndice E) e (Apêndice F). O TCLE para os participantes maiores de 18 anos de idade foi disponibilizado no momento da aplicação do questionário e da entrevista. No caso dos bolsistas menores de 18 anos - maioria dos entrevistados - o termo foi entregue previamente para que seus responsáveis tivessem conhecimento da pesquisa e autorizassem a realização da entrevista ou a participação no questionário.

Com o objetivo de informar sobre a temática da pesquisa os TCLEs foram elaborados em uma linguagem clara e objetiva e utilizado para formalizar o convite ao participante da pesquisa. No termo explicitamos como ocorreria o processo de realização do questionário e da entrevista, enfatizando os seguintes aspectos: a participação do colaborador(a), os riscos, os benefícios e a confidencialidade.

A fim de garantir a participação do bolsista, o TCLE descreveu sobre a importância da pesquisa acadêmica e a possibilidade de que seus resultados pudessem colaborar com a efetividade da política de assistência estudantil no IFPR-Campus Irati. O documento foi elaborado em duas vias idênticas, em forma e conteúdo, sendo que cada participante recebeu uma via na qual constava o contato e endereço comercial do pesquisador responsável para eventuais dúvidas ou esclarecimentos.

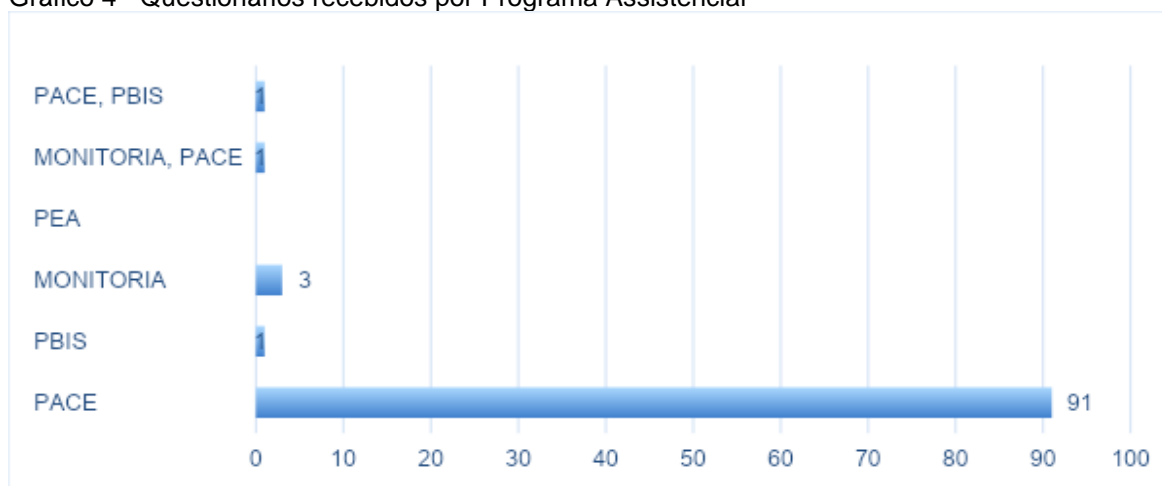
Em relação ao questionário, a aplicação deste instrumento de coleta teve como propósito conhecer de forma geral o perfil dos beneficiários da política de assistência estudantil do Campus Irati, bem como as concepções coletivas dos bolsistas do ano de 2019 acerca dos programas assistenciais. Nesse sentido, elaboramos um questionário semiaberto para ser respondido por todos os 273 beneficiários de um total de 283 bolsas distribuídas para o campus em 2019.

A metodologia utilizada para aplicar o questionário consistiu em distribuí-lo para todos os beneficiários dos programas, juntamente com o TCLE. Os dois documentos foram distribuídos em sala de aula e neste momento contamos com o apoio da SEPAE que possibilitou um dos seus servidores para acompanhar o pesquisador na distribuição e na coleta dos formulários.

O objetivo era atingir o máximo de alunos. Foram distribuídos, durante os meses de novembro e dezembro de 2019, 222 questionários, ou seja, aproximadamente 81% dos estudantes bolsistas receberam os formulários para participar da pesquisa. A totalidade não foi obtida por vários fatores, primeiramente devido ao fato da pesquisa não ser de caráter obrigatório, algo que foi anunciado aos estudantes em todas as visitas; segundo devido à ausência dos estudantes em sala de aula durante a distribuição; terceiro porque o critério para ser aceito as respostas no caso dos menores de idade era o retorno do questionário respondido juntamente com uma via do TCLE assinado pelo responsável, orientação que não foi cumprida em alguns casos; e, finalmente alguns estudantes optaram por não participar da pesquisa entregando em branco os formulários solicitados.

Para cada turma a distribuição do questionário foi realizada em um dia, ficando acordado que após três dias o pesquisador retornaria para recolher os documentos dos que se dispusessem a participar da pesquisa. Durante a aplicação do questionário a regra de apenas um retorno em sala de aula não funcionou e tivemos que efetuar várias visitas nas turmas e durante os intervalos das aulas para realizar as coletas dos formulários. A quantidade de questionários recebidos foram 97, conforme podemos observar no Gráfico 4, algo em torno de 43% de êxito. Após a coleta dos formulários procedeu a verificação dos TCLE e a sistematização das respostas buscando sempre não identificar o respondente.

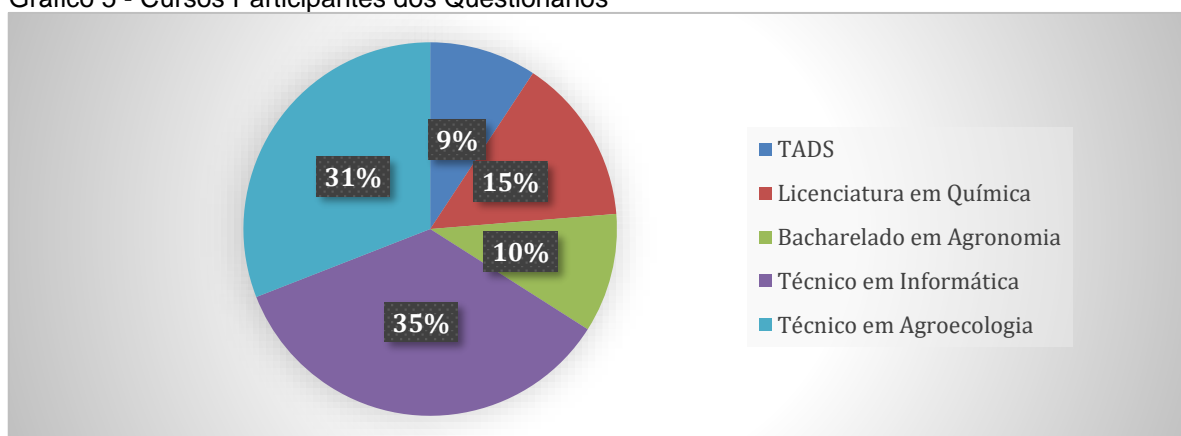
Gráfico 4 - Questionários recebidos por Programa Assistencial



Fonte: Elaborado pelo autor.

Em relação aos estudantes e seus respectivos cursos, os que tiveram a maior participação no questionário, segundo o Gráfico 5 frequentavam os dois cursos técnicos integrados, situação padrão, pois em 2019 estes cursos representavam 67,6% do número de matriculados no Campus Irati. Porém o percentual de 10% do curso de Bacharelado em Agronomia revelou uma participação mais ativa, devido ao fato de ter somente uma turma desse curso em 2019⁴² e a facilidade de preencher o questionário no momento da entrega por serem maiores de 18 anos, fato este que não aconteceu com estudantes do ensino médio.

Gráfico 5 - Cursos Participantes dos Questionários

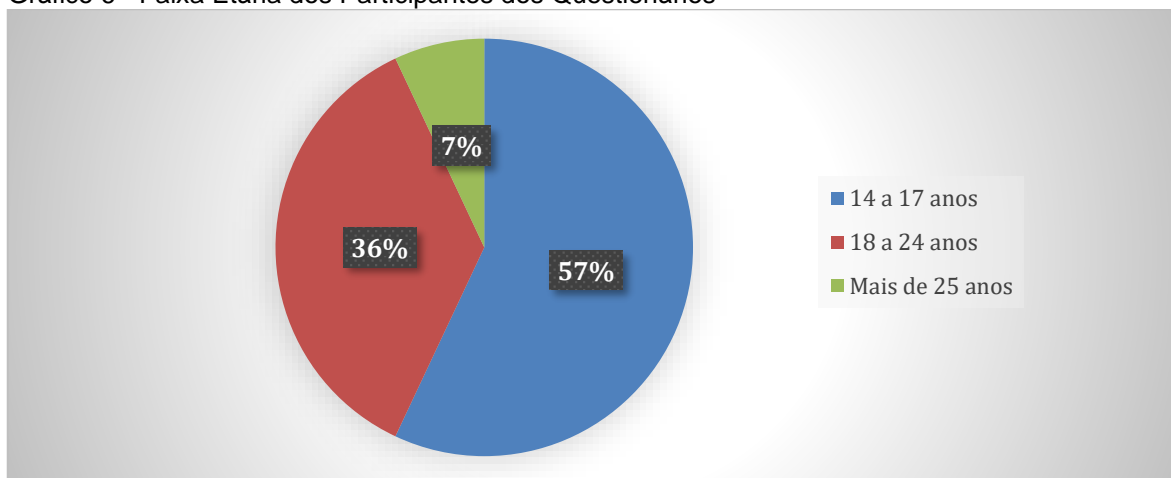


Fonte: Elaborado pelo autor.

⁴² O Curso Bacharelado em Agronomia iniciou em 2019 e segundo o Quadro 6, apresentado no capítulo dois, o curso possuía 12 bolsas. Logo, o percentual de 10% de 97 questionários respondidos representa dez bolsistas participantes, uma quantidade bastante significativa.

Um dado revelado pelos questionários, conforme o Gráfico 6, é a faixa etária dos bolsistas do Campus Irati em 2019. Mais da metade dos respondentes, ou seja, bolsistas, são adolescentes matriculados nos cursos do ensino médio integrado. Logo vivem sob a tutela de adultos com renda *per capita* de um salário mínimo e meio. Diante dessa situação caracterizada como condição de vulnerabilidade segundo o PNAES, o estudante recebe auxílio por meio da política de assistência estudantil para conseguir finalizar com êxito o curso na instituição.

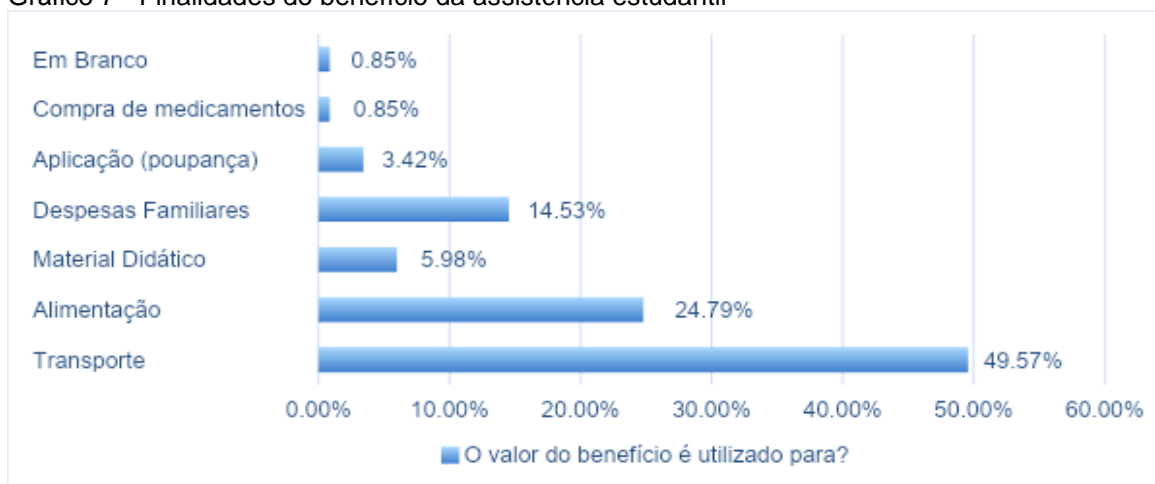
Gráfico 6 - Faixa Etária dos Participantes dos Questionários



Fonte: Elaborado pelo autor.

Com base no Gráfico 7, podemos observar que os bolsistas que responderam o questionário utilizavam prioritariamente o dinheiro da bolsa no seu transporte e na sua alimentação, duas finalidades presentes no PACE que era o programa com maior número de auxílios no Campus Irati em 2019.

Gráfico 7 - Finalidades do benefício da assistência estudantil



Fonte: Elaborado pelo autor.

A questão do transporte realmente é uma condição real na vida do estudante do IFPR-Campus Irati, pois a instituição está localizada num bairro que fica a quatro quilômetros do centro da cidade e os horários do transporte coletivo são restritos, fato que impede que os estudantes, especialmente, do período noturno utilizem esse tipo de transporte⁴³. Além do transporte, o Gráfico 7, também revelou outras finalidades do benefício estudantil, como, por exemplo, despesas familiares e material didático, demandas que apontam a contribuição da assistência na formação educacional dos bolsistas, segundo os dados apontados pelos questionários.

Os custeios de despesas familiares não são específicos da formação educacional, mas demonstram como a assistência estudantil pode contribuir na renda familiar e permitir que o estudante bolsista não procure outras formas de renda. Caso o estudante tivesse que realizar atividades remuneradas para ajudar no orçamento familiar, sua dedicação aos estudos poderia ser comprometida.

No intuito de desvelar as particularidades do papel da política assistencial na vida dos beneficiários do ano de 2019, optamos em realizar entrevistas por acreditar que esse instrumento é capaz de trazer à tona as interpretações desses sujeitos que são carregadas de significados. A seleção dos entrevistados não ocorreu de forma aleatória e nem partiu da escolha do pesquisador e sim após diálogo com os servidores da SEPAE por conhecerem melhor a realidade dos bolsistas.

Alguns critérios foram pré-definidos para seleção dos entrevistados, sendo os seguintes: a) estudante que participasse de um programa contínuo e um eventual (editais de eventos), pois nesse caso poderíamos identificar os significados diversos expressados pelo mesmo beneficiário acerca dos dois programas; b) discente que estivesse presente no processo de verticalização dos cursos ofertados pelo Campus Irati, a fim de desvelar a relevância da política de assistência na continuidade dos estudos e, conseqüentemente, na capacitação profissional de estudantes que apresentam vulnerabilidades; c) beneficiário de programa que não exigisse contrapartida além da frequência, no caso o PACE, para que pudéssemos contrastar a sua percepção com a de outros beneficiários de programas que exigem contrapartida; d) estudantes que foram beneficiados pelos programas Monitoria,

⁴³ Além do mais, não existe para os matriculados do IFPR-Campus Irati meio passe estudantil até o presente momento.

PEA e Eventos, uma vez que esses programas exigem atividade produtiva no contraturno por parte dos bolsistas, logo suas interpretações poderiam apresentar dados pertinentes às problemáticas da pesquisa; e) estudante que não residisse no município de Irati, no sentido de entender como o benefício tende a colaborar na sua permanência na instituição.

A partir desses critérios realizamos dez entrevistas, sendo nove com estudantes e uma com o servidor da SEPAAE, responsável pela gestão da política de assistência estudantil no Campus Irati, conforme o Quadro 8.

Quadro 8 - Entrevistados (codinomes)

Nome	Programa	Cursos
Augusto	Assistente Social	Servidor
Carlos	PACE II	Técnico em Informática Integrado
Fernando	PACE II	TADS
Julio	PACE I	Técnico em Informática Integrado
Luiza	PACE I e Edital de Eventos	Técnico em Agroecologia Integrado
Marcos	Monitoria e Edital de Eventos	Técnico em Informática Integrado
Pedro	Monitoria	Técnico em Informática Integrado
Regina	Edital de Eventos	Técnico em Agroecologia Integrado
Renata	PACE I, PEA e Edital de Eventos	Técnico em Agroecologia Integrado
Samuel	PACE I e PBIS	Técnico em Agroecologia Integrado

Fonte: Elaborado pelo Autor

Inicialmente todas as entrevistas estavam planejadas para acontecer nas dependências do próprio IFPR-Campus Irati, devido a pesquisa trabalhar com os integrantes da política de assistência estudantil do ano de 2019, todavia, uma delas ocorreu na residência do estudante, devido ao prazo de encerramento do ano letivo. As entrevistas aconteceram o mais próximo do final do ano letivo, assim tornou-se possível que os entrevistados tivessem uma melhor percepção e o maior tempo participando dessa política pública.

Uma das dificuldades enfrentadas para a realização das entrevistas foi conseguir um espaço apropriado que permitisse que o entrevistado ficasse o mais confortável possível. Como o IFPR-Campus Irati oferta cursos integrados nos períodos matutino e vespertino, a presença dos estudantes torna-se permanente nas dependências da instituição, portanto, as entrevistas não aconteceram no mesmo local e para amenizar essa dificuldade algumas salas foram concedidas para os momentos das entrevistas.

Os ambientes utilizados para realização das entrevistas foram: sala da direção geral; laboratório de informática 3; laboratório de agroecologia; sala de

reuniões no bloco B; e “refeitório/copa” (espaço reservado para os alunos que contém micro-ondas e geladeira para esquentar e guardar seus alimentos, em especial o almoço – marmitas). O agendamento prévio da utilização dos locais não era possível, portanto, a escolha do local ocorreu de acordo com a disponibilidade no momento de cada entrevista.

Ao considerar o local da realização da entrevista é possível destacar que o mesmo pode ter um significado particular para o bolsista e isso pode intervir na narrativa. Foi o caso, por exemplo, dos jovens Marcos, Regina e Luiza que realizaram a entrevista na sala da Direção Geral, um lugar pouco frequentado pela maioria dos estudantes, ou seja, atípico às suas atividades cotidianas. Ao estar nesta condição, percebemos que alguns dos entrevistados não se sentiram à vontade para falar sobre a temática abordada.

Outra opção que aparentemente seria ideal foi a sala de reuniões do bloco B, uma extensão da sala dos professores. Nesta sala acontecem reuniões de colegiado de cursos e em alguns casos o atendimento aos pais de estudantes, além disso, nela ficam alguns materiais didáticos e um *switch* para controlar a rede de internet. Neste ambiente realizamos as entrevistas do servidor Augusto e do jovem Samuel, mas tivemos de buscar outros espaços devido aos sons impróprios gerados pelo *switch* e pelas conversas de pessoas que passavam nos corredores, situação que acabou atrapalhando o áudio da gravação.

A partir das situações apresentadas e levando em consideração que seria importante escolher um ambiente em que o estudante estivesse mais familiarizado, procuramos utilizar os laboratórios de informática e de agroecologia em momentos que não estivessem sendo utilizados para atividades de ensino ou pesquisa, bem como o espaço do refeitório. Dessa forma, os bolsistas poderiam expressar com mais liberdade suas interpretações acerca dos programas assistenciais que participavam.

No laboratório de informática 3, ocorreu a entrevista com a bolsista Renata, estudante do Curso Técnico em Agroecologia Integrado ao Ensino Médio. Esse é um local com a dimensão de uma sala de aula, a diferença estaria no formato das mesas e a inclusão dos computadores e os equipamentos de informática para esses funcionarem em rede. Para a realização da entrevista utilizamos a mesa do professor em comum acordo com a bolsista, que se sentiu confortável durante todo

o período, pois em nenhum momento ocorreu interferência ou som externo que pudesse prejudicar o diálogo.

Com o estudante Pedro, matriculado no Curso de Informática, a entrevista foi realizada no laboratório de agroecologia. Apesar de não frequentar esse ambiente, o jovem aparentava tranquilidade para responder os questionamentos. O local é utilizado pelo colegiado do Curso de Agroecologia (servidores e estudantes), mas estava disponível naquele período, porém como é um ambiente com instrumentos específicos da área, a entrevista foi interrompida por alguns instantes devido ao ruído de um freezer. Nesse momento, acabamos optando pelo desligamento do aparelho para dar prosseguimento à conversa, que por sinal não foi afetada pelo ocorrido.

A sala denominada de refeitório/copa é praticamente um espaço rotativo, visto às suas dimensões de aproximadamente oito metros quadrados, em que se concentra: duas geladeiras, dois micro-ondas e uma mesa de seis lugares. Como esse local é bastante utilizado no horário do almoço realizamos as entrevistas com os bolsistas Julio e Fernando no período vespertino e noturno, respectivamente, uma vez que nesses horários as entrevistas poderiam ocorrer sem interrupções externas, hipótese que se concretizou.

Embora as entrevistas tenham sido realizadas em diversos espaços, em especial alguns de uso coletivo, procuramos tomar o cuidado para que no momento da entrevista não ocorresse interrupções. Dessa forma, os diálogos foram realizados somente com a presença do pesquisador e do entrevistado, exceto em um caso em que um servidor adentrou no ambiente para buscar material de trabalho e logo se retirou sem prejudicar o desenvolvimento da entrevista.

Com o propósito de compreender melhor o universo da assistência estudantil e as atividades desenvolvidas pela SEPAE, o primeiro entrevistado foi o assistente social do campus, que no decorrer do ano de 2019 colaborou com a presente pesquisa por meio de repasse de informações sobre a política de assistência estudantil. Ressaltamos que as conversas com esse profissional foram realizadas no decorrer da pesquisa e o servidor se dispôs a esclarecer dúvidas sobre suas atividades e as dificuldades enfrentadas diariamente para fazer o trabalho da melhor forma possível.

A primeira entrevista, portanto, aconteceu no dia 26 de novembro de 2019 com o único servidor que compõe o grupo de entrevistados desta pesquisa e

também o único participante escolhido apenas pelo pesquisador. A conversa ocorreu na sala de reuniões no bloco B no período noturno e o assistente social estava muito tranquilo e disposto a esclarecer os questionamentos apresentados.

Com o grupo dos estudantes, a primeira entrevista ocorreu com o estudante Samuel na sala de reuniões do bloco B no dia 27 de novembro de 2019. Como ainda estava em período letivo o jovem sugeriu a realização da entrevista em horário de aula, assim procuramos o professor responsável pela disciplina para verificar a possibilidade desse jovem não estar presente na atividade de ensino e, entendendo a importância da pesquisa, o docente o liberou.

Durante a entrevista notamos certa tranquilidade por parte do estudante e até uma satisfação por estar participando da pesquisa e poder falar sobre sua trajetória na instituição. O bolsista do PBIS e PACE lembrou de algumas dificuldades vivenciadas para chegar e se manter no IFPR, mencionou o fato de sua família ter que entregar para o banco um veículo por não conseguir pagar o financiamento, veículo este que os pais usavam para trazer o jovem ao IFPR.

Samuel estava cursando seu último ano, se preparando para ingressar em um curso superior e trabalhando como estagiário e relatou sentir-se feliz em participar da pesquisa. É importante ressaltar que esse jovem possui um irmão que frequentou o mesmo curso do ensino médio integrado no campus, fato que provavelmente influenciou a escolha de Samuel pelo curso técnico de Agroecologia.

Caso significativo foi da jovem Luiza que recebeu bolsa do PACE e Edital de Eventos. Sua participação na pesquisa ocorreu após uma conversa informal entre o pesquisador e o pai da bolsista, uma vez que num primeiro momento a própria estudante relatou que não tinha interesse em dar entrevista.

Depois de alguns dias em nova conversa, o pai informou ao pesquisador que falaria com sua filha e pediu para procura-la no IFPR e apresentar a proposta. Após a explanação do tema da pesquisa e de como ocorreria a entrevista, a estudante concordou e comentou que talvez ficaria um pouco nervosa. No dia da entrevista ao chegar no IFPR, a jovem estava meio temerosa e até parecia que desistiria, porém mesmo assim compareceu na entrevista que ocorreu na sala da direção geral.

Na maioria das entrevistas procuramos pautar algum assunto extra para tirar aquele momento de muita expectativa, fato que nos momentos iniciais como pesquisador também acontecia. Além do mais, informava aos bolsistas que

ficassem tranquilos e que não tinha uma resposta certa ou errada e sim como eles interpretavam questões relacionadas à assistência estudantil e sobre questões relacionadas ao IFPR.

Após verificar o preenchimento do TCLE, iniciamos a conversa focando na sua participação em evento na qual foi representando o IFPR-Campus Irati. Essa opção se deve partindo do pressuposto que a participação em eventos é algo mais prazeroso em se falar do que alguns assuntos mais relacionados à vulnerabilidade, possíveis dificuldades de se incluir no ambiente escolar e alguma análise positiva ou negativa da assistência. Logo após a abordagem temática sobre a participação no evento a estudante aparentava mais tranquila para continuar a entrevista, ao final tudo correu dentro do esperado e ao concluir a entrevista, já sem ocorrer a gravação, continuamos a conversa sobre as expectativas profissionais da estudante e qual curso de graduação gostaria de fazer.

Com o estudante Marcos, a entrevista estava agendada, porém não ocorreu no horário, pois sua turma estava realizando alguns preparativos para formatura. Assim, o aluno informou que não poderia naquele momento e a entrevista ocorreu num horário próximo ao seu almoço, algo que o mesmo não se importou decidindo iniciar a entrevista mesmo com um intervalo de tempo curto para a conclusão. Após decorrido um tempo, ficou claro que não seria possível terminar em prazo hábil para o estudante ir embora de van, fato que ele mesmo já tinha avisado aos colegas.

Ao concluir a entrevista o bolsista do Programa Monitoria e participante do Edital de Eventos apresentava-se satisfeito em participar da pesquisa e como já havia perdido o seu horário de almoço e o transporte para ir embora, convidei o jovem para almoçar e continuamos conversando sobre projeções para o futuro. Destacamos que o estudante citou várias vezes o incentivo e a presença constante de seus pais durante sua trajetória na instituição.

Dentre algumas dificuldades para concluir os estudos no IFPR está a distância entre a instituição e a residência dos estudantes. Essa questão esteve presente na realidade do bolsista do Programa Monitoria, Pedro e vale ressaltar que essa condição foi um dos motivos de sua seleção para compor o grupo dos entrevistados.

O bolsista Pedro reside no interior de um município vizinho da cidade de Irati/PR, distância aproximada de 65 quilômetros. Durante a entrevista ao entrar no

assunto de como ele fazia para chegar até a instituição, o estudante chegou a dar uma pausa para refletir e depois de alguns segundos em silêncio destacou:

“[...] meio complicado, levanto lá de casa por volta de umas 4h40 a 5 horas, daí minha mãe me traz de carro até Imbituva, pego a van em Imbituva e venho para cá, e para voltar o mesmo esquema, saio daqui 12:30 mais ou menos e chego lá mais ou menos às 13h30 a 14 horas”. (Pedro).

Apesar da distância o jovem se mostrou muito feliz em poder estudar no IFPR e com o sonho de ingressar na carreira docente, citou vários casos que o motivava cada dia em preparar o seu material para realizar a monitoria. Além de se preparar para auxiliar na disciplina de Algoritmos, o bolsista relatou que tirava dúvidas de outros componentes curriculares, apontando “[...] quantas vezes eu estar ali e tem gente que me pede auxílio em matemática, ou em outras matérias, quando eu sei eu posso explicar, várias vezes aconteceu isso.” (Pedro).

O estudante destacou que muitos colegas às vezes passam por momentos difíceis durante a juventude e acabam tendo dificuldades que vão além da sala de aula e por ele estar na monitoria e próximo dos colegas acabava observando essas questões, que segundo ele têm colaborado em seu crescimento pessoal. Essa situação foi assim anunciada pelo jovem: “[...] sabe a parte da monitoria ajudou eu a entender muito mais algumas situações que eu não entendia, acabou me dando um amadurecimento maior digamos assim [...]”. (Pedro).

Alguns pontos precisam ser salientados sobre esse estudante a fim de revelar seu comprometimento no programa de assistência e como se identificou com a área do ensino. O primeiro foi sua aparente satisfação em participar da entrevista; segundo a disponibilidade em auxiliar em outras disciplinas e ouvir as dificuldades dos colegas; e, finalmente, o carinho que mencionava à sua família, em especial lembranças relacionadas à seu avô e avó no que diz respeito a sabedoria e incentivo que eles lhe davam apesar de pouco estudo formal que possuíam.

O estudante Fernando é talvez o que esteve mais presente na instituição, visto que, cursou o Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio e em 2019 estava no último ano do Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Durante seus anos como discente participou de vários eventos, alguns relacionados com a assistência estudantil e outros como voluntário, também vale destacar que é morador do bairro onde está instalado o IFPR.

Ao convidar o estudante para participar da entrevista, o mesmo se mostrou interessado sobre o assunto e durante a conversa não se mostrou apreensivo em estarmos abordando a temática de vulnerabilidade. A entrevista aconteceu no período noturno e mesmo não tendo mais aula o jovem se encaminhou até o campus do IFPR e realizamos a entrevista na sala de “refeitório/copa”. Como estava terminando o curso e também participando de um estágio, o estudante se mostrou ansioso por sua efetivação na empresa, algo que posteriormente se concretizou.

Entrevistamos duas estudantes que participaram do Edital de Eventos, sendo uma delas integrante do Programa Estudante Atleta, porém, ambas participaram representando o IFPR em jogos e uma em eventos científicos. Apesar de certa semelhança na participação da política de assistência a primeira estava em seu primeiro ano na instituição, enquanto a segunda cursava o último ano do ensino médio integrado.

A estudante Regina tentou receber a bolsa atleta e acabou não conseguindo, fato que não a impediu de atuar no esporte como voluntária e participar em eventos esportivos e científicos. Quando abordado o assunto das modalidades esportivas a jovem levantou uma questão importante sobre a prática esportiva de estudantes com deficiências nas competições do IFPR em geral e também do Campus Irati. Relatou que no “[...] IRAJIF (jogos interno do Campus), a gente não tem nada relacionado para as pessoas com deficiência.”, concluindo que a instituição deveria atuar para mudar tal situação, pois “[...] em outros lugares eles não vão ter oportunidade de praticar esportes ou aproveitar essa fase de ensino médio, essa fase de estar crescendo ainda e aproveitar um pouco do esporte[...]”. (Regina).

A bolsista Renata que estava cursando o seu primeiro ano do ensino médio integrado em 2019 se mostrou bem confiante durante a entrevista. Percebemos, por meio de suas falas, que a assistência estudantil proporcionava para ela a segurança em continuar seus estudos no IFPR e se não tivesse a bolsa o êxito nos estudos se tornaria “uma incógnita, se vou continuar ou não, e a bolsa ela dá essa ajuda, todo mês você sabe, por mais que aperte em outras questões o transporte eu vou poder pagar e continuar indo”. (Renata).

O grande desafio que encontramos foi conseguir que os estudantes se interessassem em responder as perguntas da entrevista e, dessa forma, procuramos manter um ambiente agradável durante a conversa. Porém, nem todos

os bolsistas se sentiram entusiasmados e satisfeitos em serem entrevistados e em alguns momentos percebemos que determinados estudantes estavam querendo que acabasse logo. Em uma das entrevistas Julio, aparentemente em situação desconfortável, apesar de estar no refeitório que é um ambiente familiarizado, se mostrou aliviado por estar respondendo o último questionamento.

Como mencionado anteriormente, as entrevistas estavam programadas para acontecer no campus do IFPR, porém, teve um caso específico por não conseguirmos agendar antes do término do ano letivo. Diante desse fato a entrevista ocorreu na residência do estudante, por meio do contato direto com sua família. A entrevista aconteceu no dia 13 de dezembro de 2019 e ao chegar na casa, os pais me receberam juntamente com o filho e filha e preparamos um local para conversarmos, logo os pais e a irmã nos deixaram e iniciamos o diálogo sobre o tema da assistência.

Um dos momentos que chamou a atenção foi no final da entrevista, devido ao fato do entrevistado revelar a interferência do espaço na narrativa, uma vez que se sentiu mais à vontade. A entrevista foi finalizada após agradecimentos de ambas as partes. Neste momento o bolsista mencionou “[...] acho que até me senti melhor por fazer aqui em casa, acho que fico mais tranquilo, acho que lá no IF eu não ia ter essa tranquilidade.” (Carlos).

Na qualidade de servidor do IFPR-Campus Irati, a pesquisa possibilitou olhar o beneficiário da política de assistência estudantil para além do espaço educacional, devido ao contato direto com muitos deles, por meio das entrevistas e pelo contato durante a entrega e recebimento dos questionários. Certamente esse período marcou não só minha vida pessoal, mas de forma considerável minha atuação como servidor público de uma instituição educacional.

Os resultados das entrevistas serão apresentados nos itens a seguir, a partir dos principais elementos que constituem a política de assistência estudantil no IFPR - Campus Irati, segundo os relatos dos beneficiários do ano de 2019. Assim, pretendemos desvelar as impressões dos bolsistas no intuito de identificar como os estudantes interpretam os programas e a relevância desses em sua formação educacional.

3.2 POLÍTICA ASSISTENCIAL: INTERPRETAÇÕES DOS ESTUDANTES-BOLSISTAS

A assistência aos indivíduos em condições de vulnerabilidades é um direito humano, cabendo ao Estado a obrigação de promover políticas públicas para que esses sujeitos consigam suprir suas demandas básicas como, por exemplo, o direito à educação profissional. O “[...] direito à assistência faz parte da democracia e da cidadania” (DEMO, 1994, p. 27). Nesse sentido, precisa ser reconhecido pelos seus usuários como uma conquista política e social regida por uma legislação constituída pelos representantes da população, e não concebida como uma ação benevolente do governo ou de determinada instituição, ou seja, uma ajuda para os pobres.

A Constituição Federal brasileira em seu artigo sexto estabeleceu a assistência como um direito social. Entre as diretrizes que fundamentam as ações do Estado na área assistencial está a “participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.” (BRASIL, 1988, p. 122). Por isso, é fundamental que a assistência seja politizada entre os seus usuários, no sentido de trazer à tona sua função social de produzir ações coletivas em prol de mais direitos entre os que se encontram em diferentes condições de vulnerabilidade.

Quando falamos de assistência estamos compreendendo esta ação como uma política social de caráter transformador, ou seja, que não se limita a reduzir os problemas mais recorrentes das desigualdades sociais e sim uma política que possa mobilizar àqueles que demandam desse direito a fim de solucionar seus maiores interesses individuais e coletivos. (PAIVA, 2006 apud COUTO, 2015). Porém, a sociedade brasileira ainda registra traços de uma política conservadora de cunho clientelista que marca as políticas sociais e, dessa forma, algumas delas podem ser denominadas de programas assistencialistas por não promover o protagonismo e a emancipação dos usuários no que diz respeito às suas vulnerabilidades, dando ao Estado a representatividade de agente tutelador.

As narrativas dos beneficiários da política de assistência estudantil do Campus Irati revelaram que suas interpretações são carregadas de elementos que compõe uma política de caráter assistencialista, isto é, uma política que “[...] significa sempre o cultivo do problema social sob a aparência da ajuda.” (DEMO, 1994, p. 30). Acreditamos que essa realidade pode ser modificada a partir do

momento em que a instituição educacional oportunize cada vez mais à comunidade acadêmica e de maneira especial aos bolsistas, espaços para que ocorra o empoderamento de uma concepção em que a assistência seja definida como direito humano capaz de elevar o indivíduo como protagonista da sua própria história.

Dos nove estudantes entrevistados, somente um bolsista definiu a política de assistência como um direito, porém somente citou esse termo sem apontar e esclarecer essa definição. No decorrer da sua narrativa acabou enfatizando a concepção da assistência como um benefício ofertado pelo IFPR como “moeda de troca” pelos projetos de extensão realizados.

Ideias como a de favorecimento, incentivo, apoio, doação e auxílio foram as mais citadas pelos bolsistas, demonstrando, dessa forma, limitações em compreender a política de assistência estudantil como um direito que possuem por estar em determinadas condições de vulnerabilidade. Nas falas, as referências estão diretamente ligadas à noção de benevolência, seja por parte do IFPR ou do Estado, como podemos observar na seguinte narrativa:

Para mim a assistência estudantil na verdade é uma forma de favorecer os alunos em coisas que o Instituto não proporciona para eles previamente, como, por exemplo, o transporte e alimentação, **outros colégios eles dão para os alunos de forma gratuita, de forma vinda do governo.** Entende, a alimentação, lanche e o transporte público. (Samuel, grifo nosso).

Para o bolsista Samuel, o IFPR supre determinadas carências via assistência. Por exemplo, por não possuir merenda escolar e parceria com a rede municipal para o transporte estudantil, como outras instituições educacionais que provavelmente o estudante teve contato. Em seu discurso, tanto a oferta de alimentação como a de transporte são “doações” do próprio colégio e do governo, visão essa que foi enaltecida na parte em destaque. Essa noção também apareceu no relato da bolsista Regina que enfatizou a figura do governo como entidade concessora dos benefícios:

Acredito que é um **apoio que vem do governo** né, um **apoio que o governo dá** para gerar mais educação para o país, porque é relacionado com isso, **ele dá** um dinheiro em transporte para o aluno ter a possibilidade de vim todos os dias para aula, para ter como vim. (Regina, grifos nossos).

Da mesma forma, a interpretação da bolsista Luiza é de que a assistência estudantil é uma doação, porém a organização enaltecida foi o próprio IFPR. Em

suas palavras é um “[...] auxílio que o Instituto dá que facilita a permanência do aluno evitando a evasão escolar e tudo mais [...]” (Luiza).

Como vimos, pelas narrativas citadas, os sentidos dos bolsistas do Campus Irati acerca dos benefícios recebidos pela política assistencial carregam resquícios de uma herança cultural ainda muito cultivada em nossa sociedade. Essa mentalidade que define a assistência como ajuda/doação procura dificultar toda e qualquer compreensão mais aprofundada da condição e da realidade social em que vivem os menos favorecidos. (YAZBEK, 2016).

Os programas assistenciais ofertados no Campus Irati (PACE, PBIS, PEA e Monitoria) selecionam prioritariamente estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômica, ou seja, indivíduos com renda familiar *per capita* de até um salário-mínimo e meio vigente, conforme o artigo quinto do PNAES. Logo, os estudantes do Campus Irati são bolsistas porque ao inscreverem-se no programa e conseguir o benefício encontram-se nessa condição de renda *per capita*.

No final de 2018, o IFPR aprovou a Resolução n.º 66 que definiu alguns critérios e procedimentos a serem adotados para a análise socioeconômica do grupo familiar dos estudantes, ou seja, um documento que instituiu o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS). Os indicadores que compõem o IVS são:

[...] renda familiar **per capita**; composição familiar; situação de ocupação, trabalho e emprego; origem escolar do estudante; situação de moradia; situações de saúde; condições de mobilidade; participação em programas sociais e situações atípicas da família que agravam sua vulnerabilidade [...] (IFPR, 2018h, p. 3).

Tendo como base os indicadores citados, temos o grupo dos considerados obrigatórios, sendo estes: composição familiar; renda bruta *per capita* e ocupação, trabalho e emprego. Os outros indicadores ficam como complementares e ainda sendo permitido quando necessário a realização de entrevista e visitas domiciliares.

Segundo o assistente social do Campus Irati, o IVS auxilia no momento de avaliar as condições socioeconômicas dos estudantes, pois ajuda a “[...] definir o que é que gera uma vulnerabilidade, qual é o aluno que está mais vulnerável, mais suscetível, por exemplo, qual o aluno que corre mais risco de ter evasão em decorrência de uma situação de vulnerabilidade econômica.” (Augusto).

Muitas vezes a questão da vulnerabilidade socioeconômica é concebida somente a partir de elementos financeiros, como baixa renda e desemprego.

Porém, uma análise mais aprofundada do termo nos revela a existência de outros aspectos relevantes. Para as autoras Semzezem e Alves:

[...] as vulnerabilidades sociais vinculam-se a situações de empobrecimento da classe trabalhadora, relacionadas a dificuldades materiais para a manutenção da sobrevivência, mas, também, a dificuldades relacionais e culturais, pois estas interferem na forma de viver dos trabalhadores e de suas famílias. (2013, p. 144).

No caso dos estudantes atendidos pela assistência estudantil do IFPR-Campus Irati, percebemos que as interpretações revelaram tanto elementos de uma concepção de vulnerabilidade atrelada ao aspecto financeiro quanto uma visão para além desse fator. Em alguns casos, os bolsistas apontaram suas limitações pessoais e familiares, relacionando-as com o conceito de vulnerabilidade, outros abordaram o assunto referindo-se aos outros colegas e alguns não se viram nessa condição.

Como essa situação acaba desvelando a fragilidade não só pessoal do estudante, mas de toda sua família, nos seus mais variados aspectos, é possível que muitos se desviaram do assunto para evitar uma exposição da sua vida privada. Além disso, os estudantes do Campus Irati que são bolsistas pertencem à classe trabalhadora, mas não possuem um entendimento sobre a complexidade da estrutura social marcada pelas diversas desigualdades.

Os bolsistas Samuel, Renata e Fernando revelaram suas vulnerabilidades e apontaram os principais gastos subsidiados pelo auxílio da assistência estudantil:

Eu acho que, eu me encontrava numa situação de vulnerabilidade, principalmente nos primeiros anos do IF por questão financeira familiar. Porque que nem eu falei, nesses dois primeiros anos, principalmente no tempo de transição, primeiro a gente tinha uma caminhonete e daí foi perdido para o banco. Neste período de transição em que a gente estava sem ter meios para vim, por exemplo, tinha que vim de ônibus, a passagem como eu falei, o IF não tem convênio com a empresa de transporte, não paga meia passagem e ficar pagando passagem, passagem...e no final do mês pesa, então esse valor cobria bem esse gasto. (Samuel).

A bolsista Renata ao ser questionada se em algum momento enquanto estudante do IFPR-Campus Irati se sentiu vulnerável, respondeu positivamente e salientou sua dependência em relação ao valor recebido:

Sim, principalmente para continuar aqui, porque eu penso que talvez o ano que vem eu não tenha essa assistência e daí eu não vou ter como pagar o transporte e a minha mãe não consiga também. Tem outras questões, eu não saberia dizer muito mais que isso, **é assim que me enxergo**. (Renata, grifo nosso).

Esta estudante foi a única entrevistada que expôs com maior transparência sua situação de vulnerabilidade e, além do mais, demonstrou possuir consciência política sobre as relações de classe em nossa sociedade e as diversas formas de vulnerabilidade.

Então, acho que, a gente vem de diferentes realidades né, e nossos pais são responsáveis por nós, a gente fica dependente disso, mesmo a gente sendo muito bom, tendo um desempenho ótimo, a gente é afetado por isso, e é meio complicado, porque tem diferentes vulnerabilidades, às vezes você não tem uma família que te dê apoio, às vezes você não tem dinheiro, são diferentes formas de vulnerabilidades [...]
[...] antes, eu não tinha noção que antes davam bolsas aqui no IF, eu também pensava **como que os alunos lá, de diferentes classes sociais, como que fica**, quando eu percebi que não tinha o transporte urbano para os alunos, eu percebi que é bem importante e talvez eu não tivesse continuado aqui se não tivesse esse ano [...] (Renata, grifo nosso).

A concepção mais ampla da bolsista Renata pode ser resultado de vários fatores, sendo que um deles conseguimos identificar por meio da entrevista. Segundo a jovem, o tema da assistência estudantil é debatido em sua casa, “não é tão aprofundado, é uma coisa mais superficial, mas sempre converso com a minha mãe, porque a gente vai ver no que a gente vai precisar distribuir ali a renda e a gente sempre conversa no que dá pra aplicar [...]” (Renata).

O estudante Fernando estava se formando no curso superior do Campus Irati e fez parte da primeira turma do ensino médio integrado. Nos seis anos que esteve matriculado na instituição foi bolsista e passou por vários programas assistenciais, inclusive seu irmão mais novo está finalizando o ensino médio esse ano. Fernando é bastante conhecido no Campus por ter passado pelo processo da verticalização de ensino e por ter sido representante estudantil no CONSUP, conselho superior do IFPR.

O relato do bolsista é muito marcante, porque como servidor do Campus Irati tenho conhecimento da realidade social do jovem e da sua família. Durante a entrevista abordou a temática da vulnerabilidade dando ênfase aos colegas que vivem em seu bairro, local em que se encontra o IFPR. O entrevistado apontou como pontos de vulnerabilidade a ausência de internet, a debilitada infraestrutura

asfáltica e a criminalidade existente naquele local, comentou a importância de uma alimentação nutritiva e de uma mentalidade “[...] que a escola pode ser benéfica a longo prazo [...]” (Fernando).

Segundo Fernando, o IFPR o ajudou a perceber que a educação é uma possibilidade para se livrar de caminhos que levam à criminalidade:

[...] mas eu acredito que eu não tinha, quando eu estava vulnerável eu não tinha percepção, por exemplo durante a adolescência, que você crescer, querendo ou não, em um lugar que muita gente desiste da escola, onde muita gente às vezes opta pelo caminho mais fácil né, ou talvez pela única alternativa não sei, então você acaba ficando vulnerável a isso, porque se você andar com uma companhia errada, as coisas pode acabar se desviando, acabar cometendo crime ou coisa assim, então é uma coisa que quando eu estava vulnerável e suscetível a isso, que é mais pré-adolescência, antes disso que a pessoa não tem uma consciência boa para perceber, eu não sabia, então eu acho que mais tarde é que eu consegui perceber, **que bom que eu rumei outro lado, então acredito que durante o tempo do Instituto, talvez no início né, que era mais jovem, acredito que muda muito a sua visão, o teu caminho, você ter acesso à educação.** (Fernando, grifo nosso).

Embora Fernando tivesse muitas informações a serem reveladas acerca de sua condição social, constatação fruto da relação pesquisador e entrevistado, o bolsista limitou-se a falar de exemplos externos a si e somente em alguns momentos de sua narrativa conseguimos observar a sua identificação com a vulnerabilidade socioeconômica.

Uma das revelações mais intrigantes foi o fato de mencionar que às vezes utilizava o dinheiro do benefício para “[...] alimentação aqui no campus mesmo, porque às vezes era ruim, por exemplo, você ir à tarde para casa, mesmo morando perto né, então eu utilizava para ficar aqui [...]”. (Fernando).

A declaração chamou a atenção por dois fatores: primeiro, em razão da proximidade entre a residência do jovem e do Campus Irati e mesmo assim ele "optar" por se alimentar na instituição; e em segundo lugar, porque em várias partes da entrevista, o bolsista mencionou a importância da alimentação saudável para o êxito educacional. Diante disso, seria possível inferir que o bolsista e sua família tenham vivenciado em algum momento carência alimentar? A “opção” de almoçar no campus durante os dias de atividades de contraturno teria sido uma alternativa ou uma necessidade?

Assim como Fernando, outros bolsistas tiveram dificuldades de revelar plenamente suas possíveis limitações, pois não se sentiram à vontade para falar de

sua privacidade para um outro que não conhecem ou que não possuem tanta intimidade.

Há também uma outra situação que é quando o outro, no caso o pesquisador, conhece pessoalmente os pais/responsáveis do bolsista. Nesse caso o entrevistado pode querer justificar determinadas informações que aparentemente possam se apresentar contraditórias.

Percebemos que a bolsista Luiza ficou apreensiva ao participar da entrevista, em decorrência da relação de amizade entre o pesquisador e seu pai. Talvez por isso a bolsista ao falar de vulnerabilidade tenha se referido aos colegas e não a si mesma, como podemos observar na seguinte fala:

[...] acho que tem a ver com **aquelas pessoas** que, às vezes não tem na estrutura familiar uma renda fixa e os pais com emprego fixo, aí às vezes elas estão sujeitas a ter que abandonar a escola ou alguma coisa assim para conseguir trabalhar e contribuir com a renda da família, tem pessoas que a família não consegue por exemplo tirar R\$ 200,00 da renda para vir até o IF ou qualquer outra instituição que fosse, eu acho que tem a ver mais nessa parte **dessas pessoas**. (Luiza, grifos nossos).

Apesar de não se afirmar como uma pessoa em condição de vulnerabilidade, apontando a existência de outros estudantes que precisavam muito mais do que ela, a bolsista salientou que a assistência a ajudou no sentido econômico. Luiza apontou que usava o valor de R\$168,00 do PACE para pagar a van que a transportava para o IFPR e que custava R\$210,00, mas não indicou se tinha condições de arcar com essa despesa se não fosse o auxílio estudantil.

A condição de vulnerabilidade não foi assumida pelo bolsista Marcos, pois segundo ele em nenhum momento enquanto estudante do IFPR-Campus Irati se sentiu vulnerável. O bolsista que recebeu auxílio do programa Monitoria acreditava que a questão da vulnerabilidade estava mais presente nos outros programas ofertados pela instituição. Em vários momentos da entrevista procurou deixar claro que mesmo sem bolsa teria como participar das atividades de ensino, exceto em eventos externos.

O bolsista Marcos citou várias formas de vulnerabilidades, como podemos observar na seguinte fala:

Acho que, por exemplo, alguns alunos que têm condições de moradia debilitado; dificuldade familiar, por exemplo, que tem dificuldade que afeta o desempenho escolar, então acho que isso seria uma questão de

vulnerabilidade, que se ele receber, por exemplo, um auxílio ele pode ter um incentivo a mais para ter melhor desempenho na escola; questão de transporte também, que talvez algum aluno que não tenha dinheiro para pagar transporte; ou, por exemplo, alunos que têm dificuldade no próprio ensino eu acho que poderia ser uma questão de vulnerabilidade; questão mesmo social, assim tipo de relação social, às vezes a pessoa pode na interação com os colegas ter dificuldade, alguma coisa assim, que pode afetar também no convívio escolar.

O fato de Marcos não se sentir vulnerável está relacionado com a concepção que o jovem possui de vulnerabilidade. Os exemplos que citou revelam situações não vivenciadas por ele, pois conforme apontado teria possibilidade de custear o transporte sem o auxílio da assistência, possui bom desempenho escolar e convívio harmonioso com a família.

Outro bolsista que relatou não se sentir vulnerável no que se refere à questão financeira foi Julio. Filho de professora com emprego fixo, o jovem chegou a apontar “[...] que o nosso campus não tem uma vulnerabilidade social tão grande assim, mas isso não significa que ela não exista [...]” (Julio).

Embora, tenha relatado que usava o dinheiro do PACE para pagar a mensalidade da formatura, as inscrições de eventos artísticos pela razão de atuar num grupo de dança e outras demandas pessoais, o estudante desvelou a importância da assistência para sua permanência no Campus Irati:

[...] quanto ao PACE, além de permitir mesmo eu poder vir para o IF e poder fazer as matérias normais ele me traz uma segurança maior de que eu vou poder continuar aqui sabe...quando a gente tem o PACE fica mais tranquilo sabe, a **gente consegue estudar melhor** sabendo que tem uma segurança maior. (Julio, grifo nosso).

A concepção dos entrevistados em relação ao tema da vulnerabilidade pode estar relacionada com o modo de viver de cada um e com o modo de como querem ser vistos pelos outros. A vulnerabilidade não é o mesmo que pobreza, todavia está incluída nela e, nesse sentido, os estudantes bolsistas do IFPR-Campus Irati possuem o direito do auxílio por estarem de certa forma numa condição de instabilidade financeira, que pode causar prejuízos à sua formação educacional. Porém a maioria não possui consciência plena da insegurança da classe trabalhadora no sistema capitalista de produção.

Há uma relação entre a ausência de consciência política em conceber a assistência estudantil como um direito e a ausência de identidade de classe por

parte dos filhos dos trabalhadores. O ambiente escolar, muitas vezes pode colaborar para que os estudantes tenham uma maior percepção sobre as contradições da sociedade capitalista, fomentando consciências que estabelecem relações de identidades.

No IFPR-Campus Irati observamos a existência de uma pluralidade socioeconômica e cultural, realidade que pode ser constatada no perfil escolar, no vestuário e até mesmo no transporte utilizado para chegar à instituição. Estamos falando de pessoas com alto desempenho escolar e outras com dificuldades cognitivas; de filhos únicos e outros que dividem a casa com pais, irmãos e avós; de gente do interior e de gente dos bairros centrais e periféricos; uns chegando de carro próprio, alguns de bicicleta e a maioria de van e transporte cedido por prefeituras de cidades vizinhas; estudantes com ou sem dinheiro para a alimentação e outros com a marmita pronta.

Esta diversidade foi desvelada durante as entrevistas com os bolsistas dos programas de assistência estudantil do Campus Irati e também por meio da observação do pesquisador em alguns momentos da pesquisa. Identificamos uma variedade de sentidos acerca da política assistencial, fruto da realidade socioeconômica e cultural da qual os beneficiários fazem parte. Em sua totalidade os jovens entrevistados revelaram a importância dessa política na sua formação escolar e na sua vida pessoal. Nas narrativas conseguimos constatar que participar dessa política teve um significado particular para cada bolsista, interpretação esta referente ao modo como vivem, como se relacionam consigo mesmo e com os outros e também suas aspirações.

Os bolsistas relataram que o auxílio recebido por eles ajudou a custear os gastos com o deslocamento para o IFPR – Campus Irati, uma vez que a instituição não possui parceria com a rede municipal de transporte, como é o caso das escolas da rede estadual de educação. Além desse custo, a assistência, segundo os entrevistados, colabora na aquisição de material didático favorecendo na sua permanência e êxito escolar.

A bolsista Renata revelou, por exemplo, que quando sobrava algum dinheiro do benefício comprava livros de diversos gêneros e Fernando lembrou do seu primeiro notebook adquirido com o valor que recebia via assistência estudantil. Mesmo para os que apontaram não serem dependentes da bolsa, o auxílio financeiro era usado para fins educacionais como o pagamento de inscrições em

vestibulares, enquanto para outros mais dependentes da assistência o recurso custeava roupas e internet domiciliar.

Para além das finalidades didáticas, um dos bolsistas destacou que o dinheiro recebido do PACE também auxiliou no pagamento de remédios, pois possui distrofia muscular e o procedimento com células-tronco é realizado fora do país, gerando alto custo. Segundo ele o valor tem ajudado bastante a subsidiar os gastos médicos e num determinado momento da entrevista, o estudante desvelou que não só a bolsa, mas todo o apoio que está tendo no IFPR-Campus Irati por parte dos servidores e colegas tem colaborado positivamente em todo seu tratamento.

Eu acho que melhorou bastante, pois tipo o IF é um lugar que eu gosto de estar lá, gosto de estudar lá, gosto de todos os professores, eu acho que tem sido muito importante eu estar lá e isso acaba ajudando no meu tratamento, porque eu acho tipo que o meu tratamento não é só as aplicações, a parte muscular, é meio que tudo que acontece no meu dia-a-dia, as fisioterapias e, também, esse apoio emocional que as pessoas dão, e lá no IF eu me sinto muito bem e isso influencia de forma positiva no meu tratamento. (Carlos).

No que diz respeito à formação educacional, os bolsistas participantes do Programa Monitoria revelaram que auxiliar o docente no horário de atendimento aos estudantes os ajudava a relembrar os conteúdos apreendidos nos anos anteriores, o que de certa forma é fundamental no processo de obtenção e retenção do conhecimento em áreas que já possuíam afinidades. Além do mais, é uma experiência do campo da educação que, poderá fomentar o interesse dos monitores pela carreira docente.

Olha, eu como futuro professor também que pretendo, olha é uma das melhores experiências que eu já tive...na monitoria eu aprendo revendo todos os conteúdos que eu já vi no ano passado, no primeiro ano. E eu também aprendo com os alunos, cada vez eu vou revendo mais e vou aprendendo mais, é um meio de eu aprender também, então estou tendo uma experiência de como é estar no papel de docente. (Pedro).

Os integrantes do PBIS e os beneficiários dos editais de eventos também demonstraram que a política de assistência estudantil é fundamental na sua formação educacional, porém diferentemente dos bolsistas de outros programas enfatizaram as experiências extracurriculares que tiveram.

Na questão de formação ajuda bastante, principalmente por que eu pego a bolsa do PBIS, bolsa de pesquisa e extensão, na verdade o PBIS programa de inclusão social, mas para mim uma forma de incentivar, uma forma de estimular alguma coisa sabe, por exemplo, a partir dessas bolsas eu consegui desenvolver o interesse em algumas coisas e procurar correr atrás disso, participar de eventos e desenvolver projeto, coisas que em outro colégio eu provavelmente não me interessaria e que a bolsa de assistência estudantil nesta área me incentivou bastante a seguir nesse caminho de procurar alguma coisa e se interessar por aquilo. (Samuel).

[...] na vida escolar, acadêmica ela foi muito importante porque proporcionou como eu disse a questão da pesquisa e tal, da própria permanência...também a questão, por exemplo, de você conhecer e ter novas experiências, as viagens que você pode fazer a partir da assistência estudantil, por exemplo, eu já conheci muitas cidades do Paraná que eu provavelmente não iria. (Fernando).

Um dos primeiros motivos para eu ter ido para Aracaju apresentar meu TCC lá foi também o IF ter me ajudado com a bolsa, não sei se eu teria condições de bancar a viagem completa e isso vai acrescentar no meu curriculum né, esse trabalho que eu apresentei lá. Também os jogos, gosto por ser relacionado com a saúde, também conhecer os lugares. (Regina).

Um dos objetivos da política de apoio ao estudante do IFPR é promover ações “[...] que oportunizem a participação de estudantes nas mais diferentes atividades formativas, tais como: projetos de pesquisa e extensão, voluntariado, intercâmbio, empresas juniores, organizações estudantis, eventos e outros.” (IFPR, 2009, p. 3). O PBIS é um programa de iniciação científica em que o bolsista juntamente com o orientador desenvolve uma pesquisa ou uma prática extensionista que gera resultados a ser apresentados em eventos acadêmicos. Por isso, muitos beneficiários desse programa acabam expondo seus trabalhos em eventos realizados em diversas localidades.

Nas falas, os bolsistas expressaram tanto as experiências acadêmicas quanto as experiências pessoais, como, por exemplo, a oportunidade de conhecer lugares que talvez não conheceriam. Conhecer diferentes lugares e suas formas de organização faz parte do direito humano de se apropriar do conhecimento produzido pela humanidade ao longo da história e isso representa acúmulo cultural e, conseqüentemente, formação humana.

Em relação ao âmbito privado, a assistência estudantil tem proporcionado experiências aos estudantes que marcaram essa fase de suas vidas e que possivelmente ficarão na memória deles por muito tempo. Percebemos em suas falas um encantamento com determinadas vivências provenientes das ações que envolvem a política assistencial no campus.

Para o bolsista Julio, uma questão marcante em sua vida pessoal foi vivenciar autonomia financeira:

[...] foi importante para mim porque foi a primeira vez que eu abri uma conta no banco e eu recebi um dinheiro sabe, então é meio que uma simulação de ter um salário e ter a responsabilidade do meu próprio dinheiro, que não era um dinheiro que vinha para minha mãe e ela decidia, você vai gastar com isso. Essa parte de administração assim, foi o primeiro contato que eu tive, com dinheiro e essa organização, foi bem importante. (Julio).

A partir dessa fala, podemos inferir que o bolsista Julio não dependia totalmente do auxílio recebido mensalmente, pois caso contrário seus responsáveis teriam uma participação mais frequente no gerenciamento do dinheiro.

Para o estudante Fernando a assistência estudantil ajudou bastante na questão pessoal pela “[...] satisfação de estar participando de alguma coisa, está tendo a mesma chance, por exemplo, que outras pessoas teriam por uma questão financeira, então você acaba sendo colocado ali em um patamar mais igual [...]”. Na fala deste bolsista é possível observar que reconheceu sua condição de vulnerabilidade, embora não utilize o termo para expressar a sua condição de desigual frente a outros estudantes com maiores poderes aquisitivos.

O conceito de igualdade está presente nas normativas que regem a política de apoio estudantil do IFPR. Entre os objetivos dessa política identificamos que um deles é “assegurar aos estudantes igualdade de oportunidade no desenvolvimento das atividades acadêmicas, culturais, artísticas e esportivas.” (IFPR, 2009, p. 3).

Nos depoimentos redigidos anonimamente pelos bolsistas que responderam o questionário, a questão da igualdade foi assim interpretada:

É um programa que possibilita **a igualdade entre os diferentes tipos de pessoas e classes**, já que nem todo mundo é igual e possui as mesmas condições (não só condição financeira), por isso é um programa extremamente importante e que vem cumprindo seu papel de forma satisfatória. (Anônimo, grifo nosso).

Em minha concepção as políticas de assistência estudantil possuem um grande significado social, pois proporcionam maior acesso às pessoas menos favorecidas, que foram seriamente marginalizadas por nossa sociedade no decorrer dos tempos, como: pessoas negras, pessoas pobres e deficientes. Essas políticas são essenciais para que haja acessibilidade mútua e se **estabeleça a igualdade entre diversas situações humanas**. (Anônimo, grifo nosso).

As considerações positivas, como dito anteriormente, tem o poder de proporcionar, mesmo que minimamente, **a igualdade e acesso das pessoas marginalizadas em um meio, que sem essa assistência com**

certeza não conseguiriam permanecer nessas instituições educacionais. (Anônimo, grifo nosso).

A igualdade de oportunidade está inserida no âmbito da cidadania e da democracia, é uma igualdade no campo da jurisprudência, ou seja, o indivíduo possui direitos políticos e jurídicos (igualdade formal) e vive numa sociedade materialmente desigual. Logo, “percebe-se, então, que desigualdade real e igualdade formal não são dois momentos separados, mas partes de uma mesma e incindível totalidade.” (TONET, 2012, p.82).

Essa constatação dos limites da igualdade na sociedade de classes não descaracteriza os efeitos positivos que a assistência estudantil proporciona ao estudante em seu processo de formação educacional, conforme identificados nas interpretações dos bolsistas. Somente traz à tona que a assistência não é o caminho para acabar com as desigualdades sociais e não altera questões estruturais, embora Demo (1994), tenha defendido que as políticas sociais que visam a emancipação podem acirrar as contradições do sistema capitalista e, conseqüentemente, abrir caminhos para a sua superação.

Para Ivo Tonet (2012, p. 70), “[...] o campo da educação também é um espaço onde se trava uma incessante luta, ainda que a hegemonia esteja sempre em mãos das classes dominantes.” Nesse sentido, a assistência estudantil está marcada pelo antagonismo de classe, pois obedece a interesses contraditórios entre as classes sociais e destas com o Estado (YAZBEK, 2016).

Acreditamos, portanto, que para a assistência estudantil não se transformar em mecanismo assistencialista ocultando sua própria razão de existir, deve cada vez mais ser conduzida pelos seus usuários, adquirindo assim caráter politizado e transformador. Sendo assim, surge um grande desafio às instituições educacionais: a transformação dos beneficiários de agentes passivos para agentes ativos no processo de elaboração e atualização das políticas públicas.

3.3 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UMA AUTOAVALIAÇÃO DO BENEFICIÁRIO E PARA O BENEFICIÁRIO

Para Yazbek (2016, p. 184), as demandas dos assistidos devem ser politizadas, pois caso contrário ocorre “[...] a desqualificação dos usuários que aparecem como necessitados, submetidos moralmente, despidos de direitos e

objeto da benevolência estatal.” De certa forma quando os usuários da política de assistência estudantil interpretam o benefício recebido como uma ajuda ao invés de um direito há de se perguntar qual o trabalho socioeducativo que está sendo realizado pelos profissionais da instituição responsáveis por esse setor.

Segundo o assistente social do Campus Irati o entendimento da assistência estudantil é uma ação que deve ir além do pagamento de bolsas e o servidor procurou deixar claro que o atendimento dos alunos não distingue os discentes bolsistas dos que não recebem benefício. Portanto, a SEPAE do Campus Irati busca de várias formas prestar um serviço assistencial mais amplo e não ficar preso à uma lista de alunos que passaram por uma análise socioeconômica para o recebimento de bolsas.

Em relação ao trabalho realizado com os bolsistas do Campus Irati, o assistente social apontou que os debates e as autoavaliações sobre a política de assistência estudantil são importantes, porém isso não era uma prática no campus, ocorrendo somente a avaliação por parte do bolsista no final do ano letivo. Além disso, os orientadores dos projetos dialogavam com a SEPAE geralmente no período inicial do programa e raramente durante o desenvolvimento das ações.

Na verdade, assim, o diálogo ocorre no início do programa em virtude da documentação que tem que ser entregue, enfim, e no final. Durante esse processo a gente não tem sido procurado pelos coordenadores, salvo casos assim, por exemplo, o aluno não esteja participando do programa aí o coordenador vem e nos comunica [...] (Augusto).

As narrativas dos bolsistas confirmaram a ausência de autoavaliação e debates no decorrer das atividades realizadas pelos estudantes em seus respectivos programas. Alguns apontaram que as avaliações são aplicadas somente no final do programa, porque fazia parte das exigências do edital. Somente a jovem Renata relatou que ela e outros bolsistas foram encaminhados ao laboratório de informática para fazer uma avaliação que em sua concepção era algo “[...] bem interessante até para ter uma devolutiva do que está acontecendo”. (Renata).

A questão da avaliação dos programas assistenciais é muito importante para verificar se os resultados dessa política pública estão sendo alcançados de forma efetiva. Conforme descrito pela estudante Renata, os bolsistas chegaram a se reunir no laboratório de informática para responder um questionário, mas é

preciso ir além desse formato de avaliação e possibilitar encontros em que sejam porta-vozes de seus próprios interesses, de suas demandas pessoais e coletivas enquanto bolsistas do Campus Irati, colaborando para uma unidade entre eles e o empoderamento de seus direitos.

Em vários momentos da entrevista o bolsista Marcos do programa Monitoria salientou que não recebeu certificado de sua participação nesse programa e acreditava que isso estaria vinculado com a ausência de autoavaliação do programa, sendo que “[...] na verdade a monitoria em edital ela pede um relatório.” (Marcos).

Como a maioria dos bolsistas do Campus Irati em 2019 eram adolescentes, seria necessário que houvesse um trabalho socioeducativo para que se sentissem sujeitos históricos ativos na política de assistência estudantil e, conseqüentemente, conseguissem se organizar para atuar em prol de si mesmos. Segundo Demo (1994, p. 25-26), a política social precisa ser emancipatória, ou seja, ter como finalidade a redução das desigualdades sociais.

Política social não é ajuda, piedade ou voluntariado. Mas o processo social, por meio do qual o necessitado gesta consciência política de sua necessidade, e, em conseqüência, emerge como sujeito de seu próprio destino, aparecendo como condição essencial de enfrentamento da desigualdade sua própria atuação organizada. Política social emancipatória é aquela que se funda na cidadania organizada dos interessados. Ou seja, não trabalha com objetos manipulados, mas com sujeitos co-participantes e co-decisores.

Os bolsistas do Campus Irati, bem como o assistente social, apontaram que as avaliações dos programas ocorrem majoritariamente no final do período letivo, exceto o programa Monitoria, que segundo o bolsista-monitor não houve a aplicação de nenhum relatório avaliativo. As autoavaliações dos programas assistenciais de forma regular podem colaborar para o protagonismo dos beneficiários e a elaboração de políticas públicas que atendam com mais êxito as demandas dos estudantes da rede federal de ensino.

As narrativas revelaram que os bolsistas do Campus Irati não participaram periodicamente de debates e autoavaliações sobre os programas assistenciais. Além disso, também apontaram qual o nível de conhecimento que possuíam acerca das diretrizes que regem à política de assistência estudantil na instituição. Questionados se conheciam as normativas, seus direitos e deveres na qualidade

de beneficiários, somente o estudante Fernando relatou que tinha um conhecimento mais amplo do que os demais devido ao fato de ter sido membro do CONSUP.

Eu tenho um certo conhecimento, porque durante um período se eu não me engano, no período de dois mil e quinze, não me lembro bem, eu fiz parte do CONSUP né, então para votar quando vinha alguma pauta sobre a assistência estudantil eu tinha que fazer a leitura de todas essas páginas, às vezes era 80, 90 ou 100 páginas, eu tinha que ler, eu lia uma semana antes pra conseguir pelo menos entender o que eles estavam falando, então por essa questão eu acredito que pude ter um boa base de como funciona isso, um pouco além dos demais alunos, mas ainda tem certas coisas que a gente não sabe, mas eu tive essa chance. (Fernando).

Os demais bolsistas revelaram que o conhecimento que possuíam sobre as normativas da assistência estudantil era proveniente da leitura dos editais na época da inscrição, leitura essa parcial para alguns.

Sobre o decreto do PNAES nunca parei para ler, mas o que eu conheço sobre a assistência estudantil, sobre as normas que eu preciso cumprir é basicamente o que eu li no edital ao me inscrever na bolsa, por exemplo, no PBIS o edital explica certinho quais que são os pontos que o candidato deve cumprir para não acabar perdendo a bolsa, questão de frequência, de participação no projeto, relatório final, esse basicamente o conhecimento que estava no edital e você lê, **mas claro que o edital não é costume ler completo, ler como algo que fosse necessário, ler para saber a informação que eu quero**, depois não lê mais o edital, é mais ou menos assim que funciona. (Samuel, grifo nosso).

Identificamos que a compreensão dos bolsistas do Campus Irati em relação à assistência estudantil estava limitada aos editais dos programas que concorreram, inclusive apontaram que o tema da assistência era debatido em casa exclusivamente na época das inscrições nos programas. Uma visão mais ampla da assistência estudantil depende de vários fatores e é algo construído a partir das vivências individuais e coletivas do próprio beneficiário. Na interpretação do jovem Julio, sua restrição tem origem no fato de ninguém ter lhe ensinado, embora não tenha informado quem seriam esses responsáveis.

Então, eu não sabia dessa, de toda a estrutura da assistência estudantil, do PNAES, talvez por exemplo tenha ouvido a sigla em algum discurso ou qualquer fala assim...mas parar, estudar e saber como se configura eu não sabia, eu nunca parei para pesquisar, **também ninguém me ensinou, agora não sei de quem é a culpa nessa parte**. Assim, tanto eu quanto os outros usuários dessa assistência, a gente fica mais preso ao edital mesmo. (Julio, grifo nosso).

Os estudantes envolvidos em programas que possuem contrapartida (Monitoria, PBIS, PEA e Eventos) se envolvem nas ações durante o ano e são orientados pelos servidores responsáveis pela submissão dos projetos. Nos relatos dos bolsistas observamos que fora essas atividades eles só se relacionavam com a SEPAE no período das inscrições das bolsas ou quando havia algum problema de frequência nos projetos, no caso de programas de contrapartida, e frequência nas aulas, no caso dos beneficiários do PACE.

A maior demanda da SEPAE em relação à assistência estudantil no ano de 2019 e, conseqüentemente, maior integração com os potenciais bolsistas era na fase da publicação dos editais e recebimento de inscrições, conforme o relato do assistente social:

A gente é responsável no campus pela divulgação dos editais, também é responsável por estar conversando com os alunos, explicando os editais e explicando para eles a importância deles acompanhar também esses editais, com a leitura em relação no que diz respeito aos documentos necessários. Então, sempre os alunos têm muita dificuldade nisso, então essa parte de orientação a gente faz, mas também toda a equipe da seção pedagógica faz essa orientação em relação aos editais. Então basicamente é isso né. E aí a gente conduz toda a política da assistência estudantil, com a análise socioeconômica, a divulgação dos resultados, a avaliação dos recursos. Quando tem caso de aluno que é indeferido a gente faz análise dos recursos e, também, na questão do acompanhamento, acompanhamento de frequência desses alunos porque eles tem que ter 75% de frequência então a gente faz acompanhamento de frequência e com o nosso ok, dando frequência para esses alunos a parte contábil faz o pagamento das bolsas, feito de forma mensal. (Augusto).

Conforme as narrativas, tanto dos bolsistas quanto do assistente social, o momento mais propício à leitura, ao diálogo e, conseqüentemente, ao conhecimento acerca da política de assistência estudantil era no período de inscrição nos programas. Pois os estudantes faziam a leitura dos editais; tiravam dúvidas na SEPAE; conversavam em casa com os responsáveis reunindo os documentos necessários; selecionavam o programa no qual queriam concorrer; e conversavam com os colegas e servidores sobre os projetos e as atividades.

Segundo o bolsista Carlos a conversa com os colegas sobre a assistência ocorria “[...] só no momento que foi feito a inscrição...mais naquele momento e nada prolongado assim sabe, no decorrer do ano acaba esquecendo e não discute.” O monitor Pedro também destacou que os estudantes o procuraram no período da

pré-inscrição perguntando “[...] como que faz para fazer a inscrição? o que que tem que ter tanto? Na monitoria qual o processo para ser monitor?”

Porém, as entrevistas desvelaram que exceto esse momento não havia outras ocasiões em que os bolsistas tivessem a possibilidade de ampliar seus conhecimentos sobre a política de assistência estudantil e estabelecer relações identitárias que viesse contribuir na formação de sujeitos ativos no processo de conquista de direitos e revisão das garantias legais já existentes. A presença ou a ausência de ações socioeducativas da política de assistência podem significar respectivamente “[...] tanto a tutela e a reiteração da subalternidade, quanto um lugar de reconhecimento e de acesso ao protagonismo.” (YAZBEK, 2016, p. 159).

Se por um lado identificamos a passividade dos bolsistas do Campus Irati em relação à gestão da política de assistência estudantil, por outro lado os beneficiários expressaram em suas falas a relevância da assistência para a interação social, tanto entre os estudantes quanto entre esses e os servidores. As atividades realizadas nos programas assistenciais são fomentadoras de interação social, uma vez que “[...] a própria sociedade em geral se refere à interação entre indivíduos” e “essa interação sempre surge com base em certos impulsos ou em função de certos propósitos.” (SIMMEL, 1985, p. 165).

Para Fernando, participar do PBIS permitiu estabelecer várias relações com outros estudantes e servidores, ampliando assim sua rede de relacionamentos:

[...] tinha que estar sempre envolvido, conversando com professor, orientador, com outros alunos às vezes de outros cursos, que nem, eu fiz recentemente um projeto com um aluno de Agroecologia do ensino médio, quando eu estava fazendo o ensino superior e era de duas áreas distintas, de meteorologia e tecnologia ao mesmo tempo, então ele cuidava da parte de meteorologia e eu da parte de tecnologia. Você se aproxima às vezes de pessoas que você não ia conversar, não ia ter chance de conversar, você acaba se integrando tanto com professores, com outros alunos, você vai se sentindo mais ativo...durante as viagens, quando a gente viaja com um grupo de professores, às vezes até o pessoal de outros setores, acaba indo junto na viagem e acaba criando assim esses vínculos, acaba conhecendo tanto do administrativo, quanto de outros como a biblioteca. (Fernando).

Para a jovem Luiza participar de eventos externos, custeados pela assistência, permitiu uma maior aproximação entre estudantes e docentes, melhorando a relação em sala de aula e, conseqüentemente, o desempenho educacional. A bolsista chegou a exemplificar um caso em especial que provavelmente marcou sua vida escolar no IFPR, pois chegou a viajar para o Rio

de Janeiro para participar de um evento, no qual foi medalhista, acompanhada pelo professor de física.

[...] porque assim, na sala de aula tem uma distância querendo ou não entre o professor e o aluno né, o aluno sei lá, a gente por exemplo, tinha medo do professor, a gente “ah porque é o professor de física”, a gente tem aquela visão, que nossa, ele tinha todo o conhecimento e a gente não sabia nada...a gente já rompeu com isso né, então a gente se aproximou mais, a gente teve mais confiança em perguntar, em querer saber mais e pedir explicação de novo, que na sala a gente fica meio tímido, sei lá, para falar então a gente melhora, a gente melhorou a relação, melhorou o vínculo que a gente tinha. (Luiza).

O ambiente escolar é um lugar propício para o desenvolvimento de relações de interação, motivação e produção de ideias. No caso do IFPR em que a maioria dos matriculados cursam o ensino médio profissionalizante, representando também a maioria dos beneficiários da política de assistência, os jovens se sentem estimulados a participar dos projetos de pesquisa, extensão e ensino.

Para Dayrell, Carrano e Maia (2014, p. 112):

A juventude constitui um momento determinado, mas que não se reduz a uma passagem. Ela assume uma importância em si mesma como um momento de exercício de inserção social. Nesse, o indivíduo vai se descobrindo e descortinando as possibilidades em todas as instâncias de sua vida, desde a dimensão afetiva até a profissional. Essa realidade ganha contornos próprios em contextos históricos, sociais e culturais distintos.

Entre os objetivos da política de apoio ao estudante do IFPR podemos citar a promoção de ações de integração para a comunidade estudantil, no intuito de que possam se sentir motivados a estudar, pesquisar, desenvolver atividades de inovação e empreendedorismo transformando a si mesmo e a sociedade. Quando o estudante se sente integrado na instituição escolar e se reconhece como sujeito ativo no processo de ensino-aprendizagem a possibilidade de retenção e evasão tende a diminuir.

Pedro, durante seu depoimento, apresentou entusiasmo em relação a sua atuação como bolsista e em sua fala é possível verificar que constituiu vários vínculos de afetividade com os estudantes que vinham tirar dúvidas na monitoria, pois ele chega a relatar particularidades da vida privada dos colegas.

Ajuda e como ajuda, me ajuda também além de ser um sujeito ativo me motiva a ser mais ativo ainda, na monitoria por mais que o dinheiro ajuda, também não foi o dinheiro que me motivou, que nem eu estava comentando com você antes também, eu gosto de ser desafiado, eu gosto de enfrentar o novo.

[...] alguns casos que eu já vi, o aluno que está tendo uma dificuldade em casa, família está tudo brigando, o pai e mãe estão pedindo divórcio ou algo do tipo, sabe nesse sentido a gente acaba tendo outra visão da coisa. Aluno cansado, que está tendo uma pressão muito grande, que o aluno mesmo acaba se colocando, por parte de trabalho e prova, de tirar o conceito, eu fiquei analisando esse ano inteiro, na maioria das vezes a pessoa que ficava na monitoria comigo no laboratório, a maioria era as 15 mesma pessoas, com o tempo de convivência com essas pessoas a gente vai entendendo o por que elas acabam tendo dificuldade. Que nem tinha uma menina, tinha crise de ansiedade e isso acaba dificultando, sobre isso que você comentou de vim a pé ou de van, tem gente que chega aqui cansado que vinha de longe, que não tem condições de pagar uma van, e chegava aqui e acabava se exaltando e acabava dificultando para aprender, a gente vai encontrando bastante realidade diferente em cada aluno. (Pedro)

Os bolsistas do Campus Irati, integrantes dos programas que possuem contrapartida, lembrando que representavam a minoria em 2019, são estimulados pela própria natureza do programa a realizar atividades de pesquisa, ensino e de extensão; desenvolver protótipos; produzir artigos; interagir com a comunidade; apresentar trabalhos acadêmicos; e participar de competições. Seria a contrapartida uma forma de compensação regida pela lógica da ideologia liberal ou uma forma de reforçar a cidadania produtiva?

Para Demo (1994, p. 31), “a meta da assistência é assistir, obviamente, mas, sempre que possível, deve-se assistir de tal forma que se favoreçam atividades de produção e participação.” Esse estudo não pretendeu discorrer sobre a complexidade desse assunto, embora acreditamos ser uma questão de extrema importância para compreender a política de assistência estudantil nos diferentes espaços acadêmicos.

A seleção dos entrevistados levou em consideração os beneficiários de programas assistenciais capazes de oportunizar experiências educacionais aos estudantes para além da sala de aula e do currículo, bem como vivências de caráter privado. Este caminho justifica-se por acreditarmos que no atual contexto socioeconômico é preciso desvelar as contradições entre igualdade formal e desigualdade real existentes nas interpretações dos assistidos, uma vez que a igualdade concreta “[...] está necessariamente para além da cidadania.” (TONET, 2012, p. 66).

Trazer à tona as interpretações dos beneficiários é dar voz aos sujeitos que expressam o real sentido da existência das políticas assistenciais no Brasil, porém, conforme vimos são os que menos atuam na constituição dessas políticas. Combater a desigualdade sem a participação dos desiguais é criar abismos mais profundos entre os seres humanos e desenvolver uma cidadania parcial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo intitulado “Assistência estudantil no Instituto Federal do Paraná – Campus Irati: interpretações à luz dos beneficiários” teve como objetivo geral desvelar os sentidos atribuídos pelos beneficiários acerca da política de assistência promovida pela instituição, bem como seus aspectos político-educacionais, socioeconômicos e culturais. De maneira específica, procuramos analisar o impacto da assistência na formação escolar e na vida pessoal dos bolsistas do ano de 2019, segundo suas próprias impressões.

A pesquisa se propôs a fazer uma leitura da política de assistência estudantil do Campus Irati a partir da interpretação dos beneficiários, por meio de entrevistas. Por isso, uma das questões norteadoras para o desenvolvimento do estudo foi sobre a importância da assistência segundo o entendimento dos sujeitos envolvidos diretamente no processo.

Além da pesquisa de campo que consistiu em entrevistas com nove bolsistas do Campus Irati, realizamos um estudo bibliográfico e documental a fim de compreender a política de assistência institucional, seus fundamentos teóricos e as particularidades dos programas ofertados. No caso do Campus Irati, buscamos fazer um resgate histórico com foco na assistência estudantil, devido às poucas referências bibliográficas existentes.

O IFPR é uma instituição pertencente à rede federal de educação e tem como pilares o ensino, a pesquisa e a extensão. Atualmente adota o sistema de cotas que corresponde à 80% das vagas para estudantes que cursaram seus estudos na escola pública, para estudantes com deficiências e outros que se autodeclararam negros, pardos e indígenas. Dessa forma, se define como uma instituição de ensino inclusiva e voltada majoritariamente para a classe trabalhadora.

Os princípios educacionais adotados pelo IFPR consistem na promoção de uma educação integral, ou seja, uma formação geral, profissional e tecnológica, capaz de promover a igualdade de oportunidades e a inclusão social. Entre os objetivos dessa educação podemos citar a formação de cidadãos críticos para transformar a realidade e colaborar no desenvolvimento dos arranjos produtivos.

A política de assistência adotada pelo IFPR também é uma ação inclusiva, pois tem como finalidade colaborar na permanência e no êxito dos estudantes que

se encontram em condições de vulnerabilidades. São vários programas ofertados, sendo o PACE o programa com maior quantidade de bolsas. Cada um desses programas possui suas especificidades como analisamos no primeiro capítulo, alguns com contrapartida de participação em projetos de ensino, pesquisa ou extensão (PBIS), alguns que envolvem estudantes na prática esportiva (PEA), docente (Monitoria) e na participação em eventos; e o PACE, programa de maior representação orçamentária que exige a frequência escolar nas aulas.

Percebemos, que antes mesmo do decreto do PNAES, o IFPR já tinha adotado normativa para implementação de política de apoio ao estudante, normativa ainda vigente na instituição, apesar de estar ocorrendo um processo de atualização iniciado em 2018. Nos seus dez anos de existência a instituição criou vários programas sendo o Monitoria o mais antigo e o PEA o mais recente, ambos com contrapartida do bolsista.

Nos últimos anos, o PACE tem sido o programa que mais ofertou bolsas e por esse motivo acreditamos que a concepção majoritária da instituição é que a frequência do estudante em sala de aula já é a contrapartida para o recebimento do auxílio estudantil. Porém, é preciso um estudo específico sobre a questão da contrapartida dos programas assistenciais, tanto na visão dos beneficiários quanto dos gestores.

Embora, algumas áreas do PNAES ainda não tenham sido contempladas pelos programas do IFPR, como a da saúde, identificamos que os valores recebidos subsidiam não só demandas didáticas, conforme vimos nas narrativas dos bolsistas, mas também necessidades das mais diversas. Exemplo disso foi o caso do jovem Carlos, que empregava o dinheiro da bolsa em seu tratamento médico.

A gestão da política de assistência no IFPR é centralizada na reitoria, por meio da assessoria da DAES e da CAES, cabendo aos *campi* a função de divulgar os editais, selecionar os bolsistas e acompanhá-los. Segundo o assistente social do Campus Irati, existe um grupo de estudos formado pelos assistentes sociais dos vários *campi* e isso tem contribuído para democratizar o gerenciamento da política assistencial na instituição.

No caso do Campus Irati, o único programa assistencial que não é ofertado até o presente momento é o PROEJA, devido à ausência dessa modalidade de ensino na instituição. Todos os outros programas, PBIS, Monitoria, PACE, PEA e Apoio a Eventos são ofertados no campus, sendo monitorados pela SEPAAE, setor

que foi se consolidando a partir de 2014, com a chegada de duas pedagogas e um assistente social, e em 2015 com a vinda de uma psicóloga.

A quantidade de bolsas foi aumentando no Campus Irati, conforme a expansão do número de matriculados e do corpo de servidores, pois alguns programas exigem proposição de projetos como o PBIS, Monitoria e PEA. Embora, o foco do presente estudo fosse as interpretações dos beneficiários, procuramos apresentar as normativas que regem a assistência estudantil no IFPR e as particularidades dos programas a fim de termos uma visão macro dessa política.

Em relação ao Campus Irati, os princípios conceituais da política de assistência estão em seus documentos oficiais como o projeto político pedagógico que se encontra em atualização e, por isso, utilizamos a última versão que data de 2012, em textos publicados no PDI do IFPR e na referência bibliográfica que compõe o livro publicado em comemoração aos dez anos da instituição. Observamos, assim, que ao fazer um resgate histórico do campus com ênfase na assistência poderíamos tornar público informações significativas tanto para a comunidade interna como para a sociedade em geral que representa o real financiador das políticas públicas do Estado.

As interpretações dos beneficiários acerca da assistência estudantil no Campus Irati permitiram identificar algumas contradições, refletir sobre o gerenciamento dessa política e observar os diversos impactos que possui na vida de cada bolsista entrevistado e de sua família. Pessoalmente, o estudo também modificou o olhar do servidor em relação aos bolsistas, porque no momento do pagamento de auxílios nos deparamos com o cadastro de pessoas físicas e não temos consciência da subjetividade e das concretas vulnerabilidades dos bolsistas.

Os sentidos atribuídos pelos beneficiários têm relação direta com o seu modo de vida, ou seja, com suas condições econômicas, com sua forma de pensar e agir socialmente, sua trajetória escolar e até mesmo com a sua organização familiar. A pluralidade de significados dos bolsistas acompanha a diversidade dos estudantes do Campus Irati, provenientes de diferentes realidades materiais. Além disso, para a maioria dos entrevistados foi a primeira vez que participaram de uma pesquisa acadêmica e isso inibiu em certos momentos, repercutindo nas narrativas.

Os bolsistas enfatizaram a importância da assistência para sua formação escolar, pois segundo eles o auxílio favorece a permanência e a conclusão dos estudos, principalmente custeando gastos com transporte e alimentação, duas

demandas que os colégios públicos estaduais oferecem aos matriculados. Alguns chegaram a apontar que conseguem adquirir livros, pagar vestibulares, comprar roupas e até pagar parte da formatura com o dinheiro recebido por meio do programa.

Verificamos que, embora a assistência tenha papel importante na permanência dos jovens na instituição, entre as contribuições mais marcantes que relataram foram as experiências vivenciadas por eles nos projetos de pesquisa e extensão, nos eventos externos e nas ações de ensino. Todas essas atividades, de acordo com os depoimentos, estabeleceram relações de interação, oportunizaram conhecer lugares e apreender conhecimentos nas mais variadas áreas, algo que sem o auxílio talvez não teriam acesso.

Como a maioria dos entrevistados era bolsista de programas assistenciais que exigiam uma contrapartida no contraturno, identificamos que para eles desenvolver pesquisa, extensão e participar de eventos geram muitos benefícios à formação educacional, segundo seus depoimentos.

Apesar de serem classificados como sujeitos vulneráveis a partir do critério de seleção que determina a renda *per capita* de até um salário mínimo e meio para participação em programas assistenciais, a grande maioria dos entrevistados não se identifica como tal. A visão de vulnerabilidade dos bolsistas do Campus Irati é bastante heterogênea, pois alguns se detiveram ao aspecto financeiro, enquanto outros apresentaram exemplos de vulnerabilidades para além desse elemento, citando suas próprias limitações de alimentação e moradia, infraestrutura tecnológica e relacionamentos familiares e sociais.

Em muitos casos ao abordarem o tema da vulnerabilidade os beneficiários se referiram aos outros colegas e não a si mesmo. Além disso, nas narrativas os bolsistas chegaram a apontar suas dificuldades financeiras, de relacionamento, e até cognitivas, mas não sinalizaram explicitamente que essas condições seriam suas vulnerabilidades.

A concepção de assistência como direito humano também não prevalece entre os bolsistas, que a conceberam como uma ajuda do “IFPR” e/ou do “governo”. Assim, os beneficiários revelaram passividade diante da gestão da política de assistência no Campus Irati e seus relatos desvelaram a ausência de autoavaliações periódicas dos programas e de formação socioeducativa sobre a temática no decorrer do ano letivo. Essas práticas quando orientadas e organizadas

são capazes de estimular o protagonismo estudantil na gestão dessa política, contribuindo no que Pedro Demo (1994) aponta de cidadania produtiva.

Consideramos que este estudo ao dar voz aos sujeitos que representam a razão da existência da política de assistência estudantil, possa contribuir para que, enquanto servidores públicos, possamos refletir sobre o nosso papel na gestão de políticas públicas e na efetividade dos serviços prestados à comunidade interna. Acreditamos que outros estudos sobre a assistência estudantil em outros *campi* possam colaborar para compreender a assistência estudantil no IFPR. Além disso, pesquisas que permitem trazer à tona a visão dos bolsistas e também a concepção dos gestores seriam importantes para identificar as similaridades e contraposições.

Este estudo não pretendeu construir dicotomias e sim abrir espaço para o diálogo a fim de colaborar para novas pesquisas sobre o papel da assistência na formação dos estudantes da rede federal de ensino. Além do mais, as reflexões aqui apresentadas podem incentivar ações no interior do IFPR-Campus Irati capazes de produzir possibilidades para superar os possíveis elementos assistencialistas presentes na política de assistência, bem como permitir o protagonismo do beneficiário, na qualidade de agente da sua própria história.

REFERÊNCIAS

ABREU, R. P. **As expressões da evasão dos estudantes atendidos pela Política de Apoio Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná – Campus Londrina**. 2017, 237 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

ANTUNES, E. D. **Assistência estudantil nos Institutos Federais: da política à implementação**. 2018, 272 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

BARANOSKI, F. L. et al. A Trajetória do Instituto Federal do Paraná em Irati: rumo aos 10 anos. In: ZANATTA, Odacir Antonio (Org.) et al. **Passado, Presente e Futuro: 10 anos de IFPR**. Curitiba: IFPR, 2019. p. 190-203.

BRASIL. [Constituição (1988)] **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais n.ºs 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. **Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 17 de ago. 2018.

BRASIL. **Decreto n.º 9.661, de 01 de janeiro de 2019**. Regulamenta a Lei nº 13.152, de 29 de julho de 2015, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9661.htm. Acesso em: 16 de fev. 2020.

BRASIL. **Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: [planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320compilado.htm). Acesso em: 16/09/2019.

BRASIL. **Lei n.º 8.745, de 9 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8745compilada.htm. Acesso em: 27/05/2019.

BRASIL. **Lei n.º 11.091, de 12 de janeiro de 2005**. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11091.htm. Acesso em: 27/05/2019.

BRASIL. **Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência, Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008. p. 1-9 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 17 de ago. 2018.

BRASIL. **Lei n.º 12.772, de 28 de dezembro de 2012.** Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987; sobre o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e sobre o Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, de que trata a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; sobre a contratação de professores substitutos, visitantes e estrangeiros, de que trata a Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993; sobre a remuneração das Carreiras e Planos Especiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006; altera remuneração do Plano de Cargos Técnico-Administrativos em Educação; altera as Leis nºs 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 11.784, de 22 de setembro de 2008, 11.091, de 12 de janeiro de 2005, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, 11.357, de 19 de outubro de 2006, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 12.702, de 7 de agosto de 2012, e 8.168, de 16 de janeiro de 1991; revoga o art. 4º da Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12772.htm. Acesso em: 27/05/2019.

CANCELLA, A. S. **A oferta do esporte para os alunos com deficiência no Instituto Federal do Paraná – IFPR, campus Paranaguá:** um movimento de reprodução ou resistência? 2018, 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

COLOMBO, I. M.; ECKSTEIN, L. C. Histórico do Campus Cascavel – IFPR. In: ZANATTA, O. A. (Org.) et al. **Passado, Presente e Futuro: 10 anos de IFPR.** Curitiba: IFPR, 2019. p. 98-116.

COLOMBO, I. M.; PAIXÃO, M. V.; GUINDANI, R. A. Histórico do Campus Pinhais do IFPR. In: ZANATTA, O. A. (Org.) et al. **Passado, Presente e Futuro: 10 anos de IFPR.** Curitiba: IFPR, 2019. p. 306-321.

COSTA FILHO, I. **Políticas de assistência ao estudante:** formulação e implementação no Instituto Federal do Paraná (2008-2014). 2015, 227 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2015.

COUTO, B. R. Assistência Social: direito social ou bem-estar? **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 665-677, out./dez. 2015.

DAYRELL, J.; CARRANO, P.; MAIA, C. L. (Org.). **Juventude e ensino médio:** sujeitos e currículos em diálogo. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

DEMO, P. **Política social, educação e cidadania**. 4. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

DEMO, P.; OLIVEIRA; L. L. N. de A. **Cidadania e Direitos Humanos: sob o olhar das políticas públicas**. Brasília, DF: IPEA, 1995. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1819/1/td_0391.pdf. Acesso em: 25 set. 2017.

FERREIRA, A. **Quantidade de Alunos e Turmas** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <mario.torres@ifpr.edu.br> em 23 de mai. 2019.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2014a.

GEERTZ, C. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014b.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 8. ed. Rio de Janeiro, Record, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/irati/panorama>. Acesso em: 02 jul. 2019. Acesso em: 04 jul. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Assessoria de comunicação do IFPR Campus Irati. **Boletim Informativo do IFPR Campus Irati**. Ano 2, n.º 22, nov. 2016, p. 1-2. Disponível em: <http://irati.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2017/01/Giro-IFPR-Campus-Irati-Novembro-2016-final.pdf>. Acesso em: 02 set. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Edital n.º 028/2011 - Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social do IFPR**. 2011a. Disponível em: http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2011/03/Edital_PBIS-2011_.doc. Acesso em: 17 jun. 2019. p. 1-5.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Edital n.º 009/2012 - PROENS/IFPR Auxílio-moradia, Auxílio-transporte e Auxílio-alimentação**. Curitiba: IFPR, 07 mar. 2012a. Disponível em: http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2012/09/Edital-Aux%C3%ADlios_2012_009.2012_com-retifica%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 04 jul. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **EDITAL n.º 126/2013 - PROGEPE/IFPR – CONCURSO PÚBLICO**. Curitiba, 16 set. 2013. Disponível em: https://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2013/09/Edital_Abertura_126.2013-ConcursoTecnico-V7-13092013_Pro_Tempore-para-publica%c3%a7%c3%a3o-DOU3.pdf. Acesso em: 27 mar. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Edital n.º 007/2014 - Processo de seleção de bolsista do programa estudante-atleta**. Curitiba: IFPR, 2014a. Disponível em: http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/03/edital_bolsa_atleta_2014.pdf. Acesso em: 24 jun. 2019. p. 1-32.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Edital n.º 41/2015**. Curitiba: IFPR, 31 ago. 2015a. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2013/02/edital-final-01-09-2015-timbrado-2-revisado.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2019. p. 1-18.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Experiência na França marca vida de alunos e servidores do IFPR**. 18 nov. 2015b. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/experiencia-na-franca-marca-vida-de-alunos-e-servidores-do-ifpr/>. Acesso em: 31 out. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Edital n.º 171/2018** - Programa de Assistência Complementar ao Estudante - Edição 2019. Curitiba: IFPR, 19 dez. 2018a. Disponível em: https://sei.ifpr.edu.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=148668&id_orgao_publicacao=0. Acesso em: 31 maio 2019. p. 1-4.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Edital n.º 172/2018** - Programa Monitoria - Edição 2019. Curitiba: IFPR, 19 dez. 2018b. Disponível em: https://sei.ifpr.edu.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=148817&id_orgao_publicacao=0. Acesso em: 29 maio 2019. p. 1-5.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Edital n.º 173/2018** - Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social - Edição 2019. Curitiba: IFPR, 19 dez. 2018c. Disponível em: https://sei.ifpr.edu.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=148861&id_orgao_publicacao=0. Acesso em: 31 maio 2019. p. 1-5.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Edital n.º 174/2018** - Programa Estudante-Atleta - Edição 2019. Curitiba: IFPR, 19 dez. 2018d. Disponível em: https://sei.ifpr.edu.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=148861&id_orgao_publicacao=0. Acesso em: 31 maio 2019. p. 1-4.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Edital n.º 13/2019** - Programa de Apoio a Participação em Eventos Estudantis, Inscrição de Estudantes. Curitiba: IFPR, 05 fev. 2019a. Disponível em: https://sei.ifpr.edu.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=192920&id_orgao_publicacao=0. Acesso em: 28 jun. 2019. p. 1-8.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Edital n.º 18/2019**. Curitiba: IFPR, 19 jun. 2019b. Disponível em: <http://concursos.funtefpr.org.br/ifpr2020/editais/EDITAL%2018%20MEDIO%20TECNICO%202020.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2019. p. 1-60.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Edital n.º 32/2019** - Programa de Assistência Complementar ao Estudante - Edição 2019 - Retificação de valores e vigência. Curitiba: IFPR, 01 mar. 2019c. Disponível em:

https://sei.ifpr.edu.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=230313&id_orgao_publicacao=0. Acesso em: 31 mai. 2019. p. 1-3

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Edital n.º 65/2019** - Programa de Assistência Complementar ao Estudante - Auxílios Remanescentes Redistribuído. Curitiba: IFPR, 03 abr. 2019d. Disponível em: https://sei.ifpr.edu.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=267971&id_orgao_publicacao=0. Acesso em: 31 mai. 2019. p. 1-7.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Edital n.º 74/2019** - Programa de Assistência Complementar ao Estudante - Vagas Remanescentes. Curitiba: IFPR, 12 abr. 2019e. Disponível em: https://sei.ifpr.edu.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=279682&id_orgao_publicacao=0. Acesso em: 31 mai. 2019. p. 1-14.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Edital n.º 163/2019**. Curitiba: IFPR, 11 jul. 2019f. Disponível em: https://sei.ifpr.edu.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=381128&id_orgao_publicacao=0. Acesso em: 17 fev. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Instrução Interna de Procedimentos – IIP N.º 20/PROENS, 09/02/2012**. Curitiba: IFPR, 09 fev. 2012b. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/11/n%C2%B0-020-fevereiro-de-2012.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Instrução Interna de Procedimentos – IIP N.º 001/2014 PROENS/IFPR, 28/03/2014**. Curitiba: IFPR, 28 mar. 2014b. Disponível em: http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2013/07/IIP_PROENS_001.2014_estudante_atleta.pdf. Acesso em: 24 jun. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Instrução Interna de Procedimentos IP N.º 003/2018 Pró-reitoria de Ensino**. Curitiba: IFPR, 10 jan. 2018e. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2018/01/IIP-2018-parapublica%C3%A7ao2.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Manual de Competências**. Curitiba: IFPR, 2017. Disponível em: <http://info.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/manual-de-competencias.pdf>. Acesso em: 02 set. 2019. p. 1-232.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Plano de Desenvolvimento Institucional IFPR 2019-2023**. Curitiba: IFPR, dez 2018f. Disponível em: <http://info.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/PDI-2019-2023-Versao-Consum-2019.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2019. p. 1-732.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Plano de Gestão IFPR 2019**. 2019f. Disponível em: <http://info.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/PG-2019-VF..pdf>. Acesso em: 05 set. 2019. p. 1-109.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Programa de Monitoria do IFPR - Edital n.º 05A/2010**. Curitiba: IFPR, 10 maio 2010a. Disponível em: http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2010/05/edital_monitoria_2010.pdf. Acesso em: 29 maio 2019. p. 1-8.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Projeto Político Pedagógico Câmpus Irati**. 2012c. Disponível em: <http://irati.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2018/03/Projeto-Pol%C3%ADtico-Pedag%C3%B3gico-C%C3%A2mpus-Irati.pdf>. Acesso em: 29 maio 2019. p. 1-174.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Portaria n.º 271 de 19 maio de 2011** - Regulamenta o funcionamento do Programa de Assistência Estudantil para cursos presenciais e cursos a distância de PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos) e PROEJA-FIC (Formação Inicial Continuada e Integrada ao Ensino Fundamental. Curitiba: IFPR, 19 mai. 2011b. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2013/11/271-PROGRAMA-DE-ASSIST%C3%8ANCIA-ESTUDANTIL.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2019. p. 1-2.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Portaria n.º 1264 de 20 de agosto de 2014**. Curitiba: IFPR, 20 ago. 2014c. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/08/1264-DESCONCENTRA%C3%87%C3%83O-DA-UGE.pdf>. Acesso em: 04 set. 2019. p. 1-7.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Portaria n.º 716 de 25 de maio de 2018**. Curitiba: IFPR, 25 mai. 2018g. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2018/06/716-COMISS%C3%83O-DE-REVIS%C3%83O-E-ATUALIZA%C3%87%C3%83O-DA-POL%C3%8DTICA-DA-ASSIST%C3%8ANCIA-ESTUDANTIL-E-A-REGULAMENTA%C3%87%C3%83O-INSTITUCIONAL-DOS-PROGRAMAS-DE-BOLSAS-E-AUXILIOS-DO-IFPR.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2019. p. 1-2.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Portaria n.º 258 de 11 de março de 2020**. Curitiba: IFPR, 12 mar. 2020a. Anexo I. Disponível em: <http://info.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/258.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2020. p. 1-3.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Portaria n.º 258 de 11 de março de 2020**. Curitiba: IFPR, 12 mar. 2020b. Anexo I.VI. Disponível em: <http://info.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/258.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2020. p. 1-3.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Portaria n.º 258 de 11 de março de 2020**. Curitiba: IFPR, 12 mar. 2020c. Anexo IV. Disponível em: <http://info.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/258.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2020. p. 1-3.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução n.º 011/2009** – Conselho Superior. Aprova a Política de Apoio Estudantil do Instituto Federal do Paraná,

através do Processo n. 63.001092/2009-57. Curitiba: IFPR, 21 dez. 2009. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/07/Res.-11.pdf>. Acesso em: 27 maio 2019. p. 1-6.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução n.º 04/2010** – Cria o Programa de Bolsas Monitoria e o Plano de Trabalho para captação de Recursos. Curitiba: IFPR, 29 mar. 2010b. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2010/08/Res.-04.10.pdf>. Acesso em: 29 maio 2019. p. 1-5.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução nº 64/2010** – Aprova a criação do Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social. Curitiba: IFPR, 28 jul. 2010c. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/resolucao-64-2010/>. Acesso em: 13 jun. 2019. p. 1-5.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução n.º 65/2010** – Aprova a criação do Programa de Apoio a Eventos Estudantis. Curitiba: IFPR, 28 jul. 2010d. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2010/08/Res.-65.101.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2019. p. 1-3.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução n.º 53/2011** – Conselho Superior. Altera os Artigos 7º, 8º e 12 da Resolução nº 11/2009, que determina a Política de Apoio Estudantil do Instituto Federal do Paraná. Curitiba: IFPR, 21 dez. 2011c. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2011/01/Res.-53.11-Altera-os-Artigos-7%C2%BA-8%C2%BA-e-12%C2%BA-da-Resolu%C3%A7%C3%A3o-11-09-que-determina-a-Pol%C3%ADtica-de-Apoio-Estudantil-do-IFPR.pdf>. Acesso em: 27 maio. 2019. p. 1-2.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução n.º 63/2014** – Autoriza a extinção do Curso Técnico em Produção de Moda, na forma subsequente ao Ensino Médio, no Câmpus Irati, do IFPR. Curitiba: IFPR, 16 dez. 2014d. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2015/01/Res.-63.2014.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2019. p. 1.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução n.º 01/2015** – Altera a Resolução 64/2010 – CONSUP, que aprovou a criação do Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social. Curitiba: IFPR, 05 fev. 2015c. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2015/02/Res.-01.2015.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2019. p. 1-2.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução n.º 66, de 13 de dezembro de 2018**. Aprova critérios e procedimentos para o cálculo do Índice de Vulnerabilidade Social - IVS, utilizado nas análises socioeconômicas do Instituto Federal do Paraná - IFPR. Curitiba: IFPR, 14 dez. 2018h. p. 1-7.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Revisão Resolução da Política da Assistência Estudantil do Instituto Federal do Paraná**. Curitiba: IFPR, maio 2019g. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2019/05/Resolu%C3%A7%C3%A3o-Reda%C3%A7%C3%A3o-Final-Vers%C3%A3o-Consulta-P%C3%ABlica-1.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2019. p. 1-9.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **VII Seminário de Extensão, Ensino, Pesquisa e Inovação do Instituto Federal do Paraná - VII SE²PIN**: Regulamento geral. Curitiba: IFPR, 15 jun. 2018i. Disponível em: <http://sepin.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2018/07/Regulamento-Geral.pdf>. Acesso em: 09 set. 2019. p. 1-23.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. **Caderno Estatístico Município de Irati**. 2020. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=84500&btOk=ok>. Acesso em: 29 mar. 2020.

LA TAILLE, Y. de. Moral e ética no mundo contemporâneo. **Revista USP**, São Paulo, n. 110, p. 29-42, julho/agosto/setembro 2016.

LIMA, C. A. de. **Relação de servidores** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <mario.torres@ifpr.edu.br> em 20 de mai. 2019.

MARX, K. **Instruções para os Delegados do Conselho Geral Provisório. As Diferentes Questões**. 1866. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1866/08/instrucoes.htm#n41>. Acesso em: 26 mar. 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: um novo modelo em educação profissional e tecnológica. Concepção e Diretrizes**. 2010. 43p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 ago. 2019.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 30. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

OLIVEIRA, V. R. de. Reflexões sobre a política de assistência no Brasil. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro. v. 24, n. 1, p.74-87, nov.1989/jan. 1990.

PACHECO, E. Os institutos federais, 10 anos de uma trajetória vitoriosa: ousadia e criatividade. In: ZANATTA, O. A. (Org.) et al. **Passado, Presente e Futuro: 10 anos de IFPR**. Curitiba: IFPR, 2019. p. 13-14.

PROJETO de extensão do Câmpus Irati beneficia comunidade. 29 set. 2011. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/projeto-de-extensao-do-campus-irati-beneficia-comunidade/>. Acesso em: 24 ago. 2019.

SCHONS, S. M. **Assistência social entre a ordem e a “des-ordem”**: mistificação dos direitos sociais e da cidadania. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

SEMZEZEM, P.; ALVES, J. de M. Vulnerabilidade social, abordagem territorial e proteção na política de assistência social. **Revista Ser Social**, Londrina, v. 16, n. 1, 2013. p. 143-166. Disponível em:

<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/viewFile/16115/14627>>. Acesso em: 19 de ago. 2018.

SILVA, S. R. da. **Estado, Educação e Equidade no Brasil: A formação Gerenciada da Cidadania**. Campinas: Mercado das Letras, 2012.

SIMMEL, G. **Sociabilidade – um exemplo de sociologia pura ou formal**. In: SIMMEL, G. Simmel: Sociologia. São Paulo: Ática, 1985. p. 165-181.

TONET, I. **Educação contra o capital**. 2. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

TORRES, M. D. de F. **Estado, democracia e administração pública no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

ZANATTA, O. A. O percurso da primeira década. In: ZANATTA, Odacir Antonio (Org.) et al. **Passado, Presente e Futuro: 10 anos de IFPR**. Curitiba: IFPR, 2019. p. 11-12.

ZUB, R. IFPR Câmpus Irati irá oferecer ensino médio integrado a partir de 2013. **Rádio Najuá**, Irati, p. 1-2, 23 ago. 2012. Disponível em: <https://radionajua.com.br/noticia/noticias/irati-e-regiao/ifpr-campus-irati-ira-oferecer-ensino-medio-integrado-a-partir-de-2013/14787/>. Acesso em: 14 ago. 2019.

APÊNDICE A**CARTA DE AUTORIZAÇÃO/ANUÊNCIA**

Eu, _____, diretora geral do Instituto Federal do Paraná - Campus Irati, tenho ciência e autorizo a realização da pesquisa intitulada **ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ – CAMPUS IRATI: INTERPRETAÇÕES À LUZ DOS BENEFICIÁRIOS**, sob responsabilidade do pesquisador Mário André Camargo Torres, no IFPR-Campus Irati. Para isto, serão disponibilizados ao pesquisador o uso do espaço físico para realizar observação e seus registros de atividades que envolvam os projetos vinculados à assistência estudantil e espaço para realização de entrevistas.

Irati-Pr, ____ de _____ de 2019.

Direção Geral

APÊNDICE B

Questionário Semiaberto com bolsistas dos Programas de Assistência Estudantil

O objetivo geral desta pesquisa é desvelar os sentidos atribuídos pelos beneficiários acerca da política de assistência estudantil no Instituto Federal do Paraná – Campus Iriti e seus aspectos político-educacionais, socioeconômicos e culturais. Como objetivos específicos destacamos: conhecer as diretrizes conceituais e a gestão pública dos programas, expor os significados que os beneficiários atribuem aos programas dos quais fazem parte; verificar os vínculos dos sujeitos envolvidos nos programas no que diz respeito às relações comunitárias e à construção de identidades; e, finalmente, identificar a importância dos programas no que diz respeito aos elementos formativos de acesso, inclusão, permanência e êxito do estudante.

Assinale somente uma alternativa:

1. Idade:

14 a 17 anos 18 a 24 anos Mais de 25 anos

2. Modalidade de Ensino que cursa:

Ensino Médio Integrado Superior Técnico Subsequente

3. Beneficiário de qual Programa:

MONITORIA PACE PBIS PEA

4. Recebeu auxílio para Participação em Eventos em 2019?

Sim Não

5. Na sua opinião, a participação no Programa de Assistência estudantil colaborou para o acesso, a permanência e o êxito na sua formação escolar?

Concordo totalmente	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Discordo totalmente
----------------------------	-----------------	----------------------------------	-----------------	----------------------------

6. Na sua opinião, a participação no Programa de Assistência estudantil colaborou para seu empoderamento enquanto cidadão (sujeito de direitos e deveres na sociedade)?

Concordo totalmente	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Discordo totalmente
----------------------------	-----------------	----------------------------------	-----------------	----------------------------

7. Um dos objetivos da política de assistência estudantil no IFPR é “assegurar aos estudantes igualdade de oportunidade no desenvolvimento das atividades acadêmicas, culturais, artísticas e esportivas.” Na sua opinião, a participação no Programa promoveu a superação de alguma forma de desigualdade na qual você se encontrava? É possível descrever a superação?

Concordo totalmente	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Discordo totalmente
----------------------------	-----------------	----------------------------------	-----------------	----------------------------

8. Na sua opinião, a participação em programas de assistência estudantil estimula a construção de vínculos entre os estudantes e entre os servidores da instituição?

Concordo totalmente	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Discordo totalmente
----------------------------	-----------------	----------------------------------	-----------------	----------------------------

9. Qual a frequência que ocorre autoavaliação do Programa para fins de aperfeiçoamento dessa política assistencial?

Sempre	Muitas vezes	Às vezes	Raramente	Nunca
---------------	---------------------	-----------------	------------------	--------------

10. Qual a frequência que se discute o tema de vulnerabilidade entre os beneficiários e gestores dos programas de assistência estudantil?

Sempre	Muitas vezes	Às vezes	Raramente	Nunca
---------------	---------------------	-----------------	------------------	--------------

11. Enquanto bolsista, você é convocado(a) a colaborar em alguma atividade promovida pela instituição e que não tenha relação com seu programa?

Sempre	Muitas vezes	Às vezes	Raramente	Nunca
---------------	---------------------	-----------------	------------------	--------------

12. Em relação ao acompanhamento, orientações e monitoramento das suas atividades enquanto beneficiário da política de assistência estudantil no Campus Iрати, como você avalia o trabalho dos seguintes agentes:

a. Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis (SEPAAE)

Excelente	Bom	Satisfatório	Insatisfatório	Não sei opinar
------------------	------------	---------------------	-----------------------	-----------------------

b. Orientador do projeto (exceto para bolsistas do PACE)

Excelente	Bom	Satisfatório	Insatisfatório	Não sei opinar
------------------	------------	---------------------	-----------------------	-----------------------

c. Setor Administrativo

Excelente	Bom	Satisfatório	Insatisfatório	Não sei opinar
------------------	------------	---------------------	-----------------------	-----------------------

13. Como você avalia seu conhecimento acerca da política de assistência estudantil no IFPR (resoluções, editais, instruções normativas):

Excelente	Bom	Satisfatório	Insatisfatório	Não sei opinar
------------------	------------	---------------------	-----------------------	-----------------------

14. O valor do benefício da assistência estudantil é utilizado prioritariamente para qual fim?

Transporte	Alimentação	Material Didático	Aplicação (poupança)	Despesas Familiares
-------------------	--------------------	--------------------------	-----------------------------	----------------------------

15. Escreva, qual seu entendimento sobre a assistência estudantil?

16. Escreva algumas considerações (positivas e/ou negativas) da política de assistência estudantil no Campus Irati.

APÊNDICE C

Questões para entrevista com bolsistas dos Programas de Assistência Estudantil

1. Escreva, qual seu entendimento sobre a assistência estudantil?
2. Você considera a assistência estudantil importante na sua formação escolar e na sua vida pessoal? Comente (como a participação no programa tem colaborado na sua formação)
3. É possível comentar sobre como é utilizado o valor recebido por meio da assistência?
4. Você se considera um sujeito com uma condição de vulnerabilidade? Poderia dizer quais situações de vulnerabilidade?
5. O tema da assistência estudantil é debatido na sua casa, com sua família?
6. Tem conhecimento pleno das normativas da política de assistência, os seus direitos e deveres?
7. Você se sente integrado nessa política como sujeito ativo no Programa, seja por meio de autoavaliação, de discussões sobre o tema da assistência estudantil?
8. Você criou vínculos com os gestores e outros beneficiários, quais gestores e como ocorreu a integração?
9. Qual sua contrapartida no programa? Considera essa contrapartida justa?
10. Você se sente incluído de alguma forma na instituição por meio da política de assistência estudantil?
11. Escreva algumas considerações (positivas e/ou negativas) da política de assistência estudantil no Campus Irati.
12. Você possui sugestões para melhorar a política de assistência estudantil no Campus Irati?

APÊNDICE D

Questões para entrevista com gestor do Programa de Assistência Estudantil (Assistente Social)

1. Quais suas funções em relação à assistência estudantil no Campus?
2. Na sua visão as normativas do IFPR estão de acordo com o PNAES?
3. Você considera a assistência estudantil importante na formação escolar e na vida pessoal dos beneficiários?
4. O IFPR realizava discussões e atualizações da política de assistência estudantil de forma coletiva? Se sim, como?
5. No Campus ocorre debates e autoavaliações sobre a política de assistência estudantil? Como e em quais momentos?
6. Os orientadores dos projetos dialogam constantemente com a SEPAE sobre os bolsistas?
7. Quais as maiores demandas dos bolsistas durante o ano?
8. Ocorre visita *in loco*? Comentar (como ocorre, qual a frequência...).
9. Acredita que a política de assistência estudantil no Campus está conseguindo atender a totalidade dos estudantes com condições de vulnerabilidade?
10. Quais as maiores vulnerabilidades apresentadas pelos estudantes do Campus?
11. Quais são os pontos fortes e fracos da política de assistência estudantil no Campus?
12. Tem algum caso específico de bolsista que lhe chamou atenção? Poderia detalhar algum caso?
13. Como ocorre o acompanhamento pedagógico dos bolsistas?

APÊNDICE E

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE - UNICENTRO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a) Colaborador(a),

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa sobre a ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ - CAMPUS IRATI: INTERPRETAÇÕES À LUZ DOS BENEFICIÁRIOS E GESTORES, sob a responsabilidade de Mário André Camargo Torres, que irá investigar os sentidos atribuídos pelos beneficiários e gestores acerca da política de assistência estudantil no Instituto Federal do Paraná – Campus Irati e conhecer as diretrizes conceituais e a gestão pública dos programas, expor os significados que os beneficiários e gestores atribuem aos programas dos quais fazem parte; verificar os vínculos dos sujeitos envolvidos nos programas no que diz respeito às relações comunitárias e à construção de identidades; e, finalmente, identificar a importância dos programas no que diz respeito aos elementos formativos de acesso, inclusão, permanência e êxito do estudante. Esse projeto de pesquisa irá revelar as interpretações dos beneficiários e gestores acerca da assistência estudantil do IFPR – Campus Irati, contribuindo para pensar as políticas públicas assistenciais no âmbito educacional. Além disso, a análise das fontes documentais, do processo de gestão e das observações e entrevistas contribuirão para uma reflexão crítica sobre a efetividade do programa, o que permitirá, caso necessário, melhorias por parte dos gestores para o atendimento dos futuros beneficiários.

1. PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA: Ao participar desta pesquisa você responderá um questionário semiaberto. A participação ocorrerá nas dependências do IFPR-Campus Irati e o questionário será entregue pelo pesquisador responsável que irá recolher a pesquisa no prazo acordado com o público entrevistado. Lembramos que a sua participação é voluntária e você tem a liberdade de não querer participar e pode desistir, em qualquer momento, mesmo após ter iniciado a pesquisa, sem nenhum prejuízo para você.

2. RISCOS E DESCONFORTOS: Durante a execução da pesquisa, poderá ocorrer algum desconforto, como revelar algum pensamento ou sentimento nunca revelados, tais como: o sentimento de vulnerabilidade, ou seja, a presença no processo de exclusão social. O tipo de procedimento apresenta um risco mínimo, por isso se você precisar de algum tratamento, orientação, encaminhamento etc, por se sentir prejudicado por causa da pesquisa, ou sofrer algum dano decorrente da mesma, o pesquisador se responsabiliza por prestar assistência integral, imediata e gratuita.

3. BENEFÍCIOS: Os benefícios esperados com o estudo são no sentido de contribuir com informações importantes para o desenvolvimento da pesquisa em questão e, apesar de não ser diretamente beneficiado, os resultados do estudo poderão contribuir para o avanço no campo acadêmico científico e para a comunidade acadêmica de beneficiários da assistência estudantil do Instituto Federal do Paraná.

4. CONFIDENCIALIDADE: Todas as informações fornecidas por meio do questionário serão utilizadas somente para esta pesquisa. Suas respostas e dados pessoais ficarão em segredo e seu nome não aparecerá em lugar nenhum do questionário, nem quando os resultados forem apresentados.

5. ESCLARECIMENTOS: Se tiver alguma dúvida a respeito da pesquisa e/ou dos métodos utilizados na mesma, pode procurar a qualquer momento o pesquisador responsável.

Nome do pesquisador responsável: Mário André Camargo Torres

Endereço: Rua Pedro Koppe, 100 – Vila Matilde

Telefone para contato: (42) 9 8401-5196 ou (43) 9 9971-7352.

Horário de atendimento: 8hrs as 17hrs

6. RESSARCIMENTO DAS DESPESAS: Caso o(a) Sr.(a) aceite participar da pesquisa, não receberá nenhuma compensação financeira.

7. CONCORDÂNCIA NA PARTICIPAÇÃO: Se o(a) Sr.(a) estiver de acordo em participar deverá preencher e assinar o Termo de Consentimento Pós-esclarecido que se segue, em **duas vias**, sendo que uma via ficará com você.

=====

CONSENTIMENTO PÓS INFORMADO

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, o Sr.(a) _____, portador(a) da cédula de identidade _____, declara que, após leitura minuciosa do TCLE, teve oportunidade de fazer perguntas, esclarecer dúvidas que foram devidamente explicadas pelo pesquisador, ciente dos serviços e procedimentos aos quais será submetido e, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firma seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO em participar voluntariamente desta pesquisa.

E, por estar de acordo, assina o presente termo.

Irati-Pr, _____ de _____ de _____.

Assinatura do participante

Assinatura do representante legal
(no caso de menor de idade)

Mário André Camargo Torres
(Pesquisador Responsável)

APÊNDICE F

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE - UNICENTRO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO - PPGDC

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a) Colaborador(a),

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa sobre a ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ - CAMPUS IRATI: INTERPRETAÇÕES À LUZ DOS BENEFICIÁRIOS E GESTORES, sob a responsabilidade de Mário André Camargo Torres, que irá investigar os sentidos atribuídos pelos beneficiários e gestores acerca da política de assistência estudantil no Instituto Federal do Paraná – Campus Irati e conhecer as diretrizes conceituais e a gestão pública dos programas, expor os significados que os beneficiários e gestores atribuem aos programas dos quais fazem parte; verificar os vínculos dos sujeitos envolvidos nos programas no que diz respeito às relações comunitárias e à construção de identidades; e, finalmente, identificar a importância dos programas no que diz respeito aos elementos formativos de acesso, inclusão, permanência e êxito do estudante.

Esse projeto de pesquisa irá revelar as interpretações dos beneficiários e gestores acerca da assistência estudantil do IFPR – Campus Irati, contribuindo para pensar as políticas públicas assistenciais no âmbito educacional. Além disso, a análise das fontes documentais, do processo de gestão e das observações e entrevistas contribuirão para uma reflexão crítica sobre a efetividade do programa, o que permitirá, caso necessário, melhorias por parte dos gestores para o atendimento dos futuros beneficiários.

1. PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA: Ao participar desta pesquisa você responderá uma entrevista semiestruturada, que poderá ocorrer nas dependências do IFPR-Campus Irati, com data e horário definido com antecedência, o tempo de entrevista deverá ser de até vinte minutos, na qual será realizado pelo pesquisador responsável. No momento da entrevista estarão presentes somente o pesquisador e o participante da pesquisa, sendo o registro da entrevista realizado através de áudio para posterior descrição. Lembramos que a sua participação é voluntária, você tem a liberdade de não querer participar, e pode desistir, em qualquer momento, mesmo após ter iniciado a entrevista, sem nenhum prejuízo para você.

2. RISCOS E DESCONFORTOS: Durante a execução da entrevista, poderá ocorrer algum desconforto, como revelar algum pensamento ou sentimentos nunca revelados, tais como: o sentimento de vulnerabilidade, ou seja, a presença do processo de exclusão social. O tipo de procedimento apresenta um risco mínimo de ocorrer algum sentimento de fragilidade emocional que será reduzido pela escolha de um local reservado para realização da entrevista. Se você precisar de algum tratamento, orientação, encaminhamento etc, por se sentir prejudicado por causa da pesquisa, ou sofrer algum dano decorrente da mesma, o pesquisador se responsabiliza por prestar assistência integral, imediata e gratuita.

3. BENEFÍCIOS: Os benefícios esperados com o estudo são no sentido de contribuir com informações importantes para o desenvolvimento da pesquisa em

questão e, apesar de não ser diretamente beneficiado, os resultados do estudo poderão contribuir para o avanço no campo acadêmico científico e para a comunidade acadêmica de beneficiários da assistência estudantil do Instituto Federal do Paraná.

4. CONFIDENCIALIDADE: Todas as informações fornecidas ou que sejam conseguidas através das observações serão utilizadas somente para esta pesquisa. Suas respostas, dados pessoais e imagem ficarão em segredo e seu nome não aparecerá em lugar nenhum dos(as) (questionários, fitas gravadas ou fichas de avaliação etc.) nem quando os resultados forem apresentados.

5. ESCLARECIMENTOS: Se tiver alguma dúvida a respeito da pesquisa e/ou dos métodos utilizados na mesma, pode procurar a qualquer momento o pesquisador responsável.

Nome do pesquisador responsável: Mário André Camargo Torres

Endereço: Rua Pedro Koppe, 100 – Vila Matilde

Telefone para contato: (42) 9 8401-5196 ou (43) 9 9971-7352

Horário de atendimento: 8hrs as 17hrs

6. RESSARCIMENTO DAS DESPESAS: Caso o(a) Sr.(a) aceite participar da pesquisa, não receberá nenhuma compensação financeira.

7. CONCORDÂNCIA NA PARTICIPAÇÃO: Se o(a) Sr.(a) estiver de acordo em participar deverá preencher e assinar o Termo de Consentimento Pós-esclarecido que se segue, em **duas vias**, sendo que uma via ficará com você.

=====

CONSENTIMENTO PÓS INFORMADO

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, o Sr.(a) _____, portador(a) da cédula de identidade _____, declara que, após leitura minuciosa do TCLE, teve oportunidade de fazer perguntas, esclarecer dúvidas que foram devidamente explicadas pelo pesquisador, ciente dos serviços e procedimentos aos quais será submetido e, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firma seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO em participar voluntariamente desta pesquisa.

E, por estar de acordo, assina o presente termo.

Irati-Pr, _____ de _____ de _____.

Assinatura do participante

Assinatura do representante legal
(no caso de menor de idade)

Mário André Camargo Torres
(Pesquisador Responsável)